



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 054 - SEXTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que “Altera a Legislação Tributária Federal”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de abril de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 6 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 281, de 15 de fevereiro de 2006, que “Reduz a zero as alíquotas de imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de abril de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 6 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 27, de 2006, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças. 11249

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 28, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA. 11249

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 29, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I. 11249

Deferimento do Requerimento nº 379, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, lido na sessão do dia 5 do corrente. 11249

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 381, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a sua designação para representar o Senado Federal na operação de retirada dos habitantes não indígenas da terra indígena Raposa Serra do Sol, no período de 10 a 17 do corrente, tendo em vista que se encontra naquela citada área Comissão de Desintrusão. 11249

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nºs 229 e 230/2006, de 5 do corrente, comunicando a aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.640, de 1999 e 5.908, de 2001 (Projetos de Lei do Senado nºs 119 e 148, de 1999, respectivamente), enviados a sanção naquela data. 11249

1.2.4 – Ofício

Nº 271/2006, de 4 do corrente, da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 288, de 2006. 11249

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre estudo recente realizado pela pesquisadora Mirian Branovai, sobre a violência nas escolas de todo o país, apresentando dados estatísticos. 11250

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Questionamentos sobre as viagens eleitoreiras do Presidente Lula. 11253

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Homenagem à atriz Carmen Silva, que celebrou no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, 90 anos de vida e 67 anos de vida artística. 11255

SENADOR ROMEU TUMA – Manifestação em defesa do ex-Governador Geraldo Alckmin, com relação à Febem. Ponderações sobre o direito à habitação, objeto da Emenda à Constituição nº 26, de 2000. 11256

SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Registro dos resultados profícuos da 47ª Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte – MG. 11261

SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – Considerações a respeito do resultado final da CPMI dos Correios, sua tramitação, as audiências, as dificuldades, a atuação de diversos parlamentares e o que ficou absolutamente esclarecido. 11262

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 382, de 2006, de autoria da Senadora He-loísa Helena e outros Srs. Senadores, solicitando

voto de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. 11264

Nº 383, de 2006, de autoria Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ... 11265

Nº 384, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 11269

Nº 385, de 2006, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando voto de aplauso à iniciativa das Lojas Maçônicas e de seus representantes pela Organização da Campanha Nacional "Doação de Medula Óssea", lançada oficialmente no último dia 25 de março passado. 11269

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da inauguração do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz, em São Paulo, solenidade que contou com a presença de diversas autoridades. Abertura hoje, no Senado Federal, da Mostra Especial Portuguesa. 11269

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Protesto contra episódio ocorrido ontem, na apresentação do relatório final da CPMI dos Correios, quando parlamentares foram impedidos de usar da palavra. 11271

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios. 11276

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS, como Líder – Lamento pelo comportamento do Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, pelo tratamento privilegiado concedido ao ex-Ministro Antonio Palocci, que foi ouvido em casa pela Polícia Federal. 11278

1.2.8 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 378/2006, de 6 do corrente, manifestando a sua disposição em comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, em data a ser marcada, em função de requerimentos apresentados por parlamentares neste sentido. 11282

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de

dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias.** 11283

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 11284

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 11284

Item 4

Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. **Apreciação sobrestada.** 11284

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 11284

Item 6

Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa). **Apreciação sobrestada.** 11284

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**.....

11284

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 12

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria. **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Apreciação sobrestada.**.....

11285

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Re-

ursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Apreciação sobrestada...... 11285

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Apreciação sobrestada...... 11286

Item 16

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.

Apreciação sobrestada...... 11286

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Apreciação sobrestada...... 11286

Item 18

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Apreciação sobrestada...... 11286

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.**.....

11286

Item 20

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro

de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Apreciação sobrestada 11287

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – A crise do agronegócio brasileiro. 11287

SENADOR ALMEIDA LIMA – Considerações sobre o artigo intitulado “O vento das mudanças”, de autoria de S. Ex^a. 11289

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários à manchete do **Jornal do Brasil**, edição de hoje, intitulada “Mensalão existiu. PT saudações”. Elogios à atuação do Senador Delcídio Amaral e do Deputado Osmar Serraglio, Presidente e Relator da CPMI dos Correios, respectivamente. Críticas à absolvição do Deputado João Paulo Cunha, ontem no Plenário da Câmara dos Deputados. 11291

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Cumprimento dos acordos firmados para a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. 11292

SENADOR VALDIR RAUPP – A crise do agronegócio brasileiro. 11293

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Críticas ao governo Lula. A crise do agronegócio brasileiro. 11294

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Preocupação com a contestação da aprovação do relatório final da CPMI dos Correios. 11296

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios. 11298

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Análise de declarações do candidato do PSDB à Presidência da República, Sr. Geraldo Alckmin. 11301

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios. 11303

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Felicitações ao atleta paraibano Kaio Márcio Almeida, medalha de ouro nos 100 metros borboleta, nas olimpíadas de Xangai-China. Considerações sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, referente à quebra do princípio da verticalização nas próximas eleições no país. 11303

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se terça-feira, dia 11 do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006” 11305

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Questionamentos sobre a política econômica do governo Lula. Registro do artigo intitulado “*Lula tem culpa nesse cartório*”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 28 de março último. 11305

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “*A central de negócios das vestais decaídas*”, de autoria do jornalista Fritz Utzeri, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 22 de março último. 11310

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 do corrente. 11311

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários sobre o artigo intitulado “*Indecência*”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de março último. 11313

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 29 de março último. 11314

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo intitulado “*Imagem dilapidada*”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de março último. 11317

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “*Quem paga o rombo*”, do editorial do jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 27 de março último. 11318

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre a matéria intitulada “*Adeus, Palocci*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 28 de março último. 11319

SENADOR LUIZ PONTES – Transcrição nos Anais do Senado Federal da matéria intitulada “*Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula*”, de autoria de Ricardo Galhardo, publicada no jornal **O Globo**, edição de 22 de março último. 11320

SENADOR AMIR LANDO – Registro pelo transcurso, em 7 de abril, do Dia Mundial da Saúde, data instituída pela Organização Mundial da Saúde. 11321

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações pelos graves desequilíbrios de que padece hoje a Amazônia e elogios ao trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. 11322

SENADOR PAULO PAIM – O direito ao feriado de Páscoa dos funcionários do Banco Santander Banespa. 11324

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Home-
nagem à Organização Mundial da Saúde, pela pas-
sagem do Dia Mundial de Saúde, em 7 de abril.... 11324

1.4 – ENCERRAMENTO

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDEN-
TE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN
CALHEIROS, EM 6 DE ABRIL DE 2006**

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 84 e 85, de 2006. 11326

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 629 a 634, de 2006. 11328

SENADO FEDERAL

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA**

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

**9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL**

**14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 6 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias e Gilvam Borges

*ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS
SRAS. E OS SRS. SENADORES:*

REGISTRO DE COMPARECIMENTOS

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 6/4/2006 07:43:27 até 6/4/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PMDB	RO	AMIR LANDO	X						
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X						
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PDT	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PDT	DF	VALMIR AMARAL	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X						

Compareceram: 57 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 27, de 2006**, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Resolução:

– **Nº 28, de 2006**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA; e*

– **Nº 29, de 2006**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 379, de 2006**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, lido na sessão do dia 5 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2006

Sr. Presidente,

Tendo sido Presidente da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 349/2005, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima e tendo em vista que se encontra em Roraima, na terra na citada área indígena, Comissão de Desintrusão para a retirada dos habitantes não indígenas, REQUEIRO, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a minha designação para representar o Senado e acompanhar a referida operação no período de 10 a 17 de abril.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 229/06/PS-GSE

Brasília, 5 de abril de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.640, de 1999, do Senado Federal (PLS 119/99), o qual “Dispõe sobre a inclusão nos locais indicados de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 230/06/PS-GSE

Brasília, 5 de abril de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.908, de 2001, do Senado Federal (PLS 148/99), o qual “Dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada

pelo Sistema Único de Saúde – SUS aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio, em atendimento aos preceitos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 271/06-LPL

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V.Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006 que “**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006**”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável, da qual abrirei mão se, porventura, chegar a minha vez regular de me pronunciar, mas preciso garantir meu direito de falar hoje.

Informo que encaminhei à Mesa requerimento de pesar pelo falecimento de Carequinha, o palhaço, sobre quem gostaria de falar no horário regimental. Obrigado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança pela Bancada do PTB. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso não seja chamado como orador inscrito. Obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs serão atendidos para o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, primeiro orador inscrito.

S. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, todos no Brasil temos estado estupefatos, como disse alguém recentemente, diante daquele famoso vídeo – já ficou famoso – que passou no Programa Fantástico, intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”. Eu mesmo já estive aqui falando sobre isso, assim como outros Srs. Senadores o fizeram.

Hoje, no entanto, Senador Paulo Paim, vim falar de outra violência que está clandestina, escondida, e que não aparece no Fantástico com tanta ênfase quanto o vídeo: é a violência nas escolas do Brasil, que acontece não daquela forma tão brutal, como vimos entre crianças vítimas do tráfico, mas que é igualmente grave.

Venho falar de um estudo recente do ano 2002 – é recente, mas alguma coisa já poderia ter sido feita nesse período – de uma pesquisadora muito importante chamada Miriam Abramovay, que participa da coordenação, fixem bem, do Observatório de Violência nas Escolas no Brasil; ou seja, assim como existe um observatório da violência na Palestina e no Iraque, há um observatório no Brasil para prestar atenção à violência nas escolas. E ela apresenta dados estarrecedores, tanto

quanto aqueles que vimos no documentário “Falcão”. A diferença é o público da violência, as características sociais e raciais e o fato de não chegar tão facilmente ao Fantástico, porque está diluído, não está concentrado, nem tem aquela brutalidade tão forte.

Veja os dados, Senador Paulo Paim. Ela fez uma pesquisa com 33 mil alunos em 14 capitais brasileiras, e a primeira conclusão é de que São Paulo e o meu Distrito Federal são as cidades que apresentam maior índice de violência nas escolas. Repito: as cidades onde há maior violência nas escolas são São Paulo o Distrito Federal.

Segundo esse documento, feito para a Unesco, o Brasil é o segundo país do mundo em número de mortes violentas entre os jovens, só perdendo para a Colômbia.

Se prestarmos atenção ao que diz essa pesquisa, no Brasil, a partir das estatísticas de óbitos conseguidas no SUS, um jovem entre 14 e 24 anos tem duas vezes mais chances de morrer de forma violenta do que alguém mais velho. E não se trata apenas de morte, pois ela também identificou em relação às escolas ameaças, roubos, violência física, depredação e estupro. E isso acontece, passa, não chega ao Fantástico, mas tem de chegar ao Senado Federal.

Por isso, estou trazendo para esta Casa uma pesquisa que só é lida por pessoas da área da educação, da violência, por acadêmicos, por organizações não-governamentais e institutos internacionais, como Unicef e Unesco. É uma tentativa, mais uma vez, de despertar para esse problema, apesar das frustrações que tenho sentido na dificuldade de mobilizar esta Casa.

Anteontem, o Senador Paulo Paim e eu, respectivamente Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, fizemos uma audiência para nós, Senadores, assistirmos juntos ao vídeo “Falcão – Meninos do Tráfico”. Só estávamos nós dois, o Senador Mão Santa, e alguns três que passaram por lá, assinaram e foram embora.

Ontem, havia uma audiência convocada para discutirmos o assunto da prostituição infantil no Brasil. Cinco Ministros foram convidados, mas nenhum deles se dignou telefonar para me dizer, como Senador e Presidente, que não viria. Nenhum deles fez isso. Um deles não mandou ninguém; outro mandou alguém do segundo escalão, e os outros mandaram pessoas de terceiro, quarto e quinto escalões. Na hora, eu cancelei a audiência, Sr. Presidente. Cancelei a audiência, primeiro, porque seria uma conversa entre pessoas que lutam contra o assunto e não com os Ministros, para podermos saber o que eles estão fazendo e o que vão fazer a respeito. Cancelei a audiência e vou levar o assunto à Comissão para fazermos outra. Na

próxima – conto com o habitual apoio de V. Ex^a como Vice-Presidente –, em vez de chamarmos Ministros, devemos chamar as meninas prostitutas para que falem pela televisão, para que digam pela TV Senado o que os Ministros não quiseram ouvir aqui de organizações não-governamentais.

Apesar dessa frustração, insisto mais uma vez que temos de despertar para a maneira como nossos filhos vivem hoje nas escolas que freqüentam. Aquelas crianças que aparecem no vídeo “Falcão” nem à escola vão, e nós esquecemos a violência que estão sofrendo as crianças que vão à escola.

Para termos maiores dados, uma escola Ciep, no Rio de Janeiro, extinguiu dez turmas por causa da violência; ou seja, fecharam as classes porque não era possível manter a educação diante da violência ao redor do aluno e não fora da escola.

Lembro-me de ter lido no jornal que, durante a guerra mais forte do Líbano, pelo menos na época das provas, as diversas facções faziam trégua, para que os meninos pudessem ir tranquilamente fazer suas provas. No Brasil, não conseguem isso, nem nos dias normais de aula, nem nos dias de exame. Por isso, dez turmas foram extintas em uma escola.

Segundo esse estudo, a violência, somada ao trabalho infantil, aos problemas familiares, à gravidez precoce e à dificuldade de transporte público levou a uma taxa recorde de abandono. De dois mil alunos de 5^a a 8^a séries, no Rio de Janeiro, 42,6% abandonaram a escola. É um recorde – talvez, seja um recorde em escala mundial. Ou seja, metade dos alunos abandonou o estudo, por causa da violência, em algumas escolas do Rio de Janeiro.

E não só os alunos são vítimas, mas também os professores. A pesquisa mostra que 46% dos professores da rede oficial do Estado de São Paulo, isto é, quase metade dos professores, sofrem de algum tipo de depressão e de medo, porque já receberam ameaças verbais ou agressões físicas de alunos. Há alunos vítimas e alunos algozes, há os que são vítimas da violência e os que são indutores da violência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, peço a V. Ex^a que me conceda um aparte no momento que entender adequado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pode falar, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, só quero cumprimentá-lo, porque nós, que ficamos no plenário diariamente, assistimos à sua insistência propositiva, afirmativa e positiva de mostrar ao País que a saída passa pela educação. Quero só dar um depoimento: tive a alegria de ser o segundo signatário da sua brilhante iniciativa de trans-

mitir o vídeo “Falcão – Meninos do Tráfico” no Senado da República. Pela TV Senado, o Brasil todo assistiu ao vídeo. V. Ex^a está de parabéns! A repercussão é nacional. Mas quero só concluir, dizendo que fui convidado para um debate sobre educação na Bahia e que perguntei quem seriam os convidados. Não vou listar os nomes dos Senadores, mas fiquei muito feliz em saber que, entre as 16 pessoas, está V. Ex^a. Quando vi seu nome, confirmei minha presença. Vou a Salvador em maio para discutir a educação. O que me disseram? Serão intelectuais, pensadores, mas queremos também alguém mais ligado ao chão das fábricas. Estarei lá, com certeza, para aprender com V. Ex^a que a saída deste País é, de fato, a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim, mas não tive nada a ver com seu convite. V. Ex^a, certamente, foi convidado não só pela sua visão de chão de fábrica, mas por algo de que também vou falar aqui: V. Ex^a tem-se preocupado muito – e também o Senador Romeu Tuma, que aqui está – com o problema das drogas. Depois da violência, a droga é que está destruindo as escolas no Brasil. E mais: a droga está provocando a violência.

Alguns dados dessa pesquisa são surpreendentes: com relação à presença de drogas dentro da escola, a comparação dos dados referentes a esses fatores mostra que o número de alunos que afirmam ter presenciado o uso de drogas é duas vezes superior ao que dizem os professores e os técnicos. Só para fechar essa questão, quero dizer que 23% dos alunos dizem que já viram drogas dentro da escola, ou seja, em cada quatro alunos, um já viu a droga ou já a usou. Essa é uma afirmação, uma percepção muito grave. O pior é que, no que toca aos pais, apenas 3% dizem que sabem disso. E, se os pais não têm conhecimento disso, não vamos conseguir corrigir o problema.

Digo isso ao Senador Paulo Paim, porque S. Ex^a convocou uma audiência para discutirmos o assunto da droga e levarmos ao Presidente Renan Calheiros a proposta de uma audiência, no Senado Federal, de diversas Comissões juntas.

A droga e a violência não vão permitir uma boa educação, mesmo que destinemos dinheiro à escola e que formemos os professores. E não estamos percebendo isso ou percebemos no caso da gravidade chocante daquele vídeo. Fiz questão de falar sobre isso aqui e volto a dizer: aquilo é um pedacinho do *iceberg*.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, ainda ontem, fiz aqui um pro-

nunciamento enaltecendo sua iniciativa de convidar o MV Bill e o Celso Athayde para, aqui, estarem juntos na apresentação do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que considere muito significativo e importante. Infelizmente, não pude assistir inteiramente à apresentação do vídeo e ao debate por causa da minha responsabilidade na CPI, que, naquela manhã, também se desenvolveu, até muito longamente. Mas conversei com o MV Bill, o Mensageiro da Verdade, por ocasião do lançamento do seu livro em São Paulo, e o fiz para dar força a esse trabalho. Conheci o MV Bill quando, há cerca de um ano e meio, fui a uma apresentação de *rap*, numa das áreas periféricas, perto de Pedreira, junto a Diadema, no Município de São Paulo. No lançamento de seu livro, ele meu deu a triste notícia de que o organizador daqueles festivais de *rap* da região fora assassinado, mais um, neste último carnaval. Também ontem comentei – e queria aqui refletir com V. Ex^a, que, possivelmente, tenha lido a matéria – que, na **Folha de S. Paulo**, saiu um comentário de outra das principais lideranças do *rap*, do *hip-hop*, o Ferréz, que apresentou a seguinte questão: “Será que a apresentação, no Fantástico, daqueles episódios de tamanha violência nos vão ajudar aqui, na favela?”. Respondi que achava muito saudável que pudesse ser apresentado aquele documentário, mas também as outras coisas positivas, como as feiras e os festivais de *rap*, que têm ocorrido nas grandes cidades, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e também em Brasília. Mas cumprimento V. Ex^a por ter trazido essa reflexão. Precisamos estar conscientes da necessidade urgente de levar aos jovens a educação e também alternativa que não aquela de se tornarem membros, “aviõezinhos” ou “falcões”, das quadrilhas de narcotraficantes, quando seus pais não têm alternativa adequada do direito à vida, à sobrevivência. Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, tenho de conceder apartes ao Senador Sérgio Zambiasi e ao Senador Romeu Tuma e gostaria, ainda, de fazer a conclusão e os comentários.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estamos concedendo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, V. Ex^a terá 30 segundos, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou ser rápido. Primeiramente, quero dizer que eu estava a caminho daqui quando ouvi a reclamação de V. Ex^a, com justa razão. Também me queixei da impossibilidade de a maioria dos Senadores comparecer a eventos importantíssimos como os que V. Ex^a descreveu da tribuna. É uma angústia profunda! Hoje, por exemplo, com a convocação do Senador Paulo Paim, das comunidades

indígenas, pedi licença a S. Ex^a, porque me estavam chamando na Comissão de Relações Exteriores, onde, secretamente, a pedido do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Heráclito Fortes, estava o Embaixador que cuidou do desaparecimento do nosso engenheiro. Falei, outro dia, que temos de disciplinar os horários, porque há coisas importantes a serem tratadas, como a questão referente às crianças, aos “falcões”, à droga. Ontem, quando a Senadora Heloísa Helena falava, um jornal publicou que o MV Bill tinha de ser processado porque assistiu a um crime. Ninguém tem o alcance do que representa esse filme, como V. Ex^a descreve aí. V. Ex^a e o Senador Paulo Paim têm procurado dar uma dimensão, dentro do Senado, dos grandes problemas sociais do Brasil, e ficamos desesperados por não podermos acompanhá-los. Estou me justificando e pedindo perdão porque, depois, consultando as notas taquigráficas, consigo entender alguma coisa, mas não é como ouvir a pessoa ao vivo, com a vibração da alma, explicando todos os dramas por que passa. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso. Gostaria que pudéssemos sentar para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Reconheço, Senador, que temos dificuldade em muita coisa nesta Casa. Em seu caso, sem dúvida alguma, era outra a atividade, mas reconheço que há também uma primazia de atração do setor econômico, do setor de investigações sobre o setor social no Brasil. Há uma tendência a se preferir assistir aquilo que diz respeito à economia, ao Orçamento, à infra-estrutura, à agricultura, à indústria e, por último, ficam as meninas prostituídas. Não é seu caso, sei de sua sensibilidade para esses assuntos.

Sr. Presidente, nunca gosto de me estender, por isso peço ao Senador Sérgio Zambiasi que seja muitíssimo rápido ou, se preferir, deixe para me apartear em outra ocasião, pois voltarei a falar sobre o assunto oportunamente.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Cristovam Buarque, peço o aparte apenas para ler uma manchete da edição de hoje do jornal de Porto Alegre, **Diário Gaúcho**: “Tiros e Pânico na Escola”. Veja o quanto é atual o seu tema! Essa é a informação que está na capa do jornal. Essa escola está localizada em uma vila exatamente na linha de tiro da guerra entre traficantes de drogas. Apenas desejo me solidarizar com V. Ex^a em sua manifestação e mostrar que esse é um problema nacional – é de São Paulo, é de Brasília, é de Porto Alegre – que temos de combater.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço a V. Ex^a. Não posso deixar de reconhecer que o seu aparte enriqueceu o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, peço um minuto para responder ao Senador Eduardo Suplicy. Acho que temos, sim, de falar aqui das coisas boas que estão acontecendo, mas não podemos deixar de dizer que essas coisas boas se manifestam na mesma dimensão e na mesma velocidade do que vem se fazendo no Brasil desde o tempo da escravidão: são pequeníssimos os avanços. Não há uma manifestação clara, enfática e radical de que esses problemas serão resolvidos. Precisamos de uma afirmação: vamos resolver esses problemas. Será em um, dois, três ou cinco anos, mas não de pouquinho a pouquinho, esperando que um dia o problema desapareça, porque dessa forma já fazem as organizações não-governamentais há muito tempo. Precisamos de um Governo que diga, de fato, em quantos anos abolirá esse problema.

Sr. Presidente, vim aqui para levantar essa questão. Agradeço aos Srs. Senadores os apartes. Ainda há muito o que dizer, mas falar muito nem sempre agrega muita coisa.

Obrigado pela generosidade de prolongar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, na seqüência, como Líder do PTB, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço aos Senadores Demóstenes Torres e Sérgio Zambiasi por me darem a preferência deste horário, devido aos afazeres que tenho no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, cada vez mais críticos com o des-governo atual, os editoriais cobram, inclusive do Congresso, providências enérgicas e imediatas.

A Folha de S.Paulo, no editorial “O Som do Silêncio”, publicado hoje, expressa o que é sentimento de todos, Parlamentares, imprensa e cidadãos em geral: “Avolumam-se as suspeitas de que Okamoto era um tesoureiro informal do PT, empregando recursos oriundos de fontes obscuras em benefício do Partido e de seus líderes”.

O Globo, por sua vez, traça um paralelo entre o ex-Ministro Antonio Palocci e a ética petista. Segundo o jornal, o ex-Ministro, pelo menos, revelou competência à frente da Pasta. O resto... O resto foi o resto.

Por fim, **O Estado de S. Paulo**, também de hoje – as três notícias são de hoje –, compara o Presidente Lula com o Chacrinha – muitos julgaram um desrespeito à memória do animador de auditórios – e encerra seu editorial com a seguinte frase: “Abra-se uma mentira e se encontrará outra, e assim sucessivamente, de alto a baixo do petismo no poder”.

Enquanto isso, acredite, Sr. Presidente – por favor, prestem atenção – o Presidente da República hoje inaugurou um edital. É o que ele fez hoje, no aeroporto de Viracopos, com um edital de licitação para empresas interessadas em projeto de ampliação do aeroporto.

O TSE não pode continuar ignorando essas viagens eleitoreiras do Presidente da República. Viagens pagas com o dinheiro público! Ontem, teve o cinismo de ir à Bahia para inaugurar uma fábrica de pneus Continental, cuja construção foi facilitada pelo Estado. Ele foi lá, cinicamente, inaugurar.

E, mais ainda, foi – lamento estar usando este tempo para dizer isto – inaugurar a fábrica da Ford, que já produz um automóvel em 80 segundos. O que ele devia fazer era levar o ex-Ministro Olívio Dutra, que pôs a Ford para fora do Rio Grande do Sul. Nós, baianos, a acolhemos, e hoje é o empreendimento de maior valor do mundo. Ele não podia ir à Ford sem levar Olívio Dutra, para que os baianos agradecessem a ele – e não ao Presidente, que nunca fez nada pela Bahia.

Aliás, o Governador Paulo Souto tem centenas de obras a inaugurar. Vou sugerir ao Governador – não sei se acatará, mas eu assim o faria – que faça um convite ao Presidente para assistir à inauguração de todas as obras do Estado. Já que ele não trabalha, já que ele não produz, ele deve ir ao Estado que está produzindo para verificar como se trabalha e qual é o resultado obtido.

Viajar para visitar obras que nós fizemos? Sei o quanto me custou, junto ao Presidente Fernando Henrique – até inimizade –, levar a Ford para a Bahia. O Governador César Borges, que estava no poder, executou essa obra, que Paulo Souto também havia pensado em realizar. A fábrica foi inaugurada. E o Presidente Lula ainda tem o cinismo de ir ao Estado para inaugurar obras nossas!

Há centenas de obras, Sr. Presidente, a serem inauguradas, e vamos fazer com que ele apareça no Estado, como fez hoje em Viracopos, para ver os nossos editais de licitação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um momento.

Na verdade, hoje, Lula falou durante quarenta minutos na solenidade de lançamento de um edital para ampliar o aeroporto de Viracopos. Fala sobre tudo e sobre todos. Fala sobre tudo o que o povo não quer mais ouvir dele porque já está cansado disso. Ele precisa falar sobre Okamoto, sobre Roberto Teixeira, sobre “Lulinha R\$15 milhões”. É sobre isso que ele precisa falar. É preciso saber por que a Telemar deu R\$15 milhões ao Lulinha. Ele precisa falar sobre isso. Todos se esquecem dos dólares na cueca do petista que os levava para o Ceará.

Senador Eduardo Suplicy, sei que V. Ex^a vai tratar desse assunto dos dólares que foram levados ao Ceará na cueca de um petista. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Lula certamente foi convidado pela Ford não para inaugurar a obra; não teve esse sentido. Ele foi lá para externar – e eu ouvi as palavras de Sua Excelência – como será importante que o Brasil, tanto no Nordeste quanto no Norte, tenha mais fábricas como a que a Ford tem na região de Camaçari, porque ela está trazendo, na expressão que foi utilizada, uma verdadeira revolução do ponto de vista do conhecimento. Em Camaçari, hoje, está-se inclusive desenhando novos modelos automobilísticos. Não vou estender-me demais, mas pelo menos esse ponto eu queria abordar. Com respeito aos demais, acho que tivemos oportunidade, nesta semana, de ouvir o diálogo entre Paulo Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau, que contribuiu, pelo menos num estágio adicional, para o esclarecimento de fatos. É legítimo e importante que V. Ex^a – como todos nós – possa solicitar esclarecimentos. Isso é dever do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o seu aparte, hoje mais moderado, hoje mais Suplicy. Agradeço a maneira como V. Ex^a me apartou, bem diferente da vez anterior. Isso me agrada, porque V. Ex^a já está compreendendo a vida do seu Partido.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres, Sr. Presidente. Depois, eu encerro.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento que chama a atenção para o estilo do Presidente Lula, porque, realmente, levar Olívio Dutra a Ford é uma desfaçatez terrível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, ele não levou. Ele foi injusto, porque se ele levasse, os baianos agradeceriam.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Mas queria dizer a V. Ex^a que o Presidente Lula está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele levou o Jaques Wagner, que foi contra também.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...se passando por portador do Mal de Alzheimer, aquele que perdeu a memória recente e só se lembra de fatos bem anteriores. Então, não quer saber mais de GTech, Palocci, Rogério Buratti e toda essa plêiade de delinqüentes que acabaram o cercando por muito tempo. V. Ex^a faz um pronunciamento correto. O Presidente tem de falar sobre o que está acontecendo no Governo dele. Ele está...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...se fazendo passar por alguém que, na realidade, quer desconhecer, não o seu passado, mas o seu presente. Do seu passado glorioso ele se lembra perfeitamente. Sem nenhum demérito aos portadores de Alzheimer, ao contrário, mas o Presidente não pode se igualar a quem sofre. O Presidente é alguém que faz sofrer. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, sempre com a propriedade que tem, sobretudo é um dos grandes juristas desta Casa e sabe colocar bem as palavras no lugar certo.

Lula não sabe se colocar no lugar certo, que é o de Presidente da República. Ele se coloca no lugar daquele que sempre foi o demagogo, que enganou o operariado e que foi para o Governo para trair o povo brasileiro, traindo inclusive os operários, a quem ele deve tudo.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e solicito, se possível, que dê a palavra ao Senador Demóstenes Torres, porque eu falei antecipado a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra, como Líder do PTB, ao Senador Sérgio Zambiasi.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o próximo orador inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias.

Chegar aos noventa anos com saúde, lucidez e ainda comemorar com festa é privilégio para poucos. Pois ontem à noite, no tradicional Theatro São Pedro, em Porto Alegre, a nossa querida atriz Carmen Silva celebrou seus noventa anos de vida na companhia dos amigos e da família generosa: uma filha, seis netos,

dez bisnetos e um trineto. A comemoração foi discreta e também serviu para comemorar os 67 anos de carreira da atriz gaúcha.

A trajetória artística de Carmen Silva iniciou-se na Rádio Cultura de Pelotas, em 1939, e se estendeu para o teatro, cinema e televisão. Após atuar em alguns teatros gaúchos, foi convidada para trabalhar em São Paulo, onde integrou o elenco da Rádio Tupi. Foi lá que ela conviveu com alguns dos nomes mais importantes para a história do radioteatro, como Walter Avancini, Geórgia Gomide, Laura Cardoso, Lima Duarte, Paulo Goulart, Lia Borges de Aguiar, Sarita Campos, Walter Foster, entre outros.

Os radioteatros e as radionovelas eram programas compostos por 60 a 100 capítulos, apresentados diariamente ao vivo, em auditório, com trinta minutos de duração. Carmen era bastante versátil nos personagens e o registro vocal era a característica mais marcante de sua interpretação.

Carmen também trabalhou na Rádio Record, primeiramente como radioatriz, ao lado de Janete Clair. Foi na Record que começou a escrever programas de rádio. Conselhos para mulheres, temas infantis, radionovelas e até um horóscopo bem humorado ganharam características femininas nas mãos da nossa querida Carmen Silva.

Com a chegada da televisão, em 1950, a atriz começou a interpretar algumas peças de teatro na TV Tupi. Com a instalação dos estúdios da TV na Record, Carmen permaneceu na emissora, trabalhando paralelamente no rádio e na televisão. Foi o começo de sua trajetória como atriz de televisão.

Em 1968, decidida a montar sua própria companhia de teatro, Carmen voltou ao Rio Grande do Sul, onde permaneceu um ano trabalhando como radioatriz na Rádio Gaúcha, ao lado de radioatores como Adroaldo Guerra, Aída Terezinha, Alma Castro e Walter Ferreira.

Logo depois, ela foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou seu trabalho nas telenovelas. Na Globo, Carmem fez as novelas “Pigmaleão 70”, “A Próxima Atração”, “Minha Doce Namorada”, “Sinal de Alerta” e “Os Ossos do Barão”, além da minissérie “Primo Basílio”. Após um breve retorno a Porto Alegre, ela volta ao Rio de Janeiro, onde faz as novelas “O Ídolo de Pano”, com Tony Ramos, e “A Viagem”, com Eva Wilma.

Um de seus papéis recentes mais marcantes na televisão foi a interpretação da personagem Dona Flora, na novela “Mulheres Apaixonadas”, da Rede Globo, em 2003. Carmem Silva e Oswaldo Louzada emocionaram os brasileiros ao interpretar um casal de terceira idade que sofre os abusos da neta, divulgando na TV os maus tratos que acontecem na socie-

dade contra os idosos. Suas aparições mais recentes na televisão foram no programa humorístico da Rede Globo “Zorra Total”.

A trajetória artística de Carmem Silva enche de orgulho todos nós, gaúchos. Hoje, além de ser uma figura tradicional em nosso Estado, ela é uma pessoa querida por sua atitude cidadã. Além de nunca ter parado de trabalhar, ela é voluntária e dá aulas de teatro para grupos de terceira idade, sempre lutando pela melhoria da qualidade de vida dos idosos brasileiros.

Aproveito a oportunidade para registrar aqui meu apreço e minha admiração por essa ilustre gaúcha, que ontem chegou aos 90 anos dando um exemplo de vida para todos nós.

Parabéns, Carmen Silva!

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Associamo-nos aos seus votos e as suas homenagens.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

Na seqüência, concederei a palavra ao Senador Aelton Freitas, como Líder do PL.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, muito obrigado pela gentileza e carinho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Demóstenes, V. Ex^a fez referência e, ao final, pediu desculpas aos que sofrem do mal de Alzheimer. Sabemos o que representa essa doença não só para o doente como para a família que convive com ele.

O mal de Alzheimer traz, como consequência neurológica, principalmente, a falta de coordenação e de memória. Então, é difícil comparar, porque um faz por doença; o outro, por *marketing*.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, é um esquecimento programado para faturar em favor da sua campanha.

Desculpe-me dizer isso, mas tenho um filho neurologista, que me ligou e disse: “Pai, é uma doença terrível”.

Mas V. Ex^a corrigiu ao final com muita clareza.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Por isso, Senador Romeu Tuma, fiz questão de dizer que o Presidente se portava como alguém que sofre, quando é alguém que faz sofrer, não é verdade?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Quantos não votaram no Presidente esperando dele um outro tipo de comportamento!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Alvaro, V. Ex^a é do PSDB, Partido com o qual temos uma coligação. Tenho muito respeito pelo ex-Governador Geraldo Alckmin. Digo aqui para todo mundo ouvir que nunca recebi um cargo no Governo do Governador Geraldo Alckmin. Portanto, não lhe devo nada, como ele não me deve nada, a não ser o carinho e a amizade pelas nossas andanças em campanha e, posteriormente, pela visita que ele fez a cada região, a cada Município, não só para agradecer os votos, mas para assinar acordos e convênios com a maioria dos prefeitos sem olhar a origem político-partidária de cada um deles, Senador Aelton.

E, aqui, houve algumas críticas sobre a Febem. Não posso defender, em hipótese alguma, que a Febem seja elogiada da forma como está. Não, absolutamente! Essa foi uma clara preocupação do ex-Governador, cuja continuidade, acredito, será dada pelo Governador Cláudio Lembo.

O último ato do ex-Governador foi derrubar o muro da pior unidade da Febem, a de Belém, onde os conflitos têm sido gerados. Esta semana mesmo houve três conflitos graves, causados por jovens que habitam essas casas, que chamam de reformatório, e cujas atitudes são de alta periculosidade.

Mas o Governador, há mais de dois anos, Senador Demóstenes, tem lutado para criar pequenas unidades no interior do Estado. Até conseguir alguma coisa, as reações foram terríveis, dos municípios e dos prefeitos, porque não aceitavam a criação de unidades da Febem por medo, porque há circulação de famílias, de marginais, e isso poderia aumentar o índice de criminalidade nessas regiões, Senador Alvaro.

Hoje, ele já conseguiu uma parte e deve dar seqüência a esse projeto para que essas crianças tenham pequenas unidades – quarenta, cinquenta – porque, aí, sim, haverá capacidade de o Estado recuperar esses meninos.

Senador Cristovam, V. Ex^a acabou de falar da grande dificuldade dessas crianças, que não têm opção e, às vezes, são aprisionadas. Lá, recebem um tratamento pior do que aquele da vida cotidiana, do mundo da criminalidade.

Assim, essas pequenas unidades, que são um projeto do ex-Governador e as quais o novo Governador Cláudio Lembo deve dar continuidade, têm toda a infra-estrutura de reeducação, se é que se pode dizer isso, ou de educação, Senador Marco Maciel. Essas crianças têm de entender que o crime não oferece vantagens para o cidadão do amanhã.

Por isso, temos de criar condições de, por meio da educação, por meio da formação, tentar diminuir a

criminalidade – não sei se em cinco ou dez anos –, até essas crianças conseguirem entender que a vida, com ordem e com possibilidade de emprego, poderá trazer-lhes um futuro melhor.

Faço a defesa do Governador Alckmin porque ele jamais quis dar continuidade ao processo que recebeu. O Governador Mário Covas tentou, à época; o Governador Geraldo abraçou essa causa de tentar diminuir o número de detentos da Febem em reformatórios e procurou dar-lhes uma oportunidade por meio de pequenas unidades espalhadas pelo interior de São Paulo, tentando trocar com os prefeitos alguns tipos de investimentos, para que houvesse autorização para a construção dessas pequenas casas de recuperação.

Senador Alvaro, V. Ex^a é um homem muito preocupado – já ouvi discursos seus nesse sentido – com a necessidade de habitação dos brasileiros. O Governo tem de dar mais possibilidade de investimento, principalmente para essas milhões de pessoas que precisam de um teto – talvez se sentissem mais realizadas tendo um teto para morar e um pequeno terreno para produzir do que apenas receber o Bolsa-Família. O orgulho do cidadão, do homem, da família é ter meios para garantir sua sobrevivência com o suor do próprio rosto – esse foi o compromisso de Deus com aqueles que saíram do paraíso.

Recentemente, houve algumas discussões sobre esse assunto. Fui Relator da proposta do Senador Mauro Miranda, de Goiás, que fez um bom trabalho e que propôs a Emenda Constitucional nº 26, que inseriu o direito à habitação no art. 5º como direito constitucional de todo cidadão. É claro que está sendo difícil, não se está conseguindo alcançar esse objetivo. Cada unidade tem procurado, com um esquema reduzido de investimentos, Senadora Heloísa Helena, oferecer uma casa ao cidadão. Se ele tiver uma casa, um teto, uma pequena área para plantar, para ganhar o pão do dia-a-dia com o suor de seu rosto, o cidadão se sentirá muito mais orgulhoso do que se receber o Bolsa-Família ou algo que chamam de esmola. Eu não chamaria de esmola, mas é algo que a pessoa recebe por necessidade, e ela deve se sentir humilhada com essa necessidade, que a faz esperar para receber esses valores.

Pois não, Senadora!

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Romeu Tuma, quero, humildemente, contribuir com o pronunciamento de V. Ex^a em relação às políticas de assistência social. Entendo e concordo quando V. Ex^a diz isso. A Lei Orgânica da Assistência Social, que foi aprovada – eu ainda não estava aqui, no Congresso Nacional –, para o senhor ter idéia, ela estabelece os direitos para os pobres, os oprimidos, os marginalizados, ela se estende dos moradores de rua aos idosos,

àqueles que têm deficiências físicas, às crianças de rua, ou seja, ela é uma declaração de amor aos pobres, oprimidos e marginalizados. O problema é que existe um abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade objetiva da aplicação da legislação em vigor. Por isso que, muitas vezes, essas políticas de bolsas são importantes como uma política transitória, a partir do momento que a pessoa não tem nada. Nem estou me referindo ao Renda Mínima, que o Senador Eduardo Suplicy propõe, que é algo diferente, porque ele trata de algo como sendo universal. E, pelo caráter da universalidade, não separaria pobre do rico. Esse aí é um outro debate, com certeza, bem mais respeitável do que a outra discussão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Só para concluir, desculpe-me por me alongar, Senador Romeu Tuma, a política das bolsas é importante em que sentido? No sentido transitório, porque antes que a pessoa conquiste o emprego ou a dignidade, ela precisa de uma fase intermediária para comprar comida, para pagar transporte, para garantir um mínimo na sua casa. A partir do momento em que não há uma vinculação e uma fiscalização do Estado em relação a alguma atividade, isso gera, dentro da população pobre, quase a necessidade de continuar na pobreza e na miséria para que o Estado olhe para ela. Isso é que é escandaloso. Não vou nem falar na demagogia eleitoreira, porque do mesmo jeito que os coronéis do sertão manipulavam a população pobre com a cesta básica, o Presidente Lula a manipula com as bolsas, que, por isso, acabam tendo a conotação da migalha. A população pobre não pode continuar sendo pobre para que o Estado olhe para ela. Do mesmo jeito que há o Bolsa-Escola, que o Senador Cristovam sempre defendeu muito, poderia haver uma bolsa para menina adolescente, para ela não engravidar, para ficar na escola e ter direito de se formar antes de ser mãe, menina e adolescente, porque quando há a vinculação existe o acompanhamento do Estado. Não pode a população pobre dizer: “Vou continuar pobre, preciso continuar pobre, porque se eu não continuar pobre, miserável, o Estado não me enxergará, o Estado não me verá. Se eu não tiver outra criancinha, o Estado não me verá, não me dará os 30, 40 ou 60 para eu poder sobreviver, até sob o ponto de vista da minha estrutura anatômofisiológica”. Então, se fosse para se cumprir o que foi estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social, haveria o caráter transitório até a pessoa estar integrada de fato, com acesso a saúde, a educação, a segurança pública, a emprego. Trata-se de uma política transitória porque as pessoas não podem esperar a revolução socialista

ou a democracia com justiça social, já que o seu corpo precisa do alimento e sua estrutura anatomofisiológica precisa dessa fase intermediária. Agora, não pode ser estabelecido que o único destino da população pobre deve ser continuar na pobreza e na miséria senão o Estado não vai enxergá-la.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Suplicy.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senão, vou usar o artigo que permite a quem foi citado falar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com carinho, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ainda que tenha sido citado com carinho. Eu queria dizer, Senador e Senadora, que 11 anos depois da criação do Bolsa-Escola, ele ainda não foi entendido. A bolsa é escola. O que importa não é a bolsa, é a escola. No Distrito Federal, gastávamos um pouquinho com a bolsa e um tantão com a escola. O que vai tirar essa população da pobreza é a escola, não é a bolsa. E não vai haver emprego suficiente, com altos salários, se não educarmos essas crianças de hoje. Não há como existir. Então, volto a insistir: o Bolsa-Escola é uma coisa, o Bolsa-Família é outra. Ninguém reclama e diz que é esmola dar para quem já se formou uma bolsa para doutorado na França, mas consideramos esmola dar uma bolsa, para que permaneça na escola, a uma criança que estava trabalhando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É obrigação, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Agora, desde que exista escola e ela seja boa.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – E que o Estado fiscalize se a criança está na escola.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É claro, que o Estado fiscalize e a escola seja boa, porque se for ruim, não adianta a fiscalização, pois a criança não ficará nela depois de uma certa idade. Então, volto a insistir: Bolsa-Escola é uma coisa, Bolsa-Família é outra.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a conhece profundamente esse assunto e eu o agradeço, porque enobrece o meu pronunciamento.

Senador Demóstenes Torres, concederei o aparte depois do Senador Suplicy, que já o pediu, e se puder seja rápido, porque o Presidente tem o direito de cortar o tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e o PFL, a partir do parecer de alguém que tão bem assimilou o conceito do Senador Francelino Pereira, do seu Partido, aprovaram, assim como todos aprovamos, a instituição gradual no Brasil, segundo a Lei nº 10.835, da renda básica de cidadania, que poderá superar os obstáculos que V. Ex^a está colocando. Na medida em que todo e qualquer brasileiro ou brasileira, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, passar a ter a renda básica, dentro do possível, suficiente para atender às suas necessidades vitais como um direito à cidadania, não será retirada a renda que a pessoa estiver obtendo se por ventura tiver qualquer progresso. É um direito universal de todos. Não quero me alongar demais, mas apenas colocar que, sobretudo com a renda básica de cidadania, superaremos inclusive o problema do estigma e da dependência, que, muitas vezes, acaba causando as armadilhas do desemprego e da pobreza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não só o PFL, como os outros Partidos, Senador Eduardo Suplicy, nunca deixaram de reconhecer e elogiar sua iniciativa, que foi aprovada por unanimidade. Esperamos que a expectativa de V. Ex^a se realize o mais rapidamente possível.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Romeu Tuma, quando o Ministro e hoje Senador Cristovam Buarque esteve aqui, tivemos oportunidade de desenvolver um belo debate na Comissão de Educação, onde ele defendia a adoção da escola em tempo integral o mais rapidamente possível, para que o Brasil pudesse evoluir. Quem deve adotar as nossas crianças, especialmente as mais carentes, é o próprio Estado. Ele deve oferecer um estudo de qualidade, que possa fazer com que as pessoas enriqueçam. Senador Romeu Tuma, favela só é bonita em música; fome só serve para dar grandes sambas. Na realidade, precisamos fazer com que a criança tenha um ganho dentro da escola para que ela não a abandone. A escola em tempo integral não pode ter um projeto aleatório – três, cinco, 10, 100, 200 escolas, todas as escolas de primeiro grau. Tive o prazer de apresentar, em 2003, uma proposta que antecipava para 2008 a adoção, nas escolas públicas brasileiras, do sistema integral. Infelizmente, a matéria não foi votada porque, bem sabe nosso ex-Ministro, um dos grandes problemas – que, aliás, o levou à sua queda – foi que reivindicava dinheiro para a educação, quando se queria aplicá-lo no superávit primário. Então, não há essa preocupação do Governo brasileiro com uma escola de qualidade. Agora, defendo, como fez o Senador Cristovam Buarque,

que, a adoção de qualquer remédio que possa deixar a criança na escola e que esta seja de boa qualidade. Oxalá começemos a implantar logo a nossa escola em tempo integral. Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a passou por vários cargos e tem a dimensão exata da necessidade da educação, principalmente para os jovens do primeiro e do segundo grau.

Sr. Presidente, o meu discurso era mais voltado para a questão dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Um grande número de pessoas acabou perdendo as suas propriedades por falta de dinheiro para pagar as diferenças de reajustes e houve progressão da dívida, como falei com V. Ex^a há pouco, Senador Aelton, que concordou comigo. Assim, o melhor caminho foi procurarem a Justiça, que está recalculando as dívidas e fixando a mensalidade em algo que possam pagar para não perderem a sua propriedade, que é o resultado do seu sonho.

Se V. Ex^a permitir que meu discurso seja publicado, eu o deixo aqui, assim como uma tese.

Conversei com o Senador Aelton, que se interessa pelo problema do reajuste e da luta dos agricultores inadimplentes, sobre se não valeria a pena que esse processo também fosse discutido dentro do projeto de colaboração com a área da agropecuária e da agroindústria, que tanto tem sofrido pela falta de financiamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início de fevereiro deste ano, subi a esta tribuna para falar de um drama que teima em se desenrolar no interior de muitos lares brasileiros. Não se trata de um problema menor, ou de caráter apenas transitório. Ao contrário, ele perturba diuturnamente o sono de milhares e milhares de famílias brasileiras. De há muito sabemos que o cidadão médio, em geral, sonha com a casa própria, um patrimônio que confere segurança às famílias, liberando-as do aluguel e proporcionando uma forte sensação de bem-estar e acolhimento.

Há muito tempo, por perceber a relevância de sua função social, eu tenho me preocupado com a questão habitacional em nosso País. Para ficar num único e bom exemplo, fui o relator da Proposta, de autoria do Senador Mauro Miranda, que resultou na Emenda Constitucional nº 26, de 2000. Esse dispositivo alterou a redação do art. 6º da Constituição Federal, incluindo o direito à moradia entre os direitos sociais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero que a habitação de caráter social, destinada às famílias com renda inferior a três salários mínimos, deve ser priorizada pelo Governo Federal. Não nos esqueçamos, porém, que os setores da classe média capazes de contrair financiamento para aquisição ou construção de imóveis merecem igualmente a atenção do Governo – e de todos os parlamentares. É preciso lutar, no primeiro caso, para que a União, em parceria com os governos estaduais, tome para si a tarefa de instituir e desenvolver programas que supram o enorme déficit habitacional que existe em nosso País, estimado em sete milhões e duzentas mil moradias.

Por outro lado, urge tratar da situação de 50 mil famílias brasileiras, em sua maioria pertencentes à classe média, que ousaram sonhar com a casa própria e que hoje vivem um verdadeiro pesadelo. Seu nome: saldo devedor. O adquirente, de boa-fé, contratou um financiamento que virou uma bola de neve, requerendo uma constante ampliação da renda familiar destinada à amortização. Tarefa inglória, pois, ao cabo, os saldos remanescentes não param de crescer.

Em meu Gabinete, Sr. Presidente, muitas vezes me emociono ao deparar com a situação de um chefe de família que não sabe se, amanhã, seus dependentes terão sobre as cabeças a proteção de um teto. Cinco mil famílias já perderam seus imóveis nos últimos quatro anos. Outras dezenas de milhares estão com as dívidas em fase de execução judicial. Se isto não é um problema social da maior grandeza, então, não sei o que seja!

Não me canso de frisar que tenho o mais absoluto respeito pelos contratos livremente assumidos. Mas, é preciso considerar a natureza especial dos contratos de financiamento habitacional. Nestes, o princípio da boa-fé deve sempre prevalecer, com fundamento no respeito e na ética, visando à preservação da dignidade humana. São contratos de longa duração, nos quais há, em geral, uma gama de preciosismos técnicos e artimanhas que desequilibram a relação negocial. No lado forte, está o agente financeiro, o banco. No fraco, o mutuário. O que se defende é que se respeite a legítima expectativa do lado mais fraco, recompondo as condições originais de equilíbrio dos contratos.

Ocorre, Sr. Presidente, que as condições de equilíbrio financeiro foram mantidas, ao longo da história, pelo instrumento da correção monetária. Contudo, a Lei nº 8.177/91, instituiu a chamada Taxa Referencial (TR) como mecanismo para o reajuste do saldo devedor dos contratos de financiamento habitacional, o que, segundo muitos especialistas, tem gerado o fenômeno da capitalização de juros sobre juros. Em decorrência, surgiram enormes distorções e, via de regra, os agentes

financeiros lucraram com ela, e os mutuários, na outra ponta, tiveram de arcar com os prejuízos.

A revisão dos saldos devedores de acordo com os princípios que deram origem à criação do Fundo de Compensação das Variações Salariais, para quem tem contratos firmados nessa modalidade de financiamento virou letra morta. Na prática, os salários dos mutuários não acompanham a evolução dos saldos remanescentes e, no limite, muitos imóveis têm sido retomados pelos bancos. A própria Caixa Econômica Federal criou uma empresa – a EMGEA – para efetuar a compra de milhares de contratos firmados pelas instituições financeiras nacionais, ao longo dos anos de vigência do Sistema Financeiro da Habitação.

Aos mutuários somente restou a alternativa de se organizar e lutar por seus direitos. E, efetivamente, eles têm procurado as associações de mutuários em busca de orientação. Essas entidades, por sua vez, têm aconselhado o ingresso na Justiça para, com base no Código de Direito do Consumidor, requerer a redução dos valores teoricamente devidos.

Segundo o Sr. Mário de Almeida Costa, diretor regional da Associação Brasileira dos Mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, “os contratos são

abusivos” e as decisões favoráveis do Poder Judiciário “resgatam o caráter social que os financiamentos habitacionais devem ter”.

O dirigente refere-se a duas decisões recentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, já transitadas em julgado. Numa delas, o banco foi condenado a pagar o que recebeu a mais do mutuário. Em outra, o pleiteante conseguiu considerável redução no valor de sua prestação mensal: de 972 reais, ela caiu para R\$107,80.

Penso que decisões judiciais como as que mencionei compelem os agentes financeiros e o próprio Governo Federal a reconsiderarem a adoção da Taxa Referencial como mecanismo de correção monetária dos contratos de financiamento. Felicito, portanto, o Poder Judiciário pelas decisões de destacado alcance social; decisões que, sem dúvida, não ferem a mais neutra análise técnica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela atenção!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Diminuem os problemas de quem financia a casa própria. Decisões judiciais tomadas no Distrito Federal garantem a correção de encargos e do saldo devedor pelo Plano de Equivalência Salarial

Mutuários vencem na Justiça do DF

Para que o sonho da casa própria não acabe se tornando um pesadelo no final do financiamento, o consumidor busca apoio em associações. O objetivo é conseguir, judicialmente, a redução dos valores devidos. Duas recentes decisões da Justiça do Distrito Federal, já transitadas em julgado, reconhecem cláusulas abusivas nos contratos e se amparam no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em uma delas, o banco foi condenado a pagar o que teria recebido a mais do mutuário. Mas os agentes financeiros alertam que tais medidas judiciais desequilibram o sistema financeiro.

Nos últimos oito anos, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo a favor de mutuários que pleitearam a revisão dos encargos mensais e do saldo devedor dos financiamentos pelo Plano de Equivalência Salarial (PES). Nos contratos feitos pelos agentes financeiros, o índice para a correção é o da caderneta de poupança — Taxa Referencial (TR) mais 12% ao ano, no máximo. O indicador proporciona desequilíbrio no financiamento, pois a prestação mensal pouco diminui o saldo devedor, que ao final do contrato pode resultar em um valor astronômico.

Para evitar que isso acontecesse, a servidora pública Ranúzia dos Santos, 46 anos, e quatro vizinhos, procuraram a Associação Brasileira dos Mutuários do Sistema Financeiro Habitacional (ABMT-SFH). Em 2001, os mutuários ajuizaram ação declaratória, alegando abusividade no contrato firmado com o banco. Eles pediram no Tribunal de Justiça do DF (TJDF) a aplicação do PES na prestação e no saldo devedor. “Perdemos em primeira instância, mas há algumas semanas o advogado me ligou e foi uma grande surpresa”, conta Ranúzia. Ela havia financiado um apartamento no Sudoeste em 1997. Com pouco mais de três anos de prestações, já havia pago R\$ 50 mil, mas o saldo devedor chegou a R\$ 170 mil — o imóvel valia R\$ 120 mil na época. Pouco depois da derrota na primeira instância, resolveu-se livrar do financiamento fazendo uma venda conjugada do apartamento. Mas como o contrato está em seu nome, ela deverá ser ressarcida. O valor está sendo calculado pelo Judiciário.

Já o aposentado Valdir do Nascimento conseguiu na Justiça que o encargo mensal de seu imóvel na Asa Norte caísse de R\$ 972 para R\$ 107,80. O acórdão dos desembargadores do TJDF condena o banco a ressarcir o aposentado

pelo que foi pago a mais. A ABMT-SFH calcula que a restituição deve chegar a cerca de R\$ 169 mil. “O encargo estava ficando pesado demais e minha aposentadoria não aumentava. Nem procurei o banco porque não ia adiantar nada”, diz. Por meio de sua assessoria, o banco Itaú, réu nos dois casos, não quis se pronunciar.

“Os contratos são abusivos e não queremos que os mutuários sejam massacrados pelos bancos. Essas decisões resgatam o caráter social que os financiamentos habitacionais devem ter”, explica Mário de Almeida Costa, diretor regional da ABMT-SFH.

Os agentes financeiros acreditam que as decisões não prevalecerão. O superintendente geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Carlos Fleury, diz que a aplicação do PES nos encargos e no saldo devedor prejudica o sistema financeiro. “O banco vive da diferença de juros entre a captação e o financiamento. Quando se interfere num contrato unilateralmente, os dois lados se descasam e o sistema fica desequilibrado”, explica. Fleury discorda da visão do caráter social alegada pela ABMT-SFH. “Vale a pena dar direito ao mutuário de reduzir a prestação e não dar as condições para financiar imóveis para outras pessoas?”, questiona.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, pela ordem.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito, na forma encaminhada à Mesa, a palavra em nome da Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PL, ao Senador Aelton Freitas. S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Na seqüência, falará a Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Valdir Raupp e, depois, o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 47^a Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada esta semana na nossa capital mineira, Belo Horizonte, encerrou-se ontem com importantes saldos positivos para a economia de Minas Gerais e do Brasil. O Governo do Estado, a Prefeitura da capital mineira e o Governo Federal certamente merecem todo o reconhecimento pelos esforços empreendidos para o evento, pois, a sua visibilidade, amplitude e resultados estão muito acima em importância do que os gastos exigidos.

Foram debatidos com dirigentes e especialistas nacionais e internacionais temas como a formulação de políticas públicas que associem inovação tecnológica e desenvolvimento social, a maior proximidade da estrutura de financiamento do BID com a iniciativa privada e o apoio do Banco aos projetos de desenvolvimento regional em curso no Brasil.

Quero me ater primeiramente aos eficientes resultados do encontro para Minas Gerais. Na última terça-feira, o Governo do Estado assinou protocolo de intenções com o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), que viabilizará um empréstimo de US\$50 milhões a Minas Gerais, com prazo de pagamento de 13 anos e meio e carência de três anos e meio.

Os recursos irão beneficiar diretamente 12 Municípios do Vale do Rio Doce, com obras do Programa Processo, que prevê pavimentação de estradas de terra que ligam cidades no interior de Minas.

Outros US\$100 milhões, Sr. Presidente, provenientes do BID, também serão destinados ao Proces-

so, em Minas, aguardamos apenas que o empréstimo seja aprovado aqui no Senado Federal, o que certamente ocorrerá em breve, tão logo nossa pauta esteja desobstruída.

Ainda foi acertado, durante a reunião do BID, a destinação de US\$45 milhões para obras em municípios mineiros que integram a área de atuação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. O recurso será investido em saneamento, infra-estrutura, proteção ambiental e patrimônio histórico nos três pólos estaduais do Prodetur: o Vale do Jequitinhonha, o norte do Estado e o São Francisco. Mais de 1,7 milhões de mineiros residentes nas 76 cidades participantes do Programa sentirão o impacto direto das futuras obras, o que dará às regiões condições de crescimento consistente a partir da adequada exploração turística.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, a reunião do BID trouxe ainda alguns avanços importantes, como o comprometimento do Banco em ampliar a aplicação dos recursos para o setor privado, que atualmente chegam a 3% do seu orçamento. Segundo o Presidente do BID, Luis Alberto Moreno, o objetivo é flexibilizar as regras de financiamento para alcançar o percentual de 10% permitido para a regulamentação da instituição. O principal foco dessa ampliação do financiamento privado seriam os projetos de infra-estrutura e as pequenas e médias empresas.

Também avançaram bastante as discussões sobre a possibilidade de financiamento em moeda local e a criação de um comitê especial para estudar o perdão das dívidas dos países mais pobres da América Latina, que somam um débito de nada menos que US\$3,5 bilhões junto ao BID.

Em nível nacional, o BID confirmou que destinará US\$450 milhões para financiar investimentos de infra-estrutura em municípios de médio porte, ou seja, entre cem mil e um milhão de habitantes, em um programa denominado Procidades. A novidade é que justamente esse programa deve inaugurar o financiamento do Banco em moeda local no Brasil, segundo o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Essa nova linha será importante para contemplar nos próximos anos muitos municípios que nunca firmaram acordos com a instituição internacional, justamente em um momento em que a demanda por recursos nas prefeituras é muito grande, sobretudo para realizar obras viárias e de saneamento básico.

Além de ter gerado importantes perspectivas para futuros investimentos, o evento injetou aproximadamente R\$100 milhões na economia de Belo Horizonte, incluindo os gastos com hotéis, restaurantes, transportes, serviços e os salários pagos a cerca de 1.500 pessoas que trabalharam na organização do evento.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a realização do encontro anual dos governadores do BID no Brasil mostrou-se amplamente positiva; iniciativas dessa natureza devem se repetir para que, além de gerar receitas com o turismo, os órgãos públicos e as empresas privadas nacionais tenham melhores oportunidades de obter financiamentos necessários para dinamizar a nossa economia, tocando projetos estruturantes e de forte apelo social.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aelton Freitas, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – O pronunciamento de V. Ex^a vem em hora bastante oportuna. O sucesso foi grande com a realização desse encontro do BID em Belo Horizonte, na Expominas. O novo centro de feiras realmente está uma beleza, podemos assim dizer – este é o termo correto –; está muito bonito, moderno, dotando Belo Horizonte de todas as condições para grandes eventos como este aqui referido. V. Ex^a também coloca a questão do empréstimo para Minas Gerais, já aprovado pelo BID e também pela Comissão de Assuntos Econômicos – aguardamos apenas as votações das medidas provisórias para que possamos votá-lo em plenário. Quero me congratular com V. Ex^a pela iniciativa de trazer ao conhecimento da Casa o sucesso do encontro do BID e a sua importância para Belo Horizonte e para a economia mineira.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a e peço à Mesa que ele seja incorporado ao meu pronunciamento, por muito enobrecê-lo.

Sr. Presidente, temos grandes demandas e desafios em setores de insumos básicos e em infra-estrutura, que, certamente, serão mais bem enfrentados com colaboração mútua entre o BID e o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Trata-se de uma informação urgente e grave, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler um informe sobre um incidente grave ocorrido ontem nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Colômbia, portanto, área de fronteira de Cucuí, no Amazonas.

Por volta das 16 horas do dia 05 do corrente mês, um pelotão do Exército brasileiro, Guarnição do Pelotão de Fronteira de Cucuí, travou combate com um grupo armado de estrangeiros, provavelmente guerrilheiros das Farc-Colombiana.

A escaramuça foi concluída após 40 minutos de troca de tiros, com a captura de dois colombianos e a provável morte de um terceiro.

Foram arrecadados [Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão e que tem-se preocupado com a nossa fronteira] US\$ 100 mil [das mãos de dois guerrilheiros ou marginais e de um terceiro que provavelmente tenha sido morto], 170 mil Euros, R\$100 mil, 1 bilhão e 100 mil Bolívars colombianos, três fuzis [provavelmente AR-15], uma pistola e um revólver, além de [farta] munição.

Sr. Presidente, faço um alerta para o fato de já haver invasão em território brasileiro de grupos armados, que tiveram a coragem de travar combate com o Pelotão. Um dos soldados do Pelotão tinha ido pescar e disse ter visto oito pessoas armadas. Imediatamente avisou ao Comandante, que determinou que o Pelotão se dirigisse ao local. Houve troca de tiros, ocasionando uma morte e dois presos portando todo esse material apreendido.

Penso que essa situação é gravíssima e não pode se repetir. A fronteira não pode ser desguarnecida, permitindo a entrada de colombianos, seja das Farc ou de qualquer outro grupo guerrilheiro existente na fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pela comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança da Minoria.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo o espaço da Liderança da Minoria para fazer considerações a respeito do resultado final da CPMI dos Correios.

Na qualidade de Presidente do PFL, eu não poderia deixar de trazer considerações sobre a tramitação do processo, as audiências, as dificuldades e aquilo que ficou absolutamente esclarecido.

Lembro que a Oposição, de forma coerente, tão logo surgiram as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, procurou buscar as assinaturas necessárias na Câmara e no Senado para constituir a CPI Mista

e, logo, teve à frente um Governo que, da mesma maneira que se tinha escondido na CPI dos Bingos, no caso Waldomiro Diniz, procurou de todos os modos e de todas as maneiras retirar assinaturas e impedir que os esclarecimentos fossem dados e que a verdade fosse conhecida da sociedade brasileira.

Colhidas as assinaturas e instalada a CPMI, o Governo mostrou-se intransigente no sentido de não cumprir a tradicional regra do Parlamento brasileiro em que dá à maioria a Relatoria e à minoria a Presidência de uma CPI Mista. Impôs uma solução unilateral que só poderia beneficiar aquilo que o Governo desejava, que era esconder a verdade.

Fomos à reunião, levando o nome do eminente Senador César Borges para a Presidência da CPMI, mas tivemos de nos render à maioria, que escolheu o eminente Líder do PT, na ocasião, nesta Casa, Senador Delcídio Amaral, que, por sua vez, dentro da base governista, chamou o Deputado Osmar Serraglio para ser o Relator.

A CPMI nos revelou, de forma clara e evidente, aquilo que, entre quatro paredes, no Parlamento Nacional, já se conhecia: a existência do mensalão; a compra de consciências, que nascia da corrupção do Poder Executivo para comprar consciências no Poder Legislativo; o troca-troca adotado pelo Governo para cooptar partidos, para cooptar parlamentares, para comprar suas consciências e para manter tudo em segredo perante a sociedade brasileira.

Vieram as verdades: o dinheiro do Banco do Brasil com a Visanet, o valerioduto, o dólar na cueca. Tudo isso apareceu perante a sociedade com muita transparência, e houve o acompanhamento, inclusive, do depoimento do Sr. Duda Mendonça, que foi o mentor da campanha do atual Presidente da República e que confessou que dinheiro havia conquistado do Governo do Presidente para pagar sua campanha anterior em 2002.

Os escândalos se somaram. Houve a luta pela prorrogação. Mais uma vez, o Governo quis abafar a CPMI; arrancou assinaturas. E aqui devo fazer uma declaração formal a favor do Presidente Renan Calheiros, que, com consciência, prorrogou o prazo da Comissão, porque aplicou a lei e as condições necessárias do Regimento para que isso ocorresse. E aí chegamos ao seu final.

Os Senadores da Oposição cumpriram com seu dever, como também as Senadoras. Quero louvar esse trabalho de todos aqueles que souberam, na Oposição, cumprir seu dever perante a sociedade. E o faço perante a Senadora Heloísa Helena, que teve um comportamento admirável e corajoso nessa CPMI, buscando sempre aquilo que todos nós brasileiros queríamos

saber. Vale isso para os companheiros do PSDB, para os Senadores do PFL. Louvo a presença naquela Comissão do Senador Alvaro Dias, que fez um extraordinário trabalho. Ressalto também o desempenho do Senador Heráclito Fortes, do Senador César Borges, do Senador Demóstenes Torres, do Senador Efraim Morais, do Senador Romeu Tuma, do Senador José Jorge, que, do meu Partido, souberam corresponder àquilo que todos queríamos saber, acompanhando, com destemor, os depoimentos, as averiguações e as conclusões.

Não posso deixar também de salientar a presença de dois jovens Parlamentares em primeiro mandato: o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, corajoso, inteligente e trabalhador, que buscou aquilo que existia de mais enlameado nos Fundos de Pensão para mostrar à sociedade brasileira; e o Deputado do Rio Grande do Sul que honrou o seu mandato, Onyx Lorenzoni, perseguido pelo PT, enxovalhado injustamente pelo ódio que foi lançado contra ele num pedido absurdo de cassação, com a falsificação da assinatura do Presidente do PT, o que foi agora reforçado pela falsa habilidade, pela falsa responsabilidade do atual Presidente do Partido dos Trabalhadores. O Rio Grande vai dar a resposta nas urnas, consagrando o Deputado Onyx Lorenzoni, que foi martirizado pelo PT, que não sabe como proceder e que quer perseguir e enxovalhar as pessoas, não deixando que elas cumpram com seu dever.

Há de se dizer aqui, Sr. Presidente, que há indícios profundos de crime de responsabilidade do Presidente da República. Ninguém pode negar que faltaram respostas do Presidente a questões que foram apresentadas. Está certo o jornalista Boris Casoy, no seu artigo na **Folha de S.Paulo**, quando diz que “é uma vergonha”. É uma vergonha mesmo! O Presidente da República vê suas contas pagas por um amigo, e seu Ministro diz que ele não devia, nem que as contas foram pagas. Há indícios profundos de crime de responsabilidade, e o Sr. Okamoto, por meio de um pronunciamento judicial, esconde-se da responsabilidade.

E vai mais longe o Presidente, ao não responder ao pagamento das suas contas de campanha feito pelo Sr. Duda Mendonça, em confissão na CPMI, com contas em paraísos fiscais. São indícios claros de crime de responsabilidade que não podem ficar apenas navegando sobre a sociedade brasileira. Há muito que se ver, há ainda muito que se apurar.

Mas quero fazer uma referência muito especial ao Senador Delcídio Amaral, que saiu deste plenário como Líder do PT para ser Presidente da CPMI e que o foi com isenção, com responsabilidade. Firmou seu nome. Para mim, não foi novidade. Conhecia-o desde

os tempos em que foi Diretor da Eletrosul e sabia da sua integridade e da sua postura. Ontem, concluiu, com grandeza, com elevação e com coragem, o seu trabalho.

Quero também fazer referência ao Deputado Osmar Serraglio. Eu não o conhecia. Foi apresentado à sociedade como um representante da base governista, mas soube vencer a tudo e a todos e apresentar um relatório que mostrava as chagas do Governo Lula.

Digo isso, Sr. Presidente, porque esse retrato a que assistimos, de uma CPMI bem concluída, nos leva a reflexões muito sérias. É preciso que se tirem do episódio algumas conclusões indispensáveis às mudanças que devem ocorrer no Brasil. Não é mais possível deixarmos de fazer a reforma política. O troca-troca dos partidos foi a grande causa do mensalão. A falta de fidelidade partidária é que levou o Governo Lula, o próprio Presidente e o Sr. José Dirceu a agirem sobre a consciência de Parlamentares. Isso tem que mudar!

Não fico apenas na advertência. Vou mais longe. Quando chegarmos a 2007, teremos de fazer uma reforma profunda. Temos de examinar o sistema de governo em que vivemos. Será ele o melhor? Não me parece. Precisamos de flexibilidade para encontrar soluções nas crises. O Parlamento, quando não se dá ao respeito, deve sofrer as consequências da sua dissolução. E os governos que não se dão ao respeito devem cair e ser substituídos de forma automática. Essa vai ser a grande discussão de 2007.

Sinceramente, Sr. Presidente, devo dizer aqui, até em tom de reflexão e de mea-culpa, que o sistema de reeleição se tornou um dos males da vida política do País. Os governantes não querem mais trilhar o caminho dos resultados e, sim, o caminho da comunicação, da venda de um produto muitas vezes não concretizado ou realizado. A reeleição é um fracasso no Brasil, mas ainda há tempo de corrigirmos isso.

O ano de 2007 iniciará um novo ciclo. O ciclo político que começou com Tancredo Neves e José Sarney termina melancolicamente no Governo Lula, mas teremos a oportunidade de reformá-lo, de melhorá-lo. O próximo Congresso terá uma extraordinária oportunidade – não ficará só nisso – e a responsabilidade de fazer a reforma do Estado. Se tudo isso ocorreu foi porque temos um Estado com uma dimensão absurda. Não precisamos do Estado mínimo ou do Estado máximo, mas do Estado necessário. Com as condições que o Brasil tem hoje, um mastodonte – falo da União, dos Estados e Municípios –, com gastos absurdos na administração pública, ele não responderá às necessidades da sociedade, principalmente daqueles menos favorecidos que precisam de oportunidades, daqueles

menos favorecidos que precisam de respostas sobre os direitos à educação, à saúde e à segurança. Esse Estado tem de ser reformado e reanalisado, porque assim, e só assim, poderemos tomar outro rumo.

A vergonha que vi a sociedade brasileira viver neste momento de indignação contra um Presidente incompetente, leniente com a corrupção, não basta. É preciso reformar, é preciso melhorar, é preciso ter um Brasil com menos impostos e mais empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Jorge Bornhausen.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2006

Com fulcro no inciso I, do artigo 221, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, requeiro apresentação de condolências à família pelo falecimento de George Savalla Comes, o palhaço Carequinha.

Justificação

Carequinha marcou o picadeiro não só pela arte e carisma, mas por transmitir valores éticos e morais a três gerações de brasileiros. Pioneiro, comandou uma atração por 16 anos na TV Tupi e foi o primeiro artista circense a fazer sucesso na televisão e a criar um formato de programa de auditório para crianças que até hoje faz sucesso. Gravou 26 discos, participou de filmes e, mais uma vez demonstrando estar à frente, colocou sua marca nos mais variados produtos infantis, o que somente veio a acontecer com outros artistas depois da primeira metade do século passado.

A carreira de Carequinha no circo estava escrita desde seu nascimento. Os pais, Elisa Savalla e Lázaro Gomes, eram trapezistas do Circo Peruano, de seu avô, pai de sua mãe. Por coincidência ou premonição, ele nasceu no picadeiro, logo depois de uma apresentação de sua mãe. Com 5 anos, Carequinha estreou como palhaço, já com este nome, dado por seu padrao, Ozório Portilho, também artista circense. A seguir vieram atuações em diversos circos brasileiros e internacionais.

Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para televisão, na década de 60, contou que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata: *“Tem razão”. Sou palhaço e com muita honra. “E o melhor do Brasil”.*

Pela perda irreparável desse ser humano exemplar, requeiro a esse Plenário a apresentação de con-

dolências à família, sua esposa Elpídia Teixeira Gomes e os filhos Tyrone, Wellington, Marlene e Sílvia.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006.

Heloisa Helena
Senadora Heloisa Helena

REQUERIMENTO Nº 383, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha, nesta quarta – feira de infarto, e apresentação de condolências a sua esposa Elpídia Teixeira Comes, a aos filhos, Tyrone, Wellington, Marlene e Sílvia Cristina; aos netos e bisnetos.

Justificação

George Savalla Comes, o palhaço Carequinha, morreu aos 90 anos, na manhã desta quarta-feira, após sentir falta de ar e dores no peito durante a madrugada. Ele estava em casa, em São Gonçalo, na região Metropolitana do Rio de Janeiro, e seria internado para exames no Hospital das Clínicas da cidade, que fica em frente à residência.

Filho da trapezista Elisa Savalla, Carequinha nasceu dentro de um circo na cidade de Rio Bonito, no Rio de Janeiro. Logo após o parto, seguindo a tradição circense, recebeu os primeiros aplausos dos artistas, o que se tornaria uma constante em sua vida. Aos cinco anos de idade, já em Minas Gerais onde sua família trabalhava no Circo Peruano, recebeu uma careca de presente do avô dando origem ao famoso apelido.

O palhaço mais querido do Brasil teve uma carreira de muito sucesso.

Na época de ouro do rádio, integrou o elenco do “Programa Barbosa Júnior”, na Rádio Mayrink Veiga e do **show** de César de Alencar, na Rádio Nacional.

Neste período trabalhou com nomes como Francisco Alves, Emilinha Borba e Ângela Maria.

Em 1964 recebeu a medalha Palhaço Moderno do Mundo, na Cidade de Campione D’Itália, disputando com palhaços de 20 países. Esteve em Portugal, nos EUA, na Argentina e no Reino Unido.

Carequinha gravou várias músicas infantis acompanhado pelo flautista Altamiro Carrilho e sua bandinha. No início da década de 80 marcou presença no primeiro disco da apresentadora Xuxa. No cinema protagonizou

diversos filmes entre eles, “Sai de Baixo” (1956), “Sherlock de Araque” (1958) e “É de Chuá!” (1957).

Na TV esteve presente no infantil “O Circo Alegre” em 1983, na extinta Rede Manchete, sob o comando da diretora Marlene Matos. Em 2001, a convite de Chico Anísio integrou o elenco fixo da “Escolinha do Professor Raimundo”, na Rede Globo, no horário vespertino. Sua última aparição em televisão foi na série Hoje é dia de Maria, onde representava um palhaço. Ou ele mesmo.

A partir do convite de Getúlio Vargas para se apresentar no Palácio do Catete, Carequinha passou a ser considerado o Palhaço dos Presidentes. Os seus **shows** eram quase que obrigatórios para todos os presidentes da República, desde Getúlio Vargas passando por JK incluindo os Generais do governo militar. O palhaço participou da inauguração da Praça dos Três Poderes, na então recém criada Brasília em 1960, convidado pelo amigo Juscelino Kubitschek.

Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para a televisão, na década de 60, ele contou uma história bem peculiar sobre a profissão. Disse que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata:

– Tem razão. Sou palhaço e com muito honra. É o melhor do Brasil.

O humorista Renato Aragão que também se considera um palhaço Disse que “Carequinha foi um artista de valor inestimável para o Brasil”. Através de seu jeito simples e alegre, marcou diversas gerações de brasileiros e brasileiras por intermédio de sua mensagem de educação e cortesia. “Mesmo aos 90 anos, Carequinha mantinha sua alma infantil e ingênua”.

Já o cartunista e autor Ziraldo ao lembrar que Carequinha se achava um predestinado e acreditava que palhaço era uma raça, disse que Carequinha nasceu para isso e, junto com Fred, formou uma dupla adorada pela garotada.

No próximo dia 18, dia em que Carequinha completaria 91 anos, os artistas circenses que residem em São Gonçalo farão uma homenagem para ele na cidade. Segundo o palhaço Biturinha (Augusto Gutierrez), companheiro de Carequinha a homenagem é mais do que justa. Afinal, ele foi o pai, o mestre, o exemplo, para muitos que assumiram a profissão de palhaço. “Eu mesmo decidi seguir a carreira motivada por ele” afirma Biturinha.

Os picadeiros do Brasil vão ficar mais tristes a partir de agora. A ausência do palhaço das muitas gerações, o eterno “Bom Menino” como definiu Renato Aragão, vai deixar saudades.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para justificar o requerimento de sua autoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o Senador Eduardo Suplicy também está coletando assinaturas. Vários Senadores que aqui estavam também apuseram suas assinaturas: os Senadores Tasso Jereissati, Romeu Tuma, José Agripino e Antero Paes de Barros. Foram vários os Senadores, e tenho certeza que seria por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senadora Heloísa Helena, há também um requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pronto, Sr. Presidente.

O Senador Romeu Tuma lembrava há pouco de uma criança que dizia que o seu sonho era superar a marginalidade para poder ser palhaço de circo.

Os nomes “palhaçada” e “palhaço” sempre têm toda aquela carga pejorativa. Muitas vezes, quando alguém quer esculhambar o Congresso Nacional, a política, ou quem quer que seja diz: “Isso é uma palhaçada! Isso é um picadeiro!” E eu nunca esqueço que, certa vez, numa contenda muito complicada que eu tive com o antigo partido de que eu era militante, eu saí de uma reunião e disse: Olha, eu só não digo que esta reunião é uma palhaçada porque respeito profundamente os trabalhadores do circo. E, aí, algumas entidades de trapezistas, profissionais do circo, palhaços, até mandaram uma cartinha muito delicada e muito bonitinha em relação a isso. De fato, o palhaço, aquele personagem do circo, quando põe a pintura, não está colocando a máscara para esconder o que tem de ruim; ele põe a máscara para que ela seja uma alegria para a criança, para quem vai ao circo, e, às vezes, até encobre a tristeza profunda que ele pode estar sentindo.

Então, neste momento, busquemos encontrar outro adjetivo para caracterizar as pessoas que não prestam, sem resgatar trabalhadores do circo, que, muitas vezes, mergulhados na tristeza, na angústia, no desemprego, no sofrimento, ainda assim se pre-dispõem a estar no picadeiro fazendo sorrir, fazendo a alegria das crianças.

Ontem, morreu George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Todos nós, na infância, acompanhamos as suas músicas ou o que ele dizia no picadeiro e nos circos espalhados pelo Brasil.

Carequinha marcou o picadeiro não só pela arte e carisma, mas por transmitir valores éticos e morais a três gerações de brasileiros. Pioneiro, comandou uma atração por 16 anos na TV Tupi e foi o primeiro artista circense a fazer sucesso na televisão e a criar um for-

mato de programa de auditório para crianças que até hoje faz sucesso. Gravou 26 discos, participou de filmes e, mais uma vez, demonstrando estar à frente, colocou sua marca nos mais variados produtos infantis, o que somente veio a acontecer com outros artistas depois da primeira metade do século passado.

A carreira de Carequinha no circo estava escrita desde o seu nascimento. Os pais, Elisa Savalla e Lázaro Gomes, eram trapezistas do Circo Peruano, de seu avô, pai de sua mãe. Por coincidência ou premonição, ele nasceu no picadeiro, logo depois de uma apresentação de sua mãe. Com cinco anos, Carequinha estreou como palhaço, já com esse nome, dado por seu padrastrô, Ozório Portilho, também artista circense. A seguir, vieram atuações em diversos circos brasileiros e internacionais. Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para a televisão, na década de 60, contou que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata: “Tem razão. Sou palhaço e com muita honra. E o melhor do Brasil”.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela perda irreparável desse ser humano exemplar, requeiro a este Plenário a apresentação de condolências a sua família, a sua esposa, Elpídia Teixeira Gomes, os filhos, Tyrone, Welington, Marlene e Sílvia Cristina, com certeza assinado por todos os Senadores da Casa.

Obrigada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a morte do palhaço Carequinha, a passagem dele pela Terra, pelo seu grande grau de fazer divertir, tudo isso é muito querido para nós que temos entre 40 e 50 anos de idade.

Eu gosto muito de música popular brasileira desde menino e minha primeira manifestação, ao que me lembre, foi justamente um disco do Carequinha com todas aquelas músicas que educavam a gente, como “o bom menino não faz pipi na cama”, e assim por diante. O palhaço Carequinha era um palhaço que, como todos, fazia divertir, nem de longe lembra os versos de Ismael Silva, numa música gravada por Jards Macalé, que se chama “Contrastes”, que diz assim: existe muita tristeza na rua da alegria. Mais adiante, diz assim: “analisando essa história, cada vez mais me embaraço. Quanto mais longe do circo, mais eu encontro palhaço”.

Esses palhaços que encontramos por aí, com certeza, não são aqueles que, como Carequinha, tanto faziam divertir. Carequinha era um grande artista e um homem que fez divertir a muitos. Eu só esperava que nossa queridíssima Senadora Ideli Salvatti, conhecendo a música de Carequinha, pudesse dar essa voz maravilhosa a uma música dele para todos apreciarmos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somar minhas palavras às da Senadora Heloísa Helena e às do Senador Demóstenes Torres.

Como a Senadora Heloísa Helena já leu boa parte de episódios que eu aqui havia preparado, poderei sintetizar meu discurso: George Savalla Gomes, o Carequinha, que completaria 91 anos no próximo dia 18, faleceu nesta quarta-feira, depois de sentir falta de ar e dores no peito. Estava em casa, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e seria internado para exames no Hospital das Clínicas da cidade.

Sua mãe, uma trapezista, Elisa Savalla, fez com que ele nascesse dentro do circo, na cidade de Rio Bonito, no Rio de Janeiro. Logo após o parto, seguindo a tradição circense, recebeu os primeiros aplausos dos artistas, o que se tornaria uma constante em sua vida. Aos cinco anos de idade, já em Minas Gerais, onde sua família trabalhava no Circo Peruano, recebeu uma careca de presente do avô, o que o levou a ter esse famoso apelido.

Trata-se de um dos palhaços mais queridos, se não o mais querido, do Brasil, ao lado de Arrelia, Pílim, Renato Aragão e tantos outros que vêm alegrando as crianças e os adultos do nosso País. Na época de ouro do rádio, integrou o elenco do “Programa Barbosa Júnior”, na Rádio Mayrink Veiga e do Show de César de Alencar, na Rádio Nacional. Carequinha trabalhou com nomes como Francisco Alves, Emilinha Borba e Ângela Maria.

Em 1964, recebeu a medalha Palhaço Moderno do Mundo, na cidade de Campione D’itália, disputando com palhaços de 20 países. Esteve em Portugal, nos Estados Unidos, na Argentina e no Reino Unido, sempre honrando a sua profissão.

Carequinha gravou inúmeras músicas infantis, acompanhado pelo flautista Altamiro Carrilho e sua bandinha. No início da década de 80 marcou presença no primeiro disco de Xuxa. No cinema protagonizou diversos filmes, entre eles, “Sai de Baixo”, em 1956, “Sherlock de Araque”, em 1958, e “É de Chuá!”, em 1957.

Na TV esteve presente no infantil “O Circo Alegre”, em 1983, da extinta Rede Manchete, sob o comando da diretora Marlene Matos. Em 2001, a convite de Chico Anysio, integrou a famosa “Escolinha do Professor Raimundo”, na Rede Globo. Sua última aparição foi na série “Hoje é dia de Maria”, onde representava ele próprio, um palhaço.

A partir do convite de Getúlio Vargas para se apresentar no Palácio do Catete, Carequinha passou a ser considerado o Palhaço dos Presidentes. Os seus *shows* eram quase que obrigatórios para todos os Presidentes, desde Getúlio Vargas passando por JK e os Generais do Governo militar. Participou da inauguração da Praça dos Três Poderes, na então recém criada Brasília, em 1960, convidado pelo amigo Juscelino Kubitschek.

Renato Aragão disse que “Carequinha foi um artista de valor inestimável para o Brasil. Através de seu jeito simples e alegre, marcou diversas gerações de brasileiros e brasileiras por intermédio de sua mensagem de educação e cortesia. Mesmo aos 90 anos, Carequinha mantinha sua alma infantil e ingênua”.

Já o cartunista e autor Ziraldo, ao lembrar que Carequinha se achava um predestinado e acreditava que palhaço era uma raça, disse que Carequinha nasceu para isso e, junto com Fred, formou uma dupla adorada pela garotada.

Ainda hoje, Carlos Heitor Cony lembrou episódios de seu aniversário, quando sua filha enviou a canção de Carequinha cumprimentando-o. Contou como ambos se derramaram em lágrimas por aquela homenagem na bonita música de Carequinha.

No próximo dia 18, dia em que Carequinha completaria 91 anos, os artistas circenses que residem em São Gonçalo farão uma homenagem para ele na cidade. Segundo o palhaço Biturinha (Augusto Gutierrez), companheiro de Carequinha, a homenagem é mais do que justa; afinal, ele foi o pai, o mestre, o exemplo para muitos que assumiram a profissão de palhaço. “Eu mesmo decidi seguir a carreira motivado por ele”, afirma Biturinha.

Os picadeiros do Brasil vão ficar mais tristes a partir de agora. A ausência do palhaço das muitas gerações, o eterno “Bom Menino”, como definiu Renato Aragão, vai deixar saudades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, sobre o mesmo tema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem querer imitar o Senador Mão Santa, vou usar uma frase que é dele: quis Deus que V. Ex^a esteja presidindo a Casa neste momento e o Senador Flávio Arns seja o próximo orador inscrito, porque Carequinha, ao falecer, na verdade, rende uma grande homenagem a todos os trabalhadores do circo. Digo que, indiretamente, V. Ex^a homenageia Carequinha neste dia, pois exatamente no dia em que Carequinha morre, a Comissão de Educação aprova, de forma terminativa, o projeto de V. Ex^a que regulamenta a situação de todos os profissionais de circo. Por isso, parabéns a V. Ex^a. E parabéns, Senador Flávio Arns, que foi Relator do projeto.

Eu diria “Viva!” a todos os profissionais do circo e um “Viva, Carequinha!” Parabéns pela iniciativa de V. Ex^a e do Relator, Senador Flávio Arns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, também quero me associar à menção que o Senador Paulo Paim faz a V. Ex^a, autor do projeto de lei que tive a satisfação de relatar, em que também se define o conceito de circo, cuja definição ainda não acontecia, e estabelece critérios que vão auxiliar a atividade circense nas suas apresentações pelo Brasil. Sem dúvida, também, os elogios a V. Ex^a pelo diálogo que manteve com toda a família circense.

Quero também me associar a tudo o que a Senadora Heloísa Helena já mencionou no conceito bonito do que seja um palhaço, do que seja a palhaçada e o respeito que temos de ter para com essa atividade, para com toda essa categoria de artistas. O circo, realmente, está dentro da nossa atividade de artes, do folclore, da vida artística brasileira. Precisamos respeitar essas duas expressões em razão da atividade que essas pessoas desenvolvem no Brasil.

Associo-me ao requerimento da Senadora Heloísa Helena e também ao requerimento e às manifestações do Senador Eduardo Suplicy, ressaltando que é realmente difícil pensarmos numa pessoa que tenha cativado tanto, como foi dito, gerações de brasileiros.

Como tenho uma netinha de um ano e cinco meses, tocamos permanentemente as músicas do Carequinha lá em casa. É uma festa para as futuras gerações que também se deliciam e se encantam com todo o palavreado, com as músicas e com a beleza daquela obra com que Carequinha presenteou a sociedade brasileira durante décadas.

Que bom que o estamos homenageando! Que muitas pessoas sigam o exemplo de Carequinha para

tornar a sociedade brasileira mais humana e mais justa por meio de uma atividade tão fundamental como a atividade do palhaço, a atividade circense. Que todos nós também saibamos, como sempre o fizemos, respeitar figuras como a de Carequinha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Rendo também homenagens a V. Ex^a pela forma competente com que relatou o projeto que regulamenta a atividade circense no País.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu também gostaria de associar-me a essa homenagem em virtude do falecimento do palhaço Carequinha, cuja atuação todos nós acompanhamos durante tantos e tantos anos.

Quero me associar ao requerimento da Senadora Heloísa Helena. S. Ex^a já falou aqui, mas eu gostaria de ressaltar, que o único sobrevivente daqueles 17 rapazes que participaram da filmagem que foi apresentada pelo programa Fantástico, há duas semanas, quer ser palhaço. Portanto, é uma profissão que ainda motiva a juventude. Acho que Carequinha serviu de exemplo para ele. Certamente ele viu muitas vezes o trabalho do Carequinha, o que serviu de inspiração para ele. Devemos lhe dar essa oportunidade.

Então, gostaria não só de dar o meu voto favorável ao requerimento como também de me solidarizar com a Senadora Heloísa Helena.

Aproveito a oportunidade para me inscrever como Líder da Minoria para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador José Jorge fica inscrito para falar depois da Ordem do Dia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para falar pela Liderança antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrita, portanto, para falar antes da Ordem do Dia.

Com a palavra, pela ordem de inscrições, o Senador Marco Maciel, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

Na seqüência, falará o Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB.

Senador Marco Maciel, apenas peço licença a V. Ex^a para despachar os requerimentos aprovados.

A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos irão para o Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 384, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando que cerca de 1,5% da população acima de 40 anos é portadora de glaucoma, doença que se constitui em importante causa de cegueira em nosso meio, não obstante a possibilidade de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento especializado, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Qual é a programação do Ministério da Saúde para o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, instituído pela Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002?

2. Quais foram os resultados alcançados pelo Programa de Assistência aos Portadores de Glaucoma, instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da Portaria GM/MS nº 867, de 9 de maio de 2002, ou por seus sucedâneos?

3. Qual foi o resultado da Consulta Pública nº 2, da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, publicada em 9 de maio de 2002, acerca de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento do Glaucoma, em termos da racionalização da prescrição de medicamentos para o tratamento do glaucoma e do seu fornecimento pelo poder público?

4. Que providências foram adotadas pelo Ministério da Saúde para assegurar o fornecimento de medicamentos aos portadores de glaucoma no âmbito do SUS?

5. Em que medida a introdução de medicamentos genéricos no mercado farmacêutico brasileiro promoveu a redução de custos no tratamento clínico do glaucoma?

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador

Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222, **caput** e incisos, do Regimento Interno, **voto de aplauso** à iniciativa das Lojas Maçônicas e de seus representantes pela organização da Campanha Nacional “Doação de Medula Óssea”, lançada oficialmente no último dia 25 de março próximo passado.

Essa campanha é uma importante iniciativa que envolve membros de duas potências maçônicas: Grande Loja e Grande Oriente do Brasil-RS, que buscam conscientizar, nacionalmente, as pessoas sobre a importância da doação de medula óssea.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tem a palavra o Senador Marco Maciel por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi inaugurado na cidade de São Paulo o Museu da Língua Portuguesa, o primeiro do mundo dedicado a um idioma. Presentes ao ato o então Governador Geraldo Alckmin, hoje pré-candidato a Presidente da República, os Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, e de Portugal, Maria Isabel Peres de Lima, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Manuel Seixas da Costa, Dona Lilly Marinho, José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, principal patrocinadora privada em parceria com o Governo de São Paulo, além de representantes de outras empresas públicas e privadas que se associaram ao empreendimento.

O Museu da Língua Portuguesa, Sr. Presidente, está instalado na antiga Estação da Luz, no centro histórico de São Paulo. Como se sabe a Estação da Luz foi inaugurada em 1901, ou seja, no primeiro ano do século passado. Por ela passou a maior parte dos imigrantes vindos para o Brasil no século XX; ali se ouviu pela primeira vez a língua portuguesa falada

por brasileiros. Parcialmente destruída por incêndio em 1946 e reconstruída na década de 1950, ainda hoje a Estação da Luz serve com seus trens a grande parte da população de São Paulo. Esse é um dos motivos pelos quais esse museu tem características inovadoras, não só na sua estruturação quanto na destinação direta aos usuários.

O projeto arquitetônico interno é de Paulo e Pedro Mendes Rocha, pai e filho; a museografia é de Appelbaum, com sua experiência internacional no Museu do Holocausto em Washington; a estruturação vocabular dos elementos eletrônicos móveis foi coordenada pelo Professor Alfredo Bosi, membro da Academia Brasileira de Letras. Marcelo Dantas exerce a direção artística da exposição permanente.

Estive presente à referida inauguração e diria que o texto definidor do projeto apresenta-o muito claro:

O principal objetivo do Museu da Língua Portuguesa é mostrar que a língua é elemento fundamental e fundador da nossa cultura. Ele é o lugar de celebração e valorização da língua portuguesa, um espaço dinâmico, lúdico, interativo, onde os falantes do português terão sua vivência de identificação cultural com sua língua materna.

“A minha pátria”, disse certa feita Fernando Pessoa, “é a língua portuguesa”. Para ele, também, Padre Antônio Vieira, cidadão de dois mundos – Portugal e Brasil – era o imperador de nosso idioma, pelo notável trabalho que desempenhou na difusão da língua que hoje reúne milhões de falantes em oito países.

No Centro do Museu está a Praça da Língua, com auditório moderno equipado por audiovisuais e multimídia eletrônica informatizada, com painéis coloridos iluminados e cambiantes, apresentando poemas de Camões, Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade, prosas de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, músicas de letras de Noel Rosa e Vinícius de Moraes. Seleções feitas por especialistas no assunto.

Na Grande Galeria, sempre na linha de modernidade, um telão de cento e dez metros de comprimento, exibe sucessivos onze filmes com seis minutos cada um, sobre a presença da língua portuguesa na vida cotidiana do brasileiro. No primeiro pavimento, a artista Bia Lessa organizou uma amostra de homenagem aos cinquenta anos da publicação de *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de uma iniciativa destinada à defesa, à promoção e ao incremento do idioma no Brasil e no mundo, conforme reconheceu Maria Isabel Peres de Lima, desde

o ponto de partida, que é justamente a preservação da língua, o nosso idioma. Aliás, a Ministra de Portugal, em seu discurso, citou o pensador português Virgílio Ferreira, que diz com muita precisão: “Uma língua é o lugar de onde se vê o mundo, e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir”.

A língua portuguesa, Sr. Presidente, é uma só, com muitos falares: do português europeu originário ao português brasileiro e aos da África, Oriente e Oceania. Juntos formamos o bloco cultural – oxalá, também econômico e político – da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. A estrutura gramatical apresenta-se a mesma, ainda quando inovados os vocabulários por Aquilino Ribeiro, em Portugal; Guimarães Rosa, no Brasil; Luandino Vieira, em Angola; Mia Couto, extraordinário poeta e pensador, em Moçambique. Somos uma só cultura, considerada como a mais rica do mundo por Gilberto Freyre, em virtude de sua miscigenação entre europeus, africanos, índios, orientais e até polinésios e malaaios.

A alma da língua é um valor humanista em si e instrumental nos seus usos. Convém, assim, empenharmos num esforço maior pelo cumprimento do acordo ortográfico, não pretendendo, contudo, uniformizar em vão o idioma, porque ele é vida, e a vida não cessa de transformar-se. O que não podemos permitir é a conspurcação literária: devemos, porém, insistir no ensino rigoroso da língua a partir da primeira série do ensino fundamental, indispensável para o conversar e o escrever quotidianos.

Recordo que Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco e tantos outros criaram a Academia Brasileira de Letras justamente por considerarem que a Academia devia buscar, em primeiro lugar, e ter até, talvez, como sua finalidade precípua, a defesa do idioma e, mais do que isso, a sua preservação, a sua promoção e a sua consolidação.

É por esses motivos que entendo que o Museu recentemente inaugurado em São Paulo deverá dar uma excelente contribuição para que continuemos a preservar a nossa língua e enriquecê-la pelo intercâmbio que se faz cada vez maior num Planeta que se mundializa.

Temos de exportar nossa cultura e importarmos o que de melhor se cria em Portugal e demais países lusófonos, e também na América hispânica, nossos vizinhos, e incrementarmos nosso intercâmbio cultural com a Espanha, berço de outro idioma próximo do nosso.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Comunidade Ibero-americana de Nações cruzam interesses e ideais. Grande parte de nosso ser e de

nossa cultura provém da península ibérica, dali surgiu a nossa grande árvore mundial.

É imprescindível ter como meta, agora, considerar que a educação, desde as primeiras letras à cultura em geral, é o começo de uma caminhada que nunca tem fim. Daí se falar em educação permanente, conforme propõe há décadas a Unesco e ir, igualmente, até às chamadas universidades da terceira idade o grau para troca de saberes e experiências com os mais velhos, no mútuo aprendizado das gerações, utilizando inclusive bibliotecas e museus.

Sem cultura básica, saliente-se, não há ciência, pesquisa nem tecnologia, e, como corolário, não há também inovação. Daí a importância da língua e, sobretudo, de cuidar da nossa língua. A sua defesa, aceitando contribuições estrangeiras, apresenta-se como um dos pontos fundamentais da identidade nacional. Hoje em dia, ela não pode ser mais excludente, pois o mundo está cada vez mais integrado por trocas comerciais, informações e intercâmbio cultural.

Que o culto da língua portuguesa seja, portanto, o itinerário no qual as novas gerações devem inspirar-se, tendo como paradigma a ação do Museu da Língua Portuguesa, de São Paulo. Pela Internet, visto que se trata de um museu altamente interativo, é possível a articulação com instituições do Brasil e do mundo inteiro. A língua portuguesa precisa de instituições dessa natureza para projetar-se cada vez mais no circuito mundial, buscando seu lugar entre as culturas e línguas de grande perfusão.

Aliás, Portugal, anote-se, por oportuno, oferece um grande exemplo de difusão da cultura lusófona, tanto no singular quanto no plural, através de diversas instituições do nível dos admiráveis Instituto Camões e Fundação Calouste Gulbenkian, esta presente na construção do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo.

Convém, por oportuno, Sr. Presidente, registrar que, hoje, foi aberta, aqui nesta Casa, no Salão Negro do Congresso Nacional, a Mostra Especial Portuguesa. Estiveram presentes, além de autoridades, o Embaixador Francisco Manuel Seixas da Costa, Embaixador de Portugal no Brasil, e o Diretor do Instituto Camões no Brasil, Sr. Adriano Eurico Nogueira Jordão.

Sr. Presidente, o Brasil e a lusofonia estão todos enriquecidos pela inauguração do Museu de Língua Portuguesa de São Paulo. Oxalá que ele sirva integralmente para tornar viável uma justa aspiração do nosso povo e de nossa gente de ter uma língua mais conhecida e preservada, e, assim, servir de instrumento norteador da nossa identidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse pelo Bloco de Apoio ao Governo ainda durante a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a ficará inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, tem a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – É para consignar a permuta realizada com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, ainda antes da Ordem do Dia, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a estará inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, como Líder do PT, à Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, pela Liderança do PSDB, o Senador Antero Paes de Barros.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, depois de um episódio ocorrido no Congresso Nacional que considero de extrema gravidade, pelo seu significado e suas conseqüências.

O que se faz nesta Casa que não esteja amparado na Constituição Federal e no Regimento Interno cria precedentes e situações extremamente delicadas. Até porque, se bastasse tão-somente ter maioria e ter votos suficientes para se tomar uma decisão, nós não precisaríamos ter Regimento. O Regimento, tanto do Congresso, quanto do Senado ou da Câmara, é exatamente a regra, a lei que estabelece os procedimentos, previamente reconhecidos, sobre como se comportar durante todas as atividades inerentes à nossa função no Parlamento nacional.

Ontem, vários Parlamentares não puderam falar – a prerrogativa primeira de quem é eleito para o Parlamento. Portanto, *parlar*, falar, é a condição primeira de qualquer cidadão ou cidadã brasileira que chega à Câmara ou ao Senado.

Ontem, na reunião da CPMI dos Correios, apesar do princípio elementar de que o Parlamentar pode e deve falar, nem antes, nem durante, nem depois da votação, os Parlamentares puderam falar, fosse “pela ordem” ou “para uma questão de ordem”.

A segunda afronta diz respeito à ciência ou à publicidade. Apesar de não termos tido o direito de falar publicamente, porque não nos era dada a palavra nem “pela ordem”, nem “para uma questão de ordem”, nós não sabíamos o que estávamos votando. Não sabíamos como não sabemos até agora. Neste momento, está havendo uma coletiva – não sei se já terminou – do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios, e talvez esteja sendo apresentado o texto, não um resumo.

Lerei um dos itens votados ontem: “Suprime parte do texto do item 5, alínea a, referente ao Sr. Marcos César de Cássio Lima, Diretor da Quality”. O que isso significa?

E mais: “Inclui parágrafo no final do texto que remete o conteúdo das investigações às autoridades competentes”. Esse é o resumo. O que está sendo incluído?

O que está sendo retirado? Ninguém sabia.

Mesmo não se podendo falar, porque não era dada a palavra nem “pela ordem” nem “para uma questão de ordem”, vários Parlamentares foram pessoalmente ao Presidente e ao Relator para poderem entender. O Sub-Relator de contratos, Deputado Cardoso, foi inúmeras vezes, porque houve várias alterações relativas à Sub-Relatoria do Deputado Eduardo Cardoso, falar com o Relator: “Por quê? O que está sendo modificado? Quero saber qual é o texto da modificação!” E lhe era apresentado única e exclusivamente esse resumo.

Portanto, ontem, estabelecemos dois gravíssimos precedentes: o de se votar com o resumo, e não com o texto, na íntegra, sem se saber na totalidade o que se estava deliberando; e o outro precedente gravíssimo é que, durante a votação, não se pôde fazer destaque. E vejam que já existem precedentes! Inclusive, à tarde, tive oportunidade de exemplificar até com votação de texto de relatório de CPMI – uma delas presidida pelo Senador Alvaro Dias, que agora preside a sessão –, em que, aprovado o texto do relatório, encaminhava-se a votação de destaque. Isso aconteceu a pedido de vários Senadores: Senadora Heloísa, Senador Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senador Pedro Simon. Houve o mesmo procedimento regimental em várias CPMIs: após a votação do relatório, sem prejuízo dos desta-

ques, fazia-se, em seguida, a votação dos destaques. Mas não pudemos utilizar esse expediente, que é regimental e sempre foi usual nas CPMIs ao longo da história deste Congresso.

O Regimento garante o direito à palavra, ao conhecimento, a tornar público o que está em processo de votação e à possibilidade de se votar o destaque, mas tudo isso foi eliminado ontem. Foi retirado o legítimo direito de qualquer Parlamentar recorrer ao Regimento da Casa.

Por isso, esse episódio tem consequências.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ontem, fui impedida de falar muitas vezes e, hoje, vou concluir o meu pensamento. Se me for permitido, depois de concluir todo o meu pensamento, concederei apartes, mas vou usar todo o meu tempo agora.

Esse precedente é de uma gravidade, porque poderá servir de exemplo. Assim como levei os exemplos das CPMIs, em que o direito de votação do destaque foi utilizado à exaustão, abrimos um precedente para que, agora, no Congresso Nacional, Parlamentar não possa falar; Parlamentar vote sem saber o que está votando e sem o direito de pedir votação de destaque.

Por isso, entendo que não é qualquer coisa o que aconteceu, e espero que tomemos alguma providência para que esse tipo de situação seja totalmente eliminado, porque, senão, o Regimento, que é a nossa lei, a nossa regra, não precisa mais existir.

Eu gostaria ainda de fazer uma indagação: quero saber, das pessoas que votaram, se elas têm conhecimento efetivo do que votaram, porque o texto foi modificado sem que houvesse sido apresentado o que estava sendo modificado. Não foi divulgado o nome de quem estava pedindo a modificação. A Bancada do PT e vários Parlamentares que apresentaram voto em separado foram expostos. Pelo menos o que apresentamos, o que foi considerado um substitutivo, um global, o que foi denominado paralelo, etc., foi público. Todo mundo sabia quem estava pedindo aquelas modificações, inclusões, alterações ou exclusões. Houve determinadas matérias, votadas ontem, que ninguém sabe quem as pediu, porque não foi dado texto, não foi divulgado o nome de quem pediu, nem houve justificativa do pedido. E não foi pouca coisa!

Quero aqui relatar pelo menos três votações feitas ontem que nos causaram muita estranheza. Muita! A primeira exclui todos os indiciamentos da comissão de licitação da concorrência nos Correios de outubro de 2000, concorrência que beneficiou o esquema...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere relevante o meu pronunciamento e que me permita concluí-lo. Tenho ainda alguns elementos importantes a expor.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É justo, Sr. Presidente. Creio que se deve dar o tempo necessário à Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder mais tempo a V. Ex^a, a exemplo do que já fizemos com os oradores que a antecederam.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Essa concorrência de outubro de 2000, para beneficiar o esquema Beta-Skymaster, tinha indícios de fraude e de vício escandalosos. E o relatório pedia as providências legais cabíveis pelas provas levantadas, mas foram retirados, foram excluídos todos os nomes, sem nenhuma justificativa. Sabe qual é o valor desse contrato, dessa licitação de outubro de 2000? Duzentos e oitenta milhões de reais! Era sobre esse valor que havia uma investigação contundente, com indícios fortíssimos, elementos, provas; e isso foi retirado.

Foram retirados também dois nomes nas franquias, num outro processo, do qual não foi possível quebrar todos os sigilos. Foi possível quebrar o sigilo de uma única franquia. Uma única! Nem chegou à CPMI toda a quebra do sigilo. Em relação à parte que chegou, ficou identificado saque na boca do caixa de oito milhões, além de inúmeros depoimentos de que os recursos tinham vinculação com políticos. Está tudo lá, testemunhado; comprovados os saques, os repasses, tudo! E é bom saber: franquia é um processo que houve nos Correios já há mais de uma década e, só para se ter a dimensão do dinheiro – porque é importante conhecer a dimensão do dinheiro que estava envolvido nessa investigação –, o faturamento/ano, isto é, só de um ano, de uma única franquia que teve quebra de sigilo, é da ordem de R\$144 milhões. Some-se isso, ao longo de muitos anos, aos R\$280 milhões da Beta-Skymaster e some-se isso ao terceiro item que quero aqui levantar, retirar ou modificar – não sabemos o que é, porque não acessamos o texto – a aplicação internacional, feita em outubro de 2002 pelo IRB, que, à época, era presidido pelo Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho –, da ordem de US\$240 milhões, a qual deu um baita prejuízo ao IRB. Inclusive, há um processo de investigação, já avançado, no Tribunal de Contas da União.

Então, houve três modificações, e ninguém sabe o que foi feito, porque o texto não foi apresentado, foi votado e aprovado. Ninguém sabe por que, nos três casos, aparece o Deputado Osmar Serraglio. Não houve voto em separado, e ninguém sabe, efetivamente,

quem fez o pedido, porque foi diferente dos outros votos. Nós, a Senadora Heloísa Helena e vários Parlamentares apresentamos voto em separado. Isso se tornou público. Desses, não se sabe.

Mas somem o volume de recursos sob investigação: US\$240 milhões no caso do IRB; 280 milhões no caso da Skymaster e da Beta; 144 milhões/ano, no caso de uma única franquia. Ou seja, o que foi retirado ou modificado, sabe-se lá o que ou como, ultrapassa a casa de R\$1 bilhão, no mínimo, e ficamos todos achando que tudo isso é porque se quer investigar com profundidade e até as últimas consequências.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Bancada do Partido dos Trabalhadores na CPMI dos Correios deu uma coletiva e apresentou uma nota pública que lerei, para, dessa forma, encerrar meu pronunciamento:

1 – A bancada de parlamentares do PT na CPMI dos Correios reafirma seu compromisso de que tem por indispensável o encaminhamento do relatório desta investigação parlamentar ao Ministério Público e a outras autoridades competentes. O não-encaminhamento do relatório compactuaria com uma situação de impunidade inaceitável.

2 – São inverdadeiras as afirmações de que a bancada do PT tentou utilizar expedientes de obstrução à votação do relatório. Expedientes regimentais habituais para esse fim, como a tentativa de se evitar o encerramento da discussão, a apresentação de requerimentos de adiamento de votação, ou outros, não foram utilizados.

3 – O processo de votação do relatório do Deputado Osmar Serraglio, na reunião de ontem da CPMI, violou vários dispositivos constitucionais e regimentais, entre estes:

a) art. 37, **caput**, da Constituição Federal (princípio da publicidade);

b) art. 241 do Regimento Interno do Senado (obriga a leitura das proposições e, portanto, do texto das modificações propostas pelo Relator);

c) art. 312 do Regimento Interno do Senado (admite a apresentação dos destaques para a votação em separado);

d) art. 131 do Regimento Comum (permite a apresentação de questões de ordem).

4 – Estas violações legais e regimentais impediram aos parlamentares e à sociedade brasileira o conhecimento integral da matéria votada,

propiciando que o relatório tivesse texto diferente do divulgado e discutido. Por esta razão, foi interposto o recurso contra a decisão do Presidente da CPMI que impediu a votação de destaques e até mesmo o simples esclarecimento das modificações introduzidas pelo Relator momentos antes da votação, e sem a necessária publicidade dos textos alterados. É importante salientar que a interposição deste recurso não será por nós utilizada para obstar o encaminhamento do resultado da presente investigação parlamentar ao Ministério Público e às autoridades competentes. Também não serão propostas quaisquer medidas judiciais com este objetivo.

5 – São **inaceitáveis** as modificações feitas pelo Relator no texto do relatório, **minutos antes da votação**, e **sem conhecimento do texto modificado**. As alterações e supressões injustificadas do encaminhamento ao Ministério Público do nome de suspeitos, particularmente nas conclusões propostas em relação às franquias, aos dirigentes dos Correios, do IRB e de corretoras, sem permitir que parlamentares indagassem a motivação do Relator ao fazê-las, é fato grave e ofensivo à transparência que deve orientar as investigações parlamentares. Causa espécie, inclusive, que **até o momento o texto modificado ainda não tenha sido divulgado**.

6 – Para que omissões injustificadas nas investigações realizadas pela CPMI dos Correios sejam levadas ao conhecimento das instituições competentes, encaminharemos representação ao Ministério Público Federal e a outras autoridades, para que tomem ciência dos fatos delituosos lamentavelmente retirados e omitidos do relatório originalmente apresentado pelo próprio Relator.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a a gentileza com que me concedeu alguns minutos a mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, embora não tenha sido citado nominalmente, mas sendo um dos votantes do resultado da CPMI, sinto-me altamente atingido pelas afirmações da Senadora Líder do PT. Portanto, peço a V. Ex^a, baseado no art. 14 do Regimento Interno, o direito do uso da palavra. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Seria mais uma quebra do Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito ao Senador Heráclito Fortes apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, essa seria mais uma quebra do Regimento, porque o art. 14 do Regimento Interno é explícito ao garantir a palavra apenas quando há citação nominal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, sinto-me atingido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra por menos de um minuto, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não respondi sequer à solicitação do Senador Heráclito Fortes, e S. Ex^a já está na tribuna.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, quero-me inscrever também pelo art. 14 do Regimento Interno do Senado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, por um minuto, não mais que um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Evidentemente, vou atender a esse apelo da Senadora Heloísa Helena, que defende o direito de falar, e vou conceder, sim, pelo art. 14 do Regimento Interno, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, mas depois da questão de ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito menos de 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, também faço parte da CPMI...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a tolerância do Senador Heráclito Fortes por 30 segundos.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos encaminhou-me cópia de um ofício enviado ao Senador Renan Calheiros, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Em função de requerimentos apresentados por parlamentares manifestando interesse em meu comparecimento ao Congresso Nacional, considerando a importância do bom funcionamento das instituições democráticas, expresso na relação harmoniosa entre os Poderes da República, manifesto minha disposição em comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, em data a ser marcada de acordo com a conveniência do Legislativo.

Respeitosas saudações. – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e ao Sr. Senador Heráclito Fortes.

Esse é o registro de um democrata e de um homem com absoluta responsabilidade política, o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pela boa notícia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, também sou membro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem, porque, se lhe concedesse a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno desta Casa, evidentemente, todos os integrantes da CPMI teriam de falar, de se pronunciar.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Heráclito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meu pedido é pela ordem mesmo, porque fui citada nominalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é a próxima oradora inscrita.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas vou pedir a palavra pelo art. 14 do Regimento, porque é para se cumprir o Regimento e vou tratar disso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a foi nominada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Estou solicitando a palavra, após o Senador Heráclito, pelo art. 14 do Regimento. Depois, pelo direito regimental que tenho, mantenho minha inscrição como Líder e minha inscrição feita normalmente. Quero deixar claro que isso é regimentalmente legal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo Regimento, V. Ex^a tem o direito de requerer a palavra pelo art. 14, uma vez que foi citada pela Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a terá a palavra depois do Senador Heráclito Fortes, que falará pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço que me seja concedida a palavra pela ordem, em seguida, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Como participante dessa CPMI, como um dos votantes nessa CPMI, quero esclarecer à Nação que não há fundamento nas palavras da Líder, hoje completamente movida por uma teoria conspiratória. A mania de perseguição que tomou conta de alguns setores do PT não tem cabimento, Sr. Presidente.

A mania de perseguição que tomou conta de alguns setores do PT não tem nenhum cabimento, Sr. Presidente! Vamos ser bem claros e justos! A Líder cita alguns votos, em separado, de autoria do Deputado Carlos Willian. Se S. Ex^a tivesse prestado atenção, o voto em separado de autoria do PT, assinado pelo Senador Sibá Machado, recebe também a assinatura do mesmo Deputado Carlos Willian. Quer dizer que o Deputado Carlos Willian tem dupla atuação? Para contrariar o PT não serve; para ajudar o PT é bom! Quando a Líder fala da questão do IRB, S. Ex^a faz a defesa pela metade. No entanto, não cita que o nome do Sr. Henrique Brandão – também do IRB –, acusado de conluio com o seu Partido, foi retirado!

Creio que conversas dessa natureza contaminam a CPI. Mas, se alguém procurou tirar nomes de membros ligados ao PT foram os membros do PT.

Agora, isso tudo fica muito ruim, Sr. Presidente, para a Nação. Aqui, a Senadora Ideli fala de unanimidade da Bancada do PT na CPI e omite o nome do Presidente, que é o Senador Delcídio Amaral, o que dá a impressão de que o Senador Delcídio está expulso ou, pelo menos, execrado do Partido. Fica muito ruim para o Partido dos Trabalhadores punir quem cumpriu o Regimento e omitir o nome dos que roubaram a Nação, que nunca foram ao Conselho de Ética, que nunca foram julgados e que não receberam nenhuma pressão do Partido dos Trabalhadores! Punir quem quis! Se a lei fosse cumprida – no caso do Senador Delcídio, não tenho nenhuma procuração para defendê-lo... E não se tomar nenhuma providência em relação aos que são absolvidos, a cascata, e que participaram do mensalão! Acho que esta CPMI fez um bem ao PT quando não caracterizou o mensalão e aceitou a figura do caixa dois.

A Nação toda sabe que o dinheiro surrupiado da Nação foi após o período eleitoral; que o dinheiro tirado da Nação, dos cofres do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos fundos de pensão, não foi para a campanha do Sr. Lula – ele já estava eleito! –, foram saques feitos a empresários brasileiros. Portanto, essa fuga da Líder do plenário não nos surpreende! Virou investigadora de polícia, denunciando colegas, pedindo punição de funcionário desta Casa que se recusam a cumprir ordens que não são legais! Não reconhece que estamos em um Estado de Direito. Graças a Deus a Nação acordou a tempo, porque, senão, Senador Alvaro

Dias, se o PT continuasse arrecadando os dinheiros na marcha em que foi o seu primeiro ano, e continuasse forte junto à opinião pública, nós já estávamos, neste País, numa ditadura! O PT não gosta disto. Tem pavor a parlamento. Ele gostava era daquelas assembléias em que só o chefe e o poderoso falavam e todo mundo aplaudia. Democracia é outra coisa. Democracia é a arte de contrários terem opinião e ser respeitada!

Finalizando, Sr. Presidente, se nós retroagirmos no tempo, vamos nos lembrar que fomos, os da Oposição, derrotados na composição da CPI. Por quê? Porque o PT não cumpriu o acordo, e nós perdemos o direito de indicar o Presidente e o Relator. E agora o PT se volta exatamente contra quem elegeu. Por quê? Porque não quiseram cumprir as ordens emanadas do politburo! As ordens vindas de cima, que tinham de ser obedecidas: esquecerem-se dos culpados e acusarem os inocentes!

Sr. Presidente, falou-se, aqui, que votaram sem saber o que estavam votando. Pior exemplo deu a Líder, que fala de um relatório que sequer leu. Se ela for ver o relatório do PT, dos votos em separado – o PT sabe tanto que não tem convicção, meu caro Senador Geraldo Mesquita –, na maioria dos casos, ele não acusa diretamente, mas em tese. Diz: “em tese, fulano errou...”, “em tese, fulano pecou”. E V. Ex^a sabe que no Direito não há condenação em tese! Condena-se pelo crime, pelo erro; não existe essa condenação em tese! Infelizmente, a Senadora, qual peixe, morreu pela boca. Falou de quem votou sem saber, sem sequer ter lido o que o seu Partido mandou àquela Comissão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pelo art. 14.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, o direito de pedir a palavra pela ordem, creio que eu também o tenho, uma vez que também sou membro da CPMI.

Eu só queria fazer uma colocação, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR)

– Pois não. Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto à colocação da Senadora Ideli Salvatti, de que nós não tivemos acesso às mudanças no relatório, que só nos entregaram na parte em que havia iniciado a votação, é pura verdade! Não votei porque não sabia o que estava sendo votado! E, se não sei o que estou votando, eu não vou votar. Não vou er-

rar por omissão. Então, enquanto eu e os outros dois membros do PMDB estávamos lendo, foi dado como encerrada a votação, e acabou. Isso me lembra muito o gol de mão do Maradona. Foi gol de mão, e a história vai mostrar isso. Agora, está valendo o gol. Mas, depois, com calma, vai-se mostrar que foi gol de mão o que aconteceu ontem, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Wellington Salgado Filho.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, regimentalmente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL. AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu até estava inscrita, e vou preservar a minha inscrição, como manda o Regimento, e, respeitosamente, possibilitando a permuta para alguns que precisem falar antes de mim, mas me sinto na obrigação, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, de fazer algumas observações, inclusive do ponto de vista regimental.

Tive a oportunidade de apresentar o meu descontentamento em relação a parte do Relatório do Deputado Osmar Serraglio, como fez V. Ex^a também. É evidente que há fatos graves que não foram incorporados no Relatório do Deputado Osmar Serraglio. O fato da retirada dos nomes do Armando Cunha, do João Leite Neto, do Presidente dos Correios, os problemas relacionados à Beta, não apenas em relação a 2000, porque houve fraude da Beta em 2000, no Governo Fernando Henrique, e houve fraude da Beta no Governo Lula também, porque um dos donos da Beta, o Sr. Carlos Augusto, financiou a campanha do Presidente Lula. Existem problemas gravíssimos! Claro que eu queria que a CPI dos Correios tivesse quebrado os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os beneficiários iniciais da operação fraudulenta do mensalão, porque o povo brasileiro não sabe quais Senadores ou Deputados foram beneficiados com o esquema do mensalão. O povo não sabe, porque não quebraram os sigilos bancário, fiscal nem telefônico, porque o Governo implodiu a CPI do Mensalão. Sabe apenas quem são os beneficiários iniciais. Claro que eu queria que estivesse no Relatório do Deputado Osmar Serraglio o banqueiro Daniel Dantas. Claro que eu queria que estivessem todos os problemas relacionados às franquias. Claro que eu não tenho nenhum compromisso com os crimes contra a Administração Pública – se foram identificados e se fossem para o relatório da CPI – do governo passado. Claro que eu queria que estivesse dentro do relatório, como principal responsável, comandante do esquema de corrupção, o Senhor Presidente da República. Claro que eu que-

ria que no capítulo da Gamecorp estivesse o filho do Presidente da República, o Sr. “Lulinha 15 milhões”, porque, se fosse o meu filho, ele estaria lá para ser desmascarado; e quem não botasse o meu filho para ser desmascarado estaria prevaricando! Claro que tudo isso é fato. Eu queria que o relatório fosse outro.

Agora, há algo que o Governo precisa responder. O recurso ao Plenário... Senador Tião, há muitas coisas importantes, eu reconheço. Sabe V. Ex^a como eu gosto do Regimento, como eu prezo pelo respeito ao Regimento, porque o Regimento é o instrumento da Minoria, mas o Regimento não pode ser usado para tapetão quando perde. Esse é o problema! Na quinta-feira passada, à noite, o Senador Delcídio encaminhou, por acordos com os Parlamentares, tudo isso aqui que eles estão agora dizendo que não pode mais. Por que aceitaram isso? Eu, de pronto, liguei ao Senador Delcídio e disse: Senador Delcídio, V. Ex^a acordou com todos os outros que até as 10 horas da manhã seria preciso mandar os votos em separado, e eu estou dizendo a V. Ex^a que, se durante a discussão, eu entender que quero apresentar voto em separado, eu o farei. O Regimento diz que até o final da discussão pode ser apresentado voto em separado. Combinou-se e se assinou com o Senador Delcídio – e a Base do Governo não reclamou – que o relatório não constitui proposição legislativa. Portanto, não caberia o requerimento de votação. Por que aceitaram isso? Existe uma decisão do Senado, da Comissão de Constituição e Justiça, que agora eles estão usando. Ou seja, aceitaram quinta-feira passada, porque talvez imaginassem que poderiam transformar algum Senador ou Deputado em mais uma mercadoria parlamentar, talvez imaginassem que iriam ganhar os votos necessários para o substitutivo; passaram todo o dia de ontem articulando com Parlamentares do PFL e do PSDB – não todos os Parlamentares –, mas passaram. Está lá, em todas as fotos de jornais, em cenas na televisão. O problema é que queriam trocar uma coisa por outra. O problema é que perderam a autoridade moral e regimental de questionar porque passaram o dia todo no submundo, nos subterrâneos, tentando fazer acordos políticos: “Tudo bem, você deixa de fora o fulano de tal, mas dê uma interpretação diferente ao mensalão...”

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, como a Senadora usa a palavra para explicação pessoal, meu caro Senador Heráclito Fortes, não cabe aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Eu só tenho nove segundos, mas daqui a pouco eu vou

voltar porque estou escrita regimentalmente, protegida, e poderei falar.

Sr. Presidente, para deixar absolutamente claro, infelizmente, a Base do Governo foi cega pela arrogância. Não questionou os procedimentos encaminhados pelo Senador Delcídio Amaral na quinta-feira passada. Não questionou nada durante a discussão, nem durante o início da votação. Não apresentou requerimentos, não fez nada. Quando viu que iria perder, que a tática dos subterrâneos não iria conseguir tirar o que eles desejavam, resolveram fazer esse tipo de bravata regimentalista. Portanto, perderam a autoridade regimental e moral para fazê-lo porque priorizaram os esconderijos, os acordos políticos. E como não foram contemplados, agora estão questionando algo que quinta-feira passada não questionaram.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, como Líder, por cinco minutos.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente enquanto S. Ex^a assume a palavra.

É para que a Nação, que ouve a TV Senado, tome conhecimento de que a Líder do PT no Senado fez provocação à Oposição sobre o relatório e fugiu do plenário. Puxou o debate, que é democrático – e a imprensa sabe que é um debate importante –, fez a provocação e retirou-se do plenário por falta de argumento.

Eu quero apenas que fique registrado, porque o Brasil inteiro nos está assistindo. Quem não pode com o pote não pega na rodilha. Quem não tem condições de discutir o que aconteceu ontem não deveria provocar o debate; mas, ao fazê-lo, precisaria estar aqui para sustentar a tese que defende e não fazer discurso e fugir do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Antero Paes de Barros tem a palavra como Líder, por até sete minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, quero cumprimentar V. Ex^a, os Srs. e as Sras. Senadoras e dizer que, como Líder, também gostaria da isonomia, utilizar o mesmo tempo concedido pela Liderança da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC) – Senador Antero Paes de Barros, o Secretário informa

que a Senadora usou cinco minutos mais dois minutos. V. Ex^a terá a devida compreensão da Mesa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, quero hoje lamentar o comportamento do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Não agora se colocando à disposição para vir debater aqui no Senado. Acho que é importante. Sabendo que viria como convocado, foi inteligente e antecipou a sua vinda ao Senado da República. Não deixa de ser uma medida inteligente; aliás, nunca ninguém negou a inteligência dele.

O tratamento privilegiado dado ao Ministro Antonio Palocci pela Polícia Federal é inaceitável. Por que o Sr. Antonio Palocci, não mais Ministro da República, não foi ouvido na Polícia Federal? Por quê? Para desviar a atenção da imprensa, com aquela suposta bomba armada pelo advogado dos Maluf, hoje advogado do PT, para que a imprensa, num evento público, não pudesse ouvir, ver e fotografar o depoimento do Ministro Antonio Palocci.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lendo parte do depoimento do Ministro Antonio Palocci, quero chamar a atenção desta Casa. O PT precisa de limites. Em determinado trecho do depoimento que está no *site* do jornalista Ricardo Noblat, ele diz o seguinte: “... que consultou o Sr. Daniel [o Daniel a que se refere é o assessor do Ministro Márcio Thomaz Bastos] sobre que medida jurídica o interrogando [ele] poderia adotar ou qual órgão de investigação jurídica deveria ou não procurar, tendo em vista a informação de que S. Ex^a, o Senador Antero Paes de Barros, estaria se reunindo com o caseiro para possível instrumentalização de uma pessoa humilde para atacá-lo politicamente”.

Canalhice pura! Ele foi lá procurar a Abin – está hoje nos jornais –, foi procurar a Polícia Federal, querendo transformar uma instituição séria da República numa *gestapo* de Lula; só faltou procurar o Exército brasileiro para ir atrás do caseiro. Coincidentemente, esses fatos ocorrem no dia 17, ao mesmo tempo em que, nesta Casa, se fazia requerimento para saber de fitas dos Srs. Senadores, para saber de imagens dos Srs. Senadores; ao mesmo tempo em que – constatou-se – as câmeras da televisão estavam direcionadas para o meu gabinete. Não aceito isso, como não aceito que o Senador Heráclito Fortes continue sendo alvo dessa loucura palaciana.

A invasão do sigilo do Sr. Francenildo não foi um ato isolado do Presidente da Caixa, não foi uma ordem isolada do Sr. Palocci. No depoimento do Sr. Palocci, ficaram claros alguns fatos. Política tem que ter lógica, Senador Cristovam. No dia 17, ele se encontrou com os assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eles todos precisam vir à CPI dos Bingos. Ele falou, no dia 17, com os assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Em que data o Ministro soube que seus assessores

foram procurados para a prática dessa violência contra o caseiro e contra o Senado da República? Quando o Ministro soube? No dia 17. O Palocci só foi demitido, Senador Tasso Jereissati – aliás, a pedido – no dia 27, dez dias depois. Não é da boa lógica imaginar que os assessores do Ministério da Justiça não concordaram com a violência proposta pelo Palocci e não informaram o Ministro. Se informaram ao Ministro, ele informou ou não ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva? Esse é o âmago da questão! O Lula sabia ou não sabia? E, depois que soube, depois que tomou conhecimento dessa violência, por que Lula chama o Palocci de grande irmão? Por que, na demissão, o maior ato contra a democracia brasileira – depois do Golpe de 64, essa é a maior violência contra a democracia – por que depois de tudo isso, o Lula, não tendo coragem para demiti-lo e não podendo demiti-lo, se vira para o Palocci e diz: grande irmão, grande companheiro, grande isso, grande aquilo.

Grande irmão por quê? Por que precisa ficar calado como grande irmão e não revelar todas as entranhas do poder? Grande irmão por quê? Por quê, estando exilado no Palácio do Planalto, o Sr. Palocci não pode revelar se conversou ou não com o Lula nesses dez dias?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Nesse tempo todo, Sr. Presidente, o Sr. Palocci esteve dentro do Palácio do Planalto, próximo ao Lula. E não conversou com o Lula?

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Melhor chamá-lo de grande comparsa, Senador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O grande cúmplice.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O grande cúmplice!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É evidente que é isso. Não dá para deixar essa história pela metade. Há muitos furos nessa história, e ela precisa ser investigada à exaustão.

Hoje, começam a aparecer os jornalistas aqui. A jornalista Helena Chagas é citada no depoimento do Palocci. Palocci precisa ser, como cidadão, convocado para depor na CPI; o Presidente da Caixa, como cidadão, convocado para depor na CPI. A acareação é uma necessidade para repor a verdade histórica. Os que participaram da comemoração do aniversário de Jaques Wagner precisam ser convidados para esclarecer a história.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Os assessores precisam esclarecer quando informaram. O General Félix confirmou que foi procurado por Palocci. É para isso que serve a Abin?

Não dá mais, Sr. Presidente, para aceitar isso.

Ouçõ o aparte do Presidente, um dos grandes orgulhos do nosso Partido, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Só peço ao nobre Senador Tasso Jereissati objetividade. Não concederei mais apartes em função do tempo do orador. Agradeço a V. Ex^a a compreensão.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antero, cada dia que passa fico mais surpreso e mais perplexo diante do que está acontecendo. Agora, assisti ao pronunciamento da Líder do Governo. Ela, em resumo, indo ao mérito da questão – não vou entrar nos detalhes técnico-regimentais –, reclamava um requerimento, um relatório final da CPI que dissesse que não aconteceu nada, que não houve mensalão, que não houve corrupção, que não houve deputado recebendo nada; que, enfim, fôssemos coerentes com as votações que estão acontecendo na Câmara Federal, isentando deputados; que nós, do Congresso Nacional e a CPMI dos Correios, fôssemos cúmplices de uma grande farsa, e saindo a CPMI, assim como o Congresso Nacional, desmoralizada perante o País, fazendo parte de uma grande mentira nacional e assumindo a cumplicidade com o maior espetáculo não do crescimento, mas o maior espetáculo de corrupção a que este País já assistiu. Mas, se fosse só isso, já era demais, já era muito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas o pronunciamento da Senadora foi bem longo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Meu caro Senador Tasso Jereissati, a Secretaria informou que S. Ex^a usou oito minutos.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – A sua Secretaria lhe informou errado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não. O Senador Antero já está com nove minutos, e vou conceder mais três minutos a V. Ex^a, sem problema.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Isso já era muito. Mas, mais do que isso, ela novamente fez uma acusação aos Senadores e Deputados que participaram dessa CPI e tiveram não a coragem, mas cumpriram com o seu dever, e fizeram um relatório minimamente correto. Acusou todos de incorreção, seus colegas Senadores e Deputados que trabalharam corretamente. Acusou todos por fazerem o trabalho correto

– mais grave ainda. Agora, mais grave ainda, porque ela já havia preparado aqui, nesta Casa, uma trama clara e pública contra V. Ex^a, num caso que depois se tornou, talvez, o maior escândalo de uso da máquina pública nacional desde, talvez, a ditadura militar, desde as torturas da ditadura militar, que foi o caso da quebra de sigilo do caseiro. Ela, desta tribuna, armou uma trama, querendo praticamente acusar V. Ex^a de um conluio, insinuando – antecipadamente, veja bem – que V. Ex^a tivesse um conluio com o caseiro e que este conluio tivesse a ver com o que o caseiro tinha feito, pedindo, aliás, que fosse investigada a vida de V. Ex^a, de uma maneira bastante pouco elegante e bastante pouco ética...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...tornando-se, portanto, já contumaz o hábito dessa Senadora de investigar e acusar, de uma maneira bastante pouco elegante, a vida dos seus colegas, pedindo a eles que se omitam diante da corrupção, que se omitam diante do uso cada vez mais ditatorial e autoritário que se está fazendo da máquina pública deste País, para encobrir a mentira e a corrupção. Vejo aqui, agora, V. Ex^a dizer que essa montagem que o Ministro Palocci fez na Polícia Federal tinha uma conexão direta com o discurso que ela fez àquela época aqui; portanto, parte de uma trama diretamente relacionada e concatenada para desmoralizar a denúncia que V. Ex^a fazia e concatenada, também, com a abertura do sigilo fiscal e, portanto, concatenada com o Sr. Jorge Mattoso, concatenada com toda a República, com o Poder e com o Governo. E aí eu chego ao Presidente Lula, que é o responsável por tudo isto, pela abertura do sigilo do caseiro e de desmoralização de V. Ex^a e – vou mais além – de desmoralização, agora, da CPI; desmoralização da CPMI; desmoralização do Senado Federal e desmoralização do Congresso Nacional, que é o objetivo final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Secretaria-Geral da Mesa retifica, informando que a Senadora Ideli Salvatti usou 23 minutos. Então, V. Ex^a ainda tem direito a mais dez minutos, caso queira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Estava esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– É uma retificação da Secretaria, pois eu não estava presidindo à hora da informação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, este assunto tem que ser aprofundado na CPI dos Bingos, pois está longe de ser inteiramente apurado.

É difícil saber qual o melhor artigo da Jornalista Dora Kramer, mas o artigo de hoje, *Espetáculo Mam-bembe*, gostaria que constasse nos Anais do Senado da República. Ela faz uma homenagem ao Carequinha e relata a informação sobre esse espetáculo armado pelo PT, pelo Batochio, pelo Palocci, pelo Governo no sentido de evitar que a verdade por inteiro fosse descoberta ou que o Palocci fosse ouvido.

Essa trama para proteger o Palocci obriga o Senado a ouvir o ex-ministro. Não há como o Senado não ouvir o Palocci.

Uma outra informação é que, quando terminou a CPI do Banestado, Sr. Presidente, eu dizia aqui – e trago agora a informação à Nação – que estávamos corretos mais uma vez. Quando terminou a CPI do Banestado, apresentei um voto em separado, encaminhei-o ao Ministério Público, à Receita Federal, à Polícia Federal, ao Coaf, e o Ministério Público encaminhou-o, por meio da Procuradoria-Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal.

Eu dizia que era preciso continuar a investigação sobre o Dr. Henrique Meirelles, porque os dados apurados pela CPI indicavam que ele havia utilizado uma das empresas do Banco de Boston para promover, via doleiro, lavagem de dinheiro.

O tempo passou e hoje o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Joaquim Barbosa, deu provimento ao recurso, deferindo o pedido da extensão de quebra de sigilo bancário do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Ministro Barbosa: “A Procuradoria-Geral da República investiga suposta prática de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, evasão de divisas do País e crime eleitoral pelo Presidente do Banco Central”.

O Ministro Ricardo Lewandowski pediu vista e, com isso, o julgamento fica suspenso; mas é pelo menos confortável perceber que um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal teve o mesmo entendimento que nós com relação ao processo do comportamento do Sr. Henrique Meirelles.

O que ocorre? Ocorre que encaminhamos relação dessa situação do Henrique Meirelles ao Dr. Robert Morghental, Procurador Distrital em Nova Iorque, e lá, nos Estados Unidos, o Dr. Robert Morghental, não só está fazendo as investigações naquilo que existe em território americano, mas também está pedindo apoio do Supremo Tribunal Federal para que possa investigar o Sr. Henrique Meirelles. Se essas coisas não tivessem embasamento, é evidente que a Promotoria de Nova Iorque não iria aceitar como aceitou, pedir como pediu a sequência das investigações com relação ao Sr. Henrique Meirelles.

Portanto, o Sr. Henrique Meirelles pode ser, daqui a pouco, prevalecendo a lógica dos documentos acostados ao Poder Judiciário, mais um investigado do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Para finalizar, quero dizer que, felizmente, a sociedade brasileira começa a perceber os fatos e, tenho absoluta convicção, não perdeu a capacidade de indignação.

Segundo pesquisa realizada em São Paulo, pelo Ibope, entre 1º e 3 de abril – pesquisa encomendada pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e região –, as intenções de voto em Geraldo Alckmin pularam de 32% na pesquisa de fevereiro para 46% no início deste mês, ou seja, mais 14 pontos percentuais; Lula caiu de 32% para 28%, menos 4 pontos percentuais; Anthony Garotinho está com 5%; Heloísa Helena, com 3%; e Enéas, do Prona, com 2%. Em um hipotético segundo turno, Geraldo Alckmin venceria com 55% das intenções de voto contra 31% de Luiz Inácio Lula da Silva.

A mesma pesquisa, o mesmo levantamento feito pelo Ibope a pedido do mesmo Sindicato para o Governo do Estado de São Paulo: o candidato do PSDB, José Serra, teria 51% das intenções de voto no primeiro turno contra 17% de Marta Suplicy e 8% de Orestes Quércia. Quando o candidato petista é Aloizio Mercadante, o Senador fica com 8% das intenções de voto; Serra, o candidato do PSDB, tem 55%; e Quércia, 11%. Numa lista com Paulo Maluf, este ficaria com 5%; Serra teria 52% contra 18% de Marta Suplicy.

No segundo turno, as simulações indicam – a mesma pesquisa Ibope: Serra 62% contra Marta com 23%; Serra 67% contra Mercadante com 16%; e Serra 63% contra 17% de Quércia. A margem da pesquisa Ibope é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

É a mobilização popular no sentido de que possamos reconquistar o Estado de Direito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Com prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como sabemos que é muito difícil o debate democrático, porque o Governo, sem razão nenhuma, foge de plenário, quero mostrar aqui à Nação os votos em separado apresentados pelo Sr. Carlos Willian. Aqui, onde ele tira exatamente o que, com muita justiça, a Senadora disse: “Tiram várias pessoas, mas tiram também Previ...” Bom; Senadora Heloísa Helena, todos esses votos em separado são do Deputado Carlos Willian, que, por sinal, chamado que foi, não declinou o seu voto ontem na CPI. E este aqui é o relatório do PT: o Voto em Separado nº 4. Pasmem, Senhores! Senador Tião Viana, para essas coisas não chamam V. Exª. Sabem que V. Exª não topa. Autores:

Senador Sibá Machado, Deputado Carlos Willian e outros. Carlos Willian é exatamente o campeão de votos em separado, que a Líder do PT acusou aqui. Campeão! Eu sugiro que esse fato seja visto com muita delicadeza. E quero chamar aqui a atenção de um outro fato: o objeto de desejo do Governo é o Sr. Daniel Dantas – até concordo –, mas, na hora de acusar o Sr. Daniel Dantas, o que é que diz o voto em separado do PT? “Pelo exposto, Dantas praticou, em tese – frise-se: em tese! – crime de tráfico de influência etc”. As três acusações que são feitas contra o Sr. Dantas, todas são “em tese”. Acho que o PT daria uma demonstração de coragem à Nação – e eu me submeto a isso. Vamos abrir uma CPI; vamos investigar o Sr. Daniel Dantas, os Fundos de Pensão e o Citibank nesta operação que tem dado prejuízo ao País; essa operação que é obscura e que envolve um banco que está metido em falcatuas em mais de dez países, que é proibido, inclusive, de atuação e é motivo de punição do próprio governo americano. Vamos abrir essa CPI. Eu acho que chegou o momento de clarear as coisas, porque se se denuncia,

durante uma CPI toda, um cidadão e depois pede que ele seja condenado “em tese”, não é séria uma acusação dessa maneira. Algum acordo houve por baixo dos panos e nós não estamos sabendo aqui, ou então faltou convicção de quem acusa. Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que esta Casa precisa aprofundar essas investigações. Ainda não está concluída a história do caseiro. Quem agiu contra o caseiro foi o Estado brasileiro. É preciso que isso fique absolutamente claro com as futuras convocações que vamos defender na CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**DORA
KRAMER**
dkramer@estadão.com.br

Espetáculo mambembe

O estado de saúde do cidadão Antonio Palocci não explica, muito menos justifica, o elogio ao engodo perpetrado antontem pela Polícia Federal, o advogado José Roberto Batochio e o ex-ministro da Fazenda, sob o auspício do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na condição de superior hierárquico da PF.

Palhaçada seria o termo mais próximo do adequado para definir a armação engendrada para proteger Palocci da imprensa e driblar o direito do público à informação, não representasse um insulto ao palhaço Carequinha falecido ontem, encerrando sua participação numa vida inteira dedicada à graça, à delicia, ao bem-estar, aos bons valores que um dia já preponderaram como objeto de admiração neste país.

Carequinha, as crianças de ontem lembram bem, ensinava que “o bom menino não faz pipi na cama”. Politicamente incorreto, mas um lema inofensivo diante da ausência de princípios e falta de pudor às faces apresentadas aos jovens de hoje como exemplo vindo de cima. Mais exatamente dos governantes, gente com responsabilidade não só sobre os rumos da administração, mas da formação (ou deformação) da mentalidade social.

As coisas andam de um jeito que, quando a gente pensa que já se chegou ao fundo do poço em matéria de vilanias, algo pior acontece para confirmar que de uns tempos para cá passamos a viver sob império da mais absoluta desfaçatez.

O espetáculo mambembe encenado durante cinco horas em um hotel de Brasília para manter a imprensa ocupada na expectativa de uma “bomba” que seria revelada pelo advogado Batochio, enquanto Antonio Palocci fala ao delegado da PF em sua casa (funcional, ainda não devolvida), não destoam, diga-se, do festival de mentiras em cartaz no Brasil.

**Chamar de
palhaçada a
arapuca
montada pelo
advogado de
Palocci é
ofender o circo**

parlamentares e profissionais de renome mentindo desparadamente em comissões de inquérito, presidente da República assinando cheque em branco para réus confessos, partidos de oposição fazendo acordos para absolvição de infratores do decoro parlamentar, o chefe da Na-

ção avançando a prática do caixa 2 (e, portanto, a sonegação), deputada emprestando o rebolado a festa da impunidade no plenário da Câmara e, no que se imaginava ser o limite, o Estado sendo usado para quebrar ilegalmente o sigilo bancário de um cidadão.

A lista é longa, não obstante incompleta.

Acerescente-se a ela o delito de corrupção cometido por um presidente da Câmara, as cenas de fisiologismo explícito para eleger seu sucessor, as relações incestuosas entre membros dos Poderes Executivo e Legislativo e integrantes do Poder Judiciário, os esforços de um partido que se propõe a derrotar o PT para salvar um correio senador do rol de acusados pelo crime eleitoral de uso de caixa 2. Ainda assim não temos o quadro completo, dada a insuficiência da memória frente à abundância de ocorrências – no sentido policial mesmo.

O despiste de terça-feira não ficou nada a dever ao conjunto da obra. Palocci não queria ir à sede da PF para não ser fotografado à saída. Não queria também jornalistas rondando a porta de sua (nossa) casa oficial no Lago Sul de Brasília e, para evitar isso, escolheu fazer a imprensa – e por consequência a outra ponta do canal de comunicação, a sociedade – de tola.

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado Roberto Batochio – que se notabilizou por discursos grosseiros na presença de presidentes da República em solenidades no Supremo Tribunal Federal – não hesitou em recorrer à assessoria de imprensa da OAB, cujos profissionais emprestaram (voluntária ou involuntariamente) seus nomes a zelar para a montagem do espetáculo.

Os jornalistas foram convocados para ouvir do advogado a revelação de uma “bomba”. Foram 17 horas quando correram todos atrás da notícia no lugar marcado.

Melhor seria dizer na arapuca onde cinco horas depois apareceu o advogado pleno de rispidez e irritação, a informar sobre o já ocorrido depoimento de Palocci.

Ou seja, a “bomba” era apenas uma armadilha para desviar a atenção. Correm versões de que era mais que manobra diversionista: teria também o condão de passar a quem de direito o “recado” de que outros depoentes deveriam tomar atenção, pensar duas vezes antes de complicar a vida de Palocci caso não quisessem ver algum artefato (no sentido figurado) explodir de fato.

No reino do vale tudo, esse episódio pode até parecer um pormenor e impor reparos a ele soar como reação corporativista. Não é, os elementos que o compõem são os mesmos de sempre: privilégio (Francenildo Costa não contou com a prerrogativa da proteção), grosseria, desrespeito, abuso da boa-fé alheia, monumental farsa para a fraude e um firme compromisso com a mentira. ■

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Tião Viana 1º Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que ocupa pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Diante das informações que foram aqui prestadas e sobretudo diante do ofício lido pelo Senador Tião Viana, encaminhado ao Senado Federal, segundo o qual o Ministro Márcio Thomaz Bastos se dispõe a comparecer a qualquer das duas Casas do Congresso Nacional para esclarecer inteiramente quaisquer episódios, eu primeiro quero enaltecer aqui o espírito democrático, o respeito pelo Congresso Nacional do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, que assim se coloca inteiramente à disposição. Tenho a convicção de que, quando aqui vier, esclarecerá inclusive tudo o que foi objeto de apuração pela Polícia Federal sobre os episódios relacionados ao caseiro Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para esclarecer um ponto relacionado ao Senador Tião Viana, pessoa que, sobretudo desde que aqui passamos a conviver, só tive razões para confiar no seu espírito público e na sua condução ética. Procurando esclarecer esse episódio perante a Corregedoria, o que eu mencionei é que naquela manhã do dia 16, depois de eu próprio haver recebido uma informação de que teria havido pagamento ao Sr. Francenildo dos Santos Costa, sem saber como, e como naquela manhã o Senador Tião Viana disse ter recebido de terceira pessoa informação no mesmo sentido, eu próprio disse a ele que perguntaria ao Sr. Francenildo se porventura ele teria recebido um pagamento. Depois se verificou que o pagamento tinha ocorrido, de fato, por parte de seu pai por razões hoje bem conhecidas.

Quero aqui, Sr. Presidente, apenas esclarecer que considero que o Senador Tião Viana não teve qualquer responsabilidade sobre o vazamento de informações das contas do Sr. Francenildo. Ele teve uma informação que recebeu de maneira semelhante àquela, ou talvez com mais detalhe, que eu tinha recebido. Mas a pessoa que me informou foi uma senhora de São Paulo, que não tem qualquer relacionamento com a vida política; uma pessoa da vida religiosa. Não tem importância aqui quem falou. Pode ser que tenha ocorrido isso. Ela não tinha uma informação precisa; não me relatou como soube. Assim como, naquela manhã, o Senador Tião Viana também tinha recebido. Depois, ele me esclareceu, de mais de uma pessoa, a informação de que

Francenildo poderia ter recebido – como de fato acabou recebendo. Aconteceu o depósito.

Quero dizer, olho no olho, Senador Tião Viana, que V. Ex^a agiu de boa-fé. E se porventura o meu procedimento causou qualquer constrangimento a V. Ex^a, quero dizer, perante inclusive o Senador Heráclito Fortes – que quis mexer tanto comigo com relação a esse assunto, naquela manhã, na Corregedoria –, que reitero que V. Ex^a agiu de boa-fé. Confio no procedimento ético de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a Ordem do Dia?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, sobre a citação feita aqui. Em nenhum momento, duvidei da intenção e da boa-fé do Senador Eduardo Suplicy. Sei que ele está abalado emocionalmente, porque está inclusive trocando o período, uma vez que a reunião não foi pela manhã, mas à noite. Acho que o esclarecimento prestado, que é pessoal, fez bem a ele, mas também fez um reparo público ao Senador Tião Viana que, naquele momento, passou a ser suspeito. Estava ausente, e V. Ex^a sabe a dificuldade.

Acho que essa questão encerra de uma vez por todas o problema. É um esclarecimento que V. Ex^a presta e o episódio, que já está esclarecido, deve ser dado por encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres.

É lido o seguinte:

Aviso nº 378-MJ

6 de abril de 2006

Assunto: Comparecimento ao Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Em função de requerimentos apresentados por parlamentares manifestando interesse em meu comparecimento ao Congresso Nacional, considerando a importância do bom funcionamento das instituições democráticas, expresso na relação harmoniosa entre os Poderes da República, manifesto minha disposição em comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, em data a ser marcada de acordo com a conveniência do Legislativo.

Respeitosas Saudações, – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero agradecer o gesto do Exmº Srº Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Oportunamente marcaremos a data do seu comparecimento a uma das Casas do Congresso Nacional. Para tanto, conversarei com as Srªs e com os Srs. Líderes partidários.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico feliz que o Ministro Márcio Thomaz Bastos tenha se oferecido para aqui comparecer, depois de termos dado entrada a um requerimento, solicitando a sua presença. Creio que, como Ministro da Justiça, S. Exª tem muito a esclarecer em relação a essa questão do caseiro.

Cada vez que vemos as investigações da Polícia Federal e os depoimentos... Ontem mesmo tivemos o depoimento do assessor de imprensa do Ministro Palocci, o jornalista Marcelo Neto, que é, pelo menos aparentemente, o principal suspeito do vazamento de informações sobre esse caso. E ele se recusou a responder a qualquer pergunta na Polícia Federal. Então, isso já deixa desconfiança na opinião pública. Os assessores do ministro, que estiveram na casa do Ministro Palocci...

Então, não haveria como concluirmos esse caso sem a palavra do Ministro da Justiça, que é um advogado experiente e competente. Por isso, S. Exª não vai ter nenhuma dificuldade em vir aqui dar as explicações. Nós, os Senadores, principalmente os da Oposição e alguns do Governo, como o Senador Eduardo Suplicy, que sempre nos ajuda aqui, é que teremos de estudar bem o assunto para fazermos as perguntas apropriadas ao Ministro da Justiça. Assim, vamos nos debruçar sobre as declarações, sobre os dias, sobre as horas, para que as perguntas ao Ministro sejam no nível do esclarecimento que S. Exª possa dar para acabar com esse caso e realmente sabermos quem foi o culpado pela quebra do sigilo do caseiro, porque até agora essa história não está completa. Está faltando saber uma porção de coisas em relação a esse fato.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar a V. Exª que, após a permuta de inscrição como oradora, feita pela Senadora Heloísa Helena com o Senador Demóstenes Torres, ela, por sua vez, fez novamente a permuta, a meu pedido, com o tem-

po de minha inscrição. Então, após a palavra do Senador Demóstenes Torres, que se encontra inscrito, a Senadora Heloísa Helena também fez a permuta com a minha inscrição, que vem logo depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que ainda não concluímos, com os Líderes partidários, o acordo para votar a Ordem do Dia. Seis medidas provisórias continuam sobrestando a nossa pauta, já há bastante tempo. É inconcebível que isso continue a acontecer. Desse modo, marcamos para segunda-feira sessão deliberativa – segunda, terça e quarta –, para quem sabe, havendo acordo, avançarmos na nossa pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há previsão de votação do Orçamento para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tão logo haja a publicação do parecer da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, vamos convocar sessão do Congresso Nacional. Provavelmente para terça-feira de manhã. Estou planejando, não há ainda uma definição, porque depende dessa preliminar, ou seja, da publicação do parecer da Comissão de Orçamento. Se depender de mim, marcarei exatamente para terça-feira. Já recomendei à gráfica do Senado Federal absoluta prioridade, para que tenhamos impresso o relatório da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica

do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em

função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18.5.2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar

Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos 6 meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

(Discussão adiada para esta data, em virtude de Requerimento de adiamento aprovado em 21-2-2006.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Marco Maciel.

16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre*

os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, “O Presidente Lula e o Governo se deram conta de que há uma crise na agricultura”. Ministro Roberto Rodrigues.

No último dia 28 de março, o Ministro da Agricultura, Dr. Roberto Rodrigues, viu uma luz no fim do túnel da crise da agricultura brasileira. Cheio de esperança e alento, comemorou a ascensão do Ministro Guido Mantega e previu que em 15 dias seria editada uma medida provisória para cumprir duas finalidades importantes: a disponibilização de recursos orçamentários para a aquisição da safra com a garantia do preço mínimo e um amplo programa de revisão das dívidas do setor rural.

Desde fevereiro, o Dr. Roberto Rodrigues vinha negociando com a equipe econômica alternativas para tirar o setor do colapso, e a euforia momentânea despertou a confiança na chamada “MP do Bem” agrícola. Na ocasião, várias outras soluções foram discutidas para compor o pacote de bondades do Governo Lula, como a desoneração tributária da cadeia produtiva do agronegócio, a isenção dos insumos, a ampliação do crédito agrícola e a criação de um Fundo de Catástrofe. Foi um sonho em uma noite de verão.

Nesta semana, era esperada a edição da medida provisória, mas o Governo Lula retroagiu e acabou de decidir que não é o caso de MP nem de praticar o bem.

Os problemas que levaram o setor primário ao atoleiro podem ser resolvidos por resoluções técnicas. Mais que uma mera mudança de formalidade, a decisão significa que será anunciada uma verba específica para a comercialização da safra nos meses de abril e maio e que os agricultores se findem em suas próprias agruras. Mais uma vez o Dr. Roberto Rodrigues foi exposto ao vexame e se viu desmoralizado.

O Ministério da Agricultura anunciou que o Governo Lula havia encontrado motivação administrativa para gerenciar a crise do agronegócio, quando na verdade continuou a ignorar um segmento que experimentou uma perda de renda de R\$30 bilhões nos últimos dos anos. O fato é que o Presidente Lula sempre tratou o setor primário de forma pejorativa, como se o empresário rural fosse um agente opressor. Um capitalista selvagem pronto para espoliar o campesinato. Um oligarca que traz no sangue os vícios da aventura colonial desde as Capitâneas Hereditárias. Não foi em uma só oportunidade que ecoaram do Palácio do Planalto considerações de que a pauta de reivindicações do setor primário brasileiro é um protocolo de caloteiros.

O desrespeito é tamanho que, no final de fevereiro, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 142, oriundo da Câmara dos Deputados, que dispunha sobre a repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene. Simplesmente, o Presidente Lula vetou todo o projeto sob a alegação de que a matéria feria o interesse público. Ou seja, a Câmara dos Deputados e o Senado realizaram todo o ciclo do processo legislativo e aí vem o Presidente da República e fulmina com o veto integral dois anos de trabalho. Vejam que há algo mordaz na atitude palaciana. A intenção é de espezinhar o setor agrário, de humilhar o produtor, como se o PT estivesse realizando uma expressiva vingança contra um inimigo visceral. Por outro lado, a medida deu o prazer extra ao Governo Lula ao rebaixar o Poder Legislativo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, o setor agrário exige de V. Ex^a que ponha na pauta esse veto para darmos um não ao Presidente Lula. Não podemos adiar mais que esse veto entre em pauta, porque o Presidente da República tem responsabilidades para com todo o Brasil, e esse veto diz respeito exatamente ao Nordeste brasileiro, local de menor produção e onde os agricultores ainda sofrem mais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Gazeta Mercantil** elaborou uma excelente reportagem em que os jornalistas situam com precisão e riqueza de detalhes a crise da agricultura brasileira. Nos últimos três anos, a safra apresentou quebras decorrentes de problemas climáticos, da redução dos preços das principais *commodities* agrícolas e da valorização de 18,5% do real frente ao dólar, só nos últimos 12 meses. As perspectivas não são nada boas ao setor primário. Para a safra 2005/2006, o IBGE estimou uma produção de 122,6 milhões de toneladas, mas a área plantada deve ter uma redução de 21% em relação a 2005, uma queda de 10 milhões de hectares, o que corresponderá à quebra de 25 milhões de toneladas de grãos.

A participação do agronegócio no Produto Interno Bruto encolheu no ano passado. Em 2004, foi de 10,1%. Já em 2005 em 8,4%. Em valores correntes, estamos falando de uma perda próxima de R\$14 bilhões. O Brasil não pode suportar uma situação desta. Conforme o próprio Ministro Roberto Rodrigues reconheceu, as conseqüências esperadas serão o aumento no preço interno de importantes *commodities* e até a importação de alimentos no médio prazo. Será a menor safra deste 1998. A cotonicultura brasileira é outro exemplo do que o Dr. Rodrigues qualificou de colapso. De acordo com estudos da Associação Brasileira de Produtores de Algodão, a se confirmar a quebra de 30% na produção da pluma na safra 2005/2006, o Brasil, que se tornou um exportador, vai ter de importar alguma coisa próxima de 200 mil toneladas de algodão ainda neste ano. O retrocesso que se anuncia como um círculo vicioso é terrível. O empresário rural encontra-se endividado e insolúvel. Sem renda, vai ter de reduzir a área de cultura, adquirir menos insumos e cortar os investimentos em tecnologia. As medidas vão trazer como resultado menos rentabilidade e mais endividamento.

Sr. Presidente, Goiás é uma das mais importantes estâncias do agronegócio brasileiro. Nos últimos 30 anos, construímos um dos maiores feitos da economia agrária nacional com o desenvolvimento do cerrado, tido até então como um ambiente impraticável para qualquer cultura. Tornarmo-nos competitivos, passamos a alimentar Brasil e a contribuir decisivamente para a pauta brasileira de *commodities*. Todo esse esforço foi jogado no lixo. Nesta semana, eu estive visitando o sudoeste de Goiás. Trata-se de uma região de altíssima produtividade de grãos, que um dia acreditou que o trabalho e a produção trariam o progresso e hoje se encontra arruinada, à bancarota e de joelhos.

Eu estou falando de homens, mulheres e famílias honradas que conheceram a inadimplência por falta de renda do agronegócio. Estou falando de trabalhadores honestos que passaram a plantar prejuízo e foram tragados pela incapacidade de amortizar os seus compromissos. Estou falando de uma brava gente reduzida à humilhação dos compromissos bancários vencidos. Estou falando de brasileiros que põem a comida na mesa deste País. Não se trata de caloteiros, como pronunciaram várias vozes do petismo, mas de pessoas de bem que há gerações fazem da agricultura o seu meio de vida e que estão quebradas e ao relento, pois o Governo Lula se recusa a pactuar uma saída para o setor.

O Município de Jataí, cujo Prefeito é o extraordinário Fernando da Folha, espelha a dimensão da crise

da agricultura brasileira. Maior produtor de milho do Brasil e de grãos do Estado de Goiás, a cidade onde o Presidente JK declarou que construiria Brasília é hoje a imagem do desalento e do desânimo. De acordo com estudos elaborados pelo Sindicato Rural de Jataí, a situação é drástica. A instituição que representa os produtores rurais do Município goiano apontou uma redução de 16,47% da safra de milho de verão, de 60,93% do algodão herbáceo e de 76,31% do arroz de sequeiro.

Estive em Jataí e pude testemunhar no rosto dos agricultores a frustração pela falência do agronegócio. São pequenos e médios proprietários rurais que, às centenas, têm em comum a desventura de terem acreditado no trabalho duro e de, de repente, serem obrigados até a entregar as suas terras para o pagamento de dívidas. Abandonados pelo Governo e expostos à agiotagem dos bancos, os agricultores de Jataí decidiram por uma medida extrema. Neste ano não será mais realizada a 36ª Expaja – Exposição Agropecuária de Jataí, festa anual destinada a comemorar os resultados obtidos no decorrer do ano e a mostrar a evolução desse setor tão importante para a estabilidade social do Brasil. Simplesmente, Sr. Presidente, não há ambiente para festejos, e toda a comunidade jataiense compreendeu a necessidade do cancelamento.

Conforme detalhou, com muito pesar, o Presidente do Sindicato Rural de Jataí, Dr. Mozart Carvalho de Assis, a exposição agropecuária, uma tradição de quase 40 anos, não pôde ser realizada em respeito aos sindicalizados, aos expositores e à comunidade do Município. De acordo com o Dr. Mozart, com o Secretário Municipal de Agropecuária, Roberto Peres, e com o Prefeito Fernando da Folha, os produtores de alimentos, os fabricantes de máquinas e implementos, as indústrias ligadas ao setor de sementes, de defensivos agrícolas, de fertilizantes e de rações animais, assim como trabalhadores do setor, ameaçados de desemprego, ninguém nada tem a comemorar. Ao contrário, somente a lamentar esse estado a que chegou a atividade primária brasileira. E ainda vem o Sr. Ministro da Agricultura, agora um homem francamente desacreditado, falar que o Governo Lula descobriu que há uma crise na agricultura brasileira. Eu recomendaria ao Presidente Lula que fosse ao Município goiano de Jataí ou de Rio Verde, por exemplo, onde se realiza a Agrishow, a maior feira do Centro-Oeste, para ver o desânimo em que estão os produtores. O número de desempregados é cada vez maior. Que vá até lá o Presidente Lula, para ver em que está dando a teimosia de Sua Excelência. Recomendo ao Presidente Lula que vá a esses Municípios ou a qualquer outro da região,

para conhecer o fundo do poço em que se encontra o setor produtivo agrário deste País, e ao Sr. Ministro Roberto Rodrigues que peça demissão, porque S. Ex^a, que é um homem tido como capaz, está sendo desmoralizado a cada dia por um Governo que acredita, ideologicamente, que o setor agrário é um mal para o País; bom é o movimento bandoleiro do MST.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que há uma solicitação minha para usar a palavra pela Liderança do Governo, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está devidamente inscrito. Pela ordem da lista que recebemos aqui, falará agora o Senador Almeida Lima; em seguida, falará o Senador José Jorge, como Líder; depois, será a vez de V. Ex^a. Depois, segue-se a lista.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas de minha relação pessoal e outras de todo o País que lêem os artigos de minha autoria sob título, em série, “O vento das mudanças”, têm comentado que não serão simples ventos que vão provocar as mudanças nos costumes políticos e sociais demandadas pela maioria do povo brasileiro. Compreendo e sei que essas pessoas têm razão. Não que eu estivesse a imaginar o contrário; elas é que concluíram que eu imaginava que esses ventos tivessem o poder de promover as mudanças radicais que considero indispensáveis e que são objeto de minhas reflexões. Não!

Mas para que vocês que me enobrecem com a leitura desses artigos possam compreender melhor o meu pensamento, necessário se torna que eu exteriorize um pouco do meu ser, os meus sonhos e as minhas esperanças, pelos quais luto e continuarei lutando sempre, mesmo que me considerem um romântico sonhador, por representarem o alimento de minha alma, o néctar indispensável para que eu continue jovem e sempre vivo. Sem eles, a minha vida seria inútil e sem razão de ser. Vivo pelos meus sonhos, vivo pelos meus projetos, vivo pelas minhas esperanças de construir uma sociedade livre, igualitária e fraterna, símbolos maiores do Iluminismo, fundamento doutrinário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Revolução Francesa, que atendeu às expectativas da vida que se vivia, pelas circunstâncias da época, representada pela luta vitoriosa contra um sistema de poder político,

econômico e social de aliança entre a aristocracia rural, originada na Idade Média, e o poder dos absolutistas, que, juntos, oprimiam o povo que começava a sair do campo para viver nos burgos (arrabalde das cidades), e que veio a se constituir na chamada burguesia nascente, que era desprovida de qualquer direito ou bem além da própria vida, muito menos de liberdade e de igualdade, ou de tratamento fraterno.

Mas quero me reportar, nos dias de hoje, é a outra liberdade e igualdade, àquela que, além de ser um direito expresso nos textos das leis, representam possibilidade concreta de ter e de possuir para a própria felicidade, e não uma quimera impossível de ser sentida e vivida. Ser livre para ir e vir e ser igual diante da lei não representam o desejo; este deve estar explícito na liberdade como direito e na possibilidade de vivenciá-la, assim como a igualdade está não apenas no texto da lei, mas na possibilidade concreta de fazer uso dela, como freqüentar uma escola de qualidade e ter uma boa assistência à saúde, ter o direito à recreação e à moradia dignas.

Portanto, com 52 anos de idade, venho da geração dos anos 60, quando Martin Luther King proclamava: *I have a dream* – eu tenho um sonho. Venho de uma geração que lutou pela paz, que contestou e protestou contra a opressão e os opressores deste País e do mundo, que acompanhou a Revolta Estudantil na Europa, principalmente na França, e que viu a brutalidade americana contra o povo vietnamita. Sou da geração que ouvia as músicas dos garotos de Liverpool e que hoje, procurando ser contemporâneo do tempo – desculpem o pleonismo –, e não apenas um saudosista, continuo protestando e lutando com todas as forças e com todos os instrumentos de que disponho, inclusive com o mandato de Senador da República, contra todas as formas de opressão, mas, também, como no passado, ouvindo músicas que alimentam a minha alma e, nestes dias de início de um novo século, quarenta anos depois, não mais os Beatles, mas a banda Scorpions e a sua música *Wind of Change* – Vento das Mudanças –, de onde vem o nome e a inspiração para os artigos que escrevo. Ouça-a, vendo o clipe e fazendo a leitura de sua letra traduzida para o português. Aí você vai encontrar a minha alma. Faça assim e você compreenderá melhor o meu ser. Daí eu poder afirmar que tenho consciência de que não serão os ventos frescos de uma manhã de outono no Hemisfério Sul ou de primavera no Hemisfério Norte que nos farão alcançar as mudanças que todos nós precisamos para uma vida digna e fraterna, sem ódio e sem guerra.

Aprendi que para o deleite de um voo de cruzeiro, acima dos 10 mil metros de altura, temos que

enfrentar as turbulências da subida e que, muitas vezes, a paz, lamentavelmente, só é conquistada pela guerra. Que não cheguemos a tanto, mas necessário vai se fazer, com certeza, algumas tempestades, que não cheguem a ser *tsunamis*, mas que tenham a força necessária para arrebataram corações frios de gente sem alma e despudorada, criminosa até, e que usa o poder, e que concentra a riqueza não para a sua felicidade, mas para retirar a felicidade dos outros. Que se imponham as mudanças demandadas pela sociedade, de preferência de maneira que reedue os ignóbeis para esse novo convívio, se possível for, mas, caso contrário, que sigam na correnteza para jamais servir de obstáculo à felicidade dos outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos em um ano de eleições, momento propício para as mudanças. Já que a Câmara Federal, pela grande maioria de seus membros, não deseja obedecer à vontade que vem das ruas, que as ruas lhes carreguem na grande tempestade que deverá ser a avalanche de votos de todo o povo brasileiro. Se a maioria dos Deputados não opera as mudanças que a sociedade está a exigir, que a maioria do povo estabeleça a mudança radical pelo voto, levando para o limbo da história todos que continuam, insistentemente, a lhe agredir através de votos que não cassam corruptos confessos, de zombarias pelas danças debochadas, de mentiras que cometem iniquidades contra pobres caseiros e do mau uso do seu dinheiro em festanças e foguetórios que objetivam enganar os incautos com circo, mesmo sem dar o pão.

A maioria dos Deputados que compõem a nobre Casa Legislativa – a Câmara Federal – não conhece o processo histórico, não conhece o processo de mudanças. Parece que nunca sentiu a ira do povo, que nunca enfrentou uma avalanche – não a das tempestades, muito menos a das guerras; eu não me reporto a estas –, mas tenho certeza de que, nunca, em tempo algum, sentiu o processo social destruir as suas ambições e as suas pretensões de poder, poder político e poder econômico.

Mas tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores e Srs. Senadores, que, em outubro próximo, esses Parlamentares sentirão o peso da vontade popular, por não atender aos seus desígnios e às suas vontades. Tenho a esperança de ver a Câmara dos Deputados renovada em mais de 70%, como decorrência da ignomínia que praticam diante da população brasileira, de quem são representantes.

Não há representantes sem representados. Nós temos os representados, que é o povo brasileiro. O que, na verdade, não pode existir são os representa-

dos cujos representantes não tenham a dignidade de cumprir aquilo que se constitui a vontade daqueles que outorgam o instrumento procuratório, o instrumento do mandato popular.

O que a Câmara dos Deputados vem fazendo não é apenas no sentido de aniquilar a atual legislatura pela sua não-reeleição, mas para dismantelar tudo que ainda resta da classe política deste País, diante da desonra que tem cometido contra o povo. Não é possível que assim continuem a proceder, acima de tudo, em função de um fundamento: o da necessidade, no Estado Democrático de Direito, em uma democracia representativa, de termos representantes. E os representantes não podem ser escolhidos senão por meio de partidos, em escrutínio secreto. Como se pode, então, querer destruir a classe política que está exatamente na base, ao lado do povo, na consecução desse processo de representação popular?

Os Srs. Deputados que agiram, no dia de ontem, de forma desrespeitosa à população brasileira, e que o fizeram em escrutínios secretos em relação a outros Parlamentares, não enxergam o mal que estão criando para eles próprios em seus Estados.

E trago o exemplo do que ocorreu em meu querido Estado de Sergipe. Um jornalista se dirigiu a um Deputado Federal e perguntou como ele votou na deliberação pela cassação ou não do Parlamentar “A” ou do Parlamentar “B”. O Deputado respondeu que o voto é secreto. Todos já sabem, e a população toma conhecimento, que esse “o voto é secreto” é o indicativo mais preciso e mais certo de que ele votou pela indignidade da representação popular, de que ele votou pela não-cassação daqueles que, de forma espontânea, sem qualquer pressão, confessaram que são “mensaleiros”, que receberam dinheiro de origem suja, confessaram que são corruptos.

Como é que podemos conviver então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heloísa Helena, numa sociedade em que o Parlamento passa a não ter o menor crédito diante da opinião pública?

Espero que a sociedade brasileira compreenda o momento em que nos encontramos; procure conhecer a história de cada um dos Srs. Parlamentares, tanto na Câmara Federal, como aqui no Senado da República, pois só conhecendo seu passado, sua história, de coerência ou de incoerência, que poderemos salvar aqueles que procuram representar com dignidade o povo brasileiro.

Não podemos tratar todos como farinha do mesmo saco, por isso, faço, neste instante, um apelo ao povo brasileiro. É preciso estabelecer a distinção, é preciso conhecer para poder distinguir. Ao distinguir, os senhores e as senhoras, brasileiros e brasileiras,

em outubro próximo, estarão garantindo, de forma consciente, cívica e patriótica, a continuidade da esperança neste País, para a convivência num Estado democrático de direito, que venha a se desenvolver em bases sólidas e de respeito à ética e à moral pública, e não nas condições em que vivemos nos dias de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, Líder da Minoria no Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a manchete do **Jornal do Brasil** de hoje conseguiu sintetizar o sentimento nacional: “Mensalão existiu. PT saudações”. Uma mensagem muito bem montada com tão poucas palavras.

Apesar de todas as manobras e pressão da Base do Governo, em especial do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios, aprovou ontem o relatório do Deputado Osmar Serraglio (PMDB – PR) por dilatado placar de 17 votos contra 4.

No relatório aprovado ontem, o Congresso Nacional reconhece oficialmente a existência do mensalão, criado pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Base de apoio ao Governo no Congresso fez de tudo para descaracterizar o relatório, e até mesmo rejeitá-lo, como fez na CPMI do Mensalão, que foi encerrada sem que o relatório final fosse aprovado.

Mas, desta vez, foi diferente. Tínhamos a figura de dois grandes Parlamentares: o Senador Delcídio Amaral e o Deputado Osmar Serraglio.

A bem da verdade e da justiça, gostaria de me penitenciar, pois, como membro da Comissão, duvidei inicialmente da imparcialidade dos indicados pelo Poder Executivo. Um era Líder do PT no Senado – no caso do Senador Delcídio, e o outro, membro de Partido aliado, no caso do PMDB.

Numa atitude típica de rolo compressor, a Base de apoio ao Governo não permitiu que a tradição desta Casa, de dividir entre Situação e Oposição os cargos de Presidente e Relator, fosse mantida. Mas o decorrer dos trabalhos da Comissão demonstraram a lisura e o espírito republicano de ambos.

O Relator pode não ter colocado todas as evidências que a Nação conhece, como, por exemplo, a omissão do mandatário da Nação, o Presidente Lula, no escândalo do mensalão. Mas não há como negar que

ele apontou com precisão a origem dos recursos utilizados para corromper Parlamentares no Congresso.

O Deputado Serraglio foi preciso quando desconstruiu a tese petista do Delúbio, do Marcos Valério, de que a fonte dos recursos do mensalão eram simples empréstimos do Banco Rural e do BMG. Segundo o Relator, se houve convivência de diretores de estatais e se as fontes dos recursos são públicas, fica definitivamente comprovado e carimbado que há corrupção no Governo do Presidente Lula!

Não é o Líder da Minoria ou os Partidos de Oposição que fazem essa afirmativa. É o Congresso Nacional, por meio de uma das suas Comissões Parlamentares de Inquérito, que trabalhou por mais de 300 dias.

O resultado da CPMI dos Correios é, sob todos os aspectos, útil para a sociedade, ao garantir o desnudamento de um sistema de corrupção do dinheiro público. Cento e nove pessoas foram indiciadas para apreciação do Ministério Público. Entre esses se destacam figuras proeminentes do Governo Lula, como o ex-Ministro José Dirceu, o ex-Ministro Luiz Gushiken, os diretores petistas José Genoino e Delúbio Soares, além de 19 Parlamentares, sem falar nos empresários Marcos Valério e Duda Mendonça.

O jornalista Jânio de Freitas, na edição de hoje do jornal **Folha de S.Paulo**, foi muito preciso ao escrever: “(...) Reconhecer a existência do mensalão como método para obter aprovações ou, o que seria o mesmo por outra forma, para ampliar o bloco governista na Câmara, leva à implicação do Executivo como beneficiário dos resultados do suborno no Congresso. Ou seja, leva ao chefe do Governo, assim passível de uma tentativa de *impeachment*”.

Não são as Oposições que farão o *impeachment* de Lula. Quem está cavando sua própria sepultura é o Governo e seus aliados, quando deixam que a corrupção da máquina estatal chegue a níveis nunca dantes presenciados.

Ao concluir, gostaria de elogiar o Relator, Deputado Osmar Serraglio, e o Presidente da CPMI, nosso colega Delcídio Amaral, pelo brilhante trabalho que desenvolveram nos últimos 245 dias.

Apesar da enorme pressão para amenizar e até mesmo corromper os fatos que a Comissão apurou e para livrar petistas e aliados de pedidos de indiciamentos, o Relator teve a sensibilidade e a honestidade intelectual de manter suas condições. O Senador Delcídio foi grande o suficiente para cortar na própria carne e garantir a votação do relatório de forma democrática e regimental.

Gostaria também de dar nossa solidariedade ao Senador Delcídio, que teve sua honra ofendida por um Deputado, que, exaltado, vendo que perderia a votação,

apelou a métodos não regimentais. Penso que aqui, no Congresso, isso não deveria mais acontecer, pois existe Regimento e o Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral, era seu companheiro de Partido. O Senador Delcídio Amaral não é do PFL, do PMDB nem do PSDB, mas do PT. S. Ex^a não poderia ter sido ofendido como foi pelo Deputado do Rio de Janeiro.

Então, em solidariedade ao Senador Delcídio Amaral, gostaria de dizer que foi muito melhor, ontem, ele ter ouvido do Deputado aquelas palavras do que ouvi-las da opinião pública. S. Ex^a deve processá-lo e encaminhar reclamação ao Ministério Público e ao Conselho de Ética, para que isso não aconteça mais e o Deputado saiba até onde deve ir um comportamento parlamentar. Mas é muito melhor o Senador sair com a consciência tranqüila, ofendido mas tranqüilo, do que ouvir ofensas da opinião pública nos corredores, ônibus, aviões.

Sr. Presidente, ontem, o Deputado João Paulo foi absolvido. Considerei isso um equívoco da Câmara Federal, porque S. Ex^a era um dos mais implicados. Recebeu dinheiro de Marcos Valério por meio do Banco Rural e mentiu ao dizer que a mulher tinha ido ao banco pagar uma conta. S. Ex^a também era implicado devido aos contratos que assinou como Presidente da Câmara dos Deputados e pelo mau uso que fez dos recursos.

O Conselho de Ética aprovou a cassação de S. Ex^a, mas a Câmara, por meio da coordenação feita pelo Governo e o PT, fez com que fosse absolvido. Hoje, seis Deputados estão pedindo para sair do Conselho de Ética, como uma reação ao que aconteceu ontem. Se de um lado houve esse aspecto negativo na Câmara, de outro houve um aspecto positivo na CPMI, que aprovou o relatório. Agora, o Ministério Público poderá investigar os implicados.

Foi um dia importante o que atravessamos ontem no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para saudar Kaio Márcio, que se consagrou campeão mundial dos 100 metros nado borboleta em Xangai; ele ganhou medalha de ouro nesse Mundial.

O nadador brasileiro Kaio Márcio Almeida conquistou, nesta quinta-feira, a medalha de ouro nos 100 metros borboleta no Mundial de piscina curta, em Xangai, na China. Ele venceu a final da prova em 51s07décimos.

Ele, que já vinha ganhando inúmeras medalhas, agora é campeão mundial.

Principal favorito à vitória, pois havia feito o melhor tempo nas semifinais, o paraibano dominou a decisão desde o início. Virou na frente nos primeiros 50 metros, com pequena vantagem sobre o venezuelano Albert Subirats.

No início, Kaio Márcio não tinha nenhum patrocínio. Hoje a Eletrobrás e a Chesf dão um pequeno patrocínio a esse paraibano que tem se mostrado uma revelação e é hoje o campeão mundial. Por isso quero saudá-lo.

Comunico aos companheiros e ao Brasil, pela TV Senado, essa vitória brasileira e, com muita alegria, paraibana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje discutir uma questão específica do Estado de Roraima, mas que é emblemática para a política indigenista do nosso País.

Em 1998, no Governo do Presidente Fernando Henrique, foi demarcada a área indígena Raposa Serra do Sol, cuja homologação se deu recentemente. Com isso, definiu-se que, até o próximo dia 15 de abril, os ocupantes não índios dessa área deveriam ser retirados e colocados em outras áreas do Estado de Roraima. Isso tem levado muita preocupação à sociedade. No processo de demarcação, defendemos o tempo todo o encaminhamento e a negociação para que essa demarcação pudesse ser feita de forma harmoniosa, agregando-se todas as forças do Estado. Infelizmente, as nossas propostas não foram atendidas.

Posteriormente, defendemos que o Governo Federal cumprisse o definido no atendimento à população do Estado, ou seja, para a desocupação da área Raposa Serra do Sol é preciso, primeiro, indenizar aquelas pessoas que estão na área, depois reassentar aquelas que têm perfil de reassentamento. Temos explicitado isso ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e ao Presidente da Funai.

Agora o Governo Federal toma a posição de montar um escritório em Roraima para realmente começar a discutir a indenização, para começar a discutir a relocação dessas pessoas. Portanto, a data 15 de

abril deixa de ser limite para ser a data da instalação da comissão que trabalhará com todos os interessados. A primeira previsão é de mais noventa dias para esses entendimentos e para o pagamento das indenizações, mas vamos ficar atentos para acompanhar se as indenizações e os reassentamentos serão feitos a fim de não prejudicar a população que hoje ocupa uma parte dessa área.

Faço este registro porque a condução harmoniosa e pacífica desse processo é muito importante para o nosso Estado. É fundamental que o Governo Federal – como está fazendo – reaja, acionando todos os mecanismos necessários para que seja cumprido o determinado no acordo do decreto de homologação da área indígena. Registro o nosso apelo e nosso compromisso de acompanhar o cumprimento dos acordos para que a população não seja penalizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, será a vez do Senador João Batista Motta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, costumeiramente, ano eleitoral transforma os governos, não importa a esfera, em dinâmicas centrais de prodigalidades, suspeitos postos avançados de bondades. O que há um par de meses era inviável para que não se comprometessem as contas do Tesouro ou as metas inflacionárias, de repente, torna-se viável. Mais do que isso, tal proposta assume foros de desejável e perfeitamente realizável, como se fora uma antiga promessa do mesmo governo, agora na iminência de concretização em benefício de toda a sociedade.

Em verdade, quase vencido o tradicional ciclo quadrienal dos mandatos executivos, com a aproximação do salutar e indispensável julgamento popular pelo voto, vem à luz um conjunto de providências para satisfação instantânea dos eleitores. Isso, claro, deve passar ao largo de qualquer intenção de melhorar os prognósticos de eleição ou reeleição... Temas sensíveis, muitas vezes convenientemente esquecidos, voltam à agenda pública e tomam ares de “prioridade das prioridades”. Enfim, desenterrem-se as velhas promessas descontinuadas ou simplesmente não honradas e, num passe de mágica, cumpra-se imediatamente o prometido na última campanha.

Essa é uma prática bastante equivocada, para dizer o mínimo, e, depois de quase dois séculos de vida política autônoma, o Brasil já deveria tê-la superado.

O avanço da cultura política nacional deveria conduzir a administração do Estado em direção a programas de governo sérios e consistentes, concebidos previamente dentro de uma visão estratégica mínima, com a certeza de estarem voltados concretamente para as necessidades do País e da sua população.

Essas considerações me ocorrem com um ou outro traço de mordacidade e certo travo de amargura, devido à triste circularidade da prática política em nossos dias, o que enseja questionamentos dentro de uma sociedade que já não aceita estacionar na história. De forma recorrente, evidencia-se a incapacidade de prever problemas previsíveis, como foi o caso, por exemplo, do apagão há alguns anos e como hoje ocorre com a agricultura. A verdade é esta, Sr^{as} e Srs. Senadores: o campo pede socorro e tem urgência.

Há algumas semanas, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, manifestou-se publicamente sobre a questão, vocalizando as crescentes inquietações do vasto segmento agropecuário que atua no País. Como solução, propõe-se a edição imediata de um conjunto de medidas capazes de estancar a série de perdas que se vem observando no setor em desfavor de toda a economia nacional. A idéia original é algo como a “Medida Provisória do Bem” para a agricultura.

Sr. Presidente, devo admitir e ressaltar: não se trata de oportunismo, nem sequer de pragmatismo. É uma necessidade evidente e auto-explicável, e a falta de ação oficial poderá comprometer uma atividade indispensável para o desenvolvimento e crescimento do País. Assim, uno-me ao coro daqueles que têm instado o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que socorra e estabeleça estímulos à atividade agropecuária, a exemplo do que foi feito recentemente em benefício de outros segmentos econômicos. Adiro a todas essas vozes porque o setor vive um momento francamente crítico.

O grito de alerta de Roberto Rodrigues, ontem e hoje, um dos mais sérios auxiliares do Presidente da República, apóia-se em inúmeras e fundadas razões, que recomendam mais recursos para o meio rural. É preciso dinheiro para sustentar os preços agropecuários, prorrogar vencimentos de empréstimos, destinar recursos para a safra de 2006/2007, bem como para implementar providências destinadas à redução de custos.

A idéia original, que repercutiu, mereceu e recolheu inequívocos apoios nesta Casa e na Câmara dos Deputados, pela voz autorizada de várias lideranças políticas, prevê, entre outros, a isenção de impostos para importação de insumos e a ampliação do crédito com juros mais baixos, bem como o estímulo à produção de biodiesel no Centro-Oeste, para aproveitamento

de excedentes – e também no Norte do País, na minha Região, em especial no Estado de Rondônia. Segundo o Ministro da Agricultura, a crise é real e estima-se que haverá uma significativa redução da área plantada nos próximos anos, o que, eventualmente, se fará sentir a partir de 2008.

Um exemplo claro, Sr. Presidente, é o da safra 2004/2005, plantada com o dólar a R\$3,00. Na colheita, a moeda norte-americana desvalorizou-se e estava em apenas R\$2,40, quando a expectativa dos produtores era no sentido contrário, de valorização do dólar. Hoje, o dólar está a pouco mais de R\$2,00, inviabilizando quase que completamente a produção agrícola em nosso País.

A proposta do Ministro Roberto Rodrigues contempla dezessete medidas, entre aquelas consideradas urgentes e diretamente dependentes da liberação de recursos monetários e as destinadas a ampliar e a baratear o crédito e a reduzir os custos de produção.

Entre as primeiras estão o aporte de R\$ 1,5 bilhão para o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC), destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de outras operações de comercialização; créditos de R\$5 bilhões para formação de estoques privados; prorrogação das parcelas do crédito de custeio da safra 2005/2006; prorrogação de parcelas vencidas em 2005 e em 2006 de vários programas, como Pesa, Securitização, Pronaf e Proger Rural, entre outros; manutenção dos R\$45 bilhões previstos no Orçamento para o seguro rural, livre da possibilidade de contingenciamento; e, para o Plano Agrícola 2006/2007, aumento do volume de recursos com juros.

Por outro lado, no que vem sendo chamado de MP do Bem da Agricultura, são postulados: permissão para bancos privados operarem com a caderneta de poupança rural; autorização para os bancos privados e cooperativos efetuarem o repasse dos recursos do FAT; equalização dos juros praticados pelos bancos privados, a exemplo dos federais e cooperativos; suspensão das tarifas de importação de fertilizantes e defensivos; isenção do PIS-Pasep e da Cofins dos insumos para a agropecuária; criação de um Fundo de Catástrofe, realimentável pelas operações de seguro; e, por fim, extensão aos produtores de soja do Norte e do Centro-Oeste dos benefícios fiscais do programa do biodiesel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decididamente, a agropecuária brasileira experimenta um momento adverso, encontra-se em baixa, como se depreende de inúmeros indicadores e da percepção de lideranças políticas e de todos aqueles brasileiros que atuam no setor. Nós não podemos permitir que um

segmento tão importante da nossa economia transforme-se em um negócio ruim, mas é por esse caminho que a agricultura envereda na atualidade.

A iniciativa do Ministro Roberto Rodrigues deve ser vista como uma efetiva oportunidade de alterar esse rumo pouco promissor. Deve, portanto, ser estimulada e apoiada.

Essas medidas, ainda que, eventualmente, não consigam sanar todas as sérias atribuições enfrentadas pelo campo brasileiro, representam uma decisiva iniciativa para sustar a decadência e deslanchar a reversão de um quadro que nos é amplamente desfavorável e estrategicamente comprometedor. Justo no momento em que o Brasil começava a despontar como uma das grandes potências agrícolas do mundo, não é possível, silenciosamente, admitirmos o retrocesso. Todos nós, Parlamentares, sabemos que o Brasil e o campo brasileiro merecem essa atenção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, agradeço a presença aqui no nosso Parlamento do vereador conhecido como Espetinho, futuro Presidente do próximo biênio da Câmara de Vereadores de Espigão do Oeste, do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador João Batista Motta, próximo orador inscrito.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente os discursos do nosso irmão, Senador Demóstenes Torres, e, agora, do Senador Valdir Raupp, todos os dois de uma significativa importância, que tratam da crise no campo neste País, uma crise que estamos anunciando há muito tempo, denunciando que iria acontecer.

Meus Pares desta Casa sabem – e o povo brasileiro que assiste à TV Senado também sabe – quantos discursos fiz aqui, dizendo que chegaríamos ao caos no interior deste Brasil. Viajando ontem com o Senador do PT, Tião Viana, eu dizia a ele que o próximo governo vai encontrar problemas quase que insolúveis. Eu dizia a ele que era melhor o Presidente Lula renunciar ao seu mandato e, talvez, nem concorrer às próximas eleições. Ele não representa mais esperanças para o povo brasileiro. O povo brasileiro não tem mais nada o que esperar do Presidente Lula e de sua equipe de Governo. Por uma questão de reconhecimento pela situação dramática em que o povo se encontra hoje, deveria ele dar uma demonstração de desprendimento e fazer uma obra importante para este País, que seria

abandonar o campo da luta e sair, ir para casa. Não soube gerenciar, não soube conduzir o nosso País.

Falavam aqui os dois Senadores, Valdir Raupp e Demóstenes Torres, da desmoralização em que se encontra hoje o nosso Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um homem conceituado no meio rural, um homem competente, mas que não conseguiu sensibilizar as autoridades monetárias deste País para que pudéssemos ter enfrentado os problemas da agricultura com galhardia, com determinação e com vontade de resolvê-los.

Há muitos meses eu disse aqui que era uma vergonha, era um absurdo o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, subir à tribuna para comemorar o arroz sendo vendido a R\$12,00 o saco. É como se comemorássemos hoje o frango a R\$ 0,90, porque no exterior não estão recebendo aquelas partidas que deveriam ser exportadas por causa da gripe aviária. Acho que comemorar a desgraça do agricultor brasileiro deveria ser caso de polícia, deveria ser caso de execução da vida pública.

Não cabe na cabeça de ninguém que uma pessoa que detenha em mãos um diploma de economista possa ter o entendimento de que a falência daqueles que produzem a nossa alimentação seja motivo de alegria.

Anteontem a **Gazeta Mercantil**, na primeira página, trouxe uma matéria redigida pelas jornalistas Lucia Kassai e Isabel Dias de Aguiar. Diz o seguinte:

Área plantada de grãos pode retroceder 7 anos.

Clima adverso e perda de competitividade pela desvalorização do dólar motivam a crise no campo.

A área plantada com lavouras de grãos no Brasil pode cair 21% neste ano, para até 36,9 milhões de hectares, a menor desde 1998. “A crise no campo indica que vamos voltar à área plantada dos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso”, projeta o analista André Pessoa, da **Agroconsult**.

No interior do País se multiplicam histórias de agricultores devolvendo tratores, renegociando dívidas e demitindo funcionários. A atual situação da agricultura é resultado de uma equação que envolve três anos consecutivos de quebra da safra em razão de problemas climáticos, a redução dos preços das principais *commodities* agrícolas, como soja e milho, e a valorização de 18,5% do real frente ao dólar nos últimos 12 meses, tornando o agronegócio brasileiro menos competitivo frente a seus principais adversários, que são Argentina e EUA.

O termômetro da crise pode ser expresso em números. A recessão no campo mostra que o PIB do agro-negócio encolheu 4,7% no ano passado e deve fechar com uma queda ainda mais expressiva neste ano.

Produtores agrícolas devedores do crédito rural deverão enviar em massa notificação aos bancos de que não poderão pagar suas dívidas. “Será a maior manifestação de insolvência dos tempos recentes”, afirmou o Presidente da Comissão Nacional de Crédito Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Carlos Sperotto.

A matéria, Srs. Senadores, continua em outra página, mas eu vou parar por aqui e dizer que hoje o que existe no Brasil é mais ou menos o seguinte. Quando ladrões invadem edifícios em São Paulo, esses ladrões passam a ser procurados pela polícia, pois o crime é hediondo e essas pessoas, naturalmente, serão punidas com a prisão. Mas, no campo brasileiro, todas as pequenas propriedades têm sido invadidas. Estão entrando na casa do cidadão pobre que tem uma casinha no interior e estão colocando fogo nela. Se ele tiver um boi de raça para fazer a sua melhoria genética, eles fazem um churrasco do boi. Põem fogo no trator daquele cidadão. E aí não são bandidos ou ladrões. Fazem parte de um movimento social apoiado pelo Governo Federal.

Em meu Estado, tivemos a desapropriação da fazenda de um senhor chamado Arildo. Esse Sr. Arildo foi colocado para fora de sua propriedade pelo Governo Federal – ele juntamente com 28 membros da sua família –, e era uma propriedade de apenas 800 hectares de terra. Tiraram um descamisado para colocar outro no lugar. Isso não é reforma agrária. É desrespeito à lei, é desgoverno.

Meus caros Senadores, nós neste País temos feito reservas indiscriminadas, uma atrás da outra, sem lei; não se exige sequer um decreto presidencial. Estão desapropriando áreas, criando reservas em terras particulares apenas por meio de portarias. Qualquer funcionário subalterno está alienando terras, está proibindo o cidadão de trabalhar.

No meu Estado, há casos em que o cidadão tem uma propriedade pequena, de 50 ou 100 hectares e, em razão de uma cultura milenar, roça uma parte dessa propriedade e planta. Depois, deixa-a parada por um determinado tempo. Roça do outro lado. No ano seguinte, faz outra plantação para colher seu feijão e seu arroz. Esse cidadão – e estou falando de um velho de 70 anos que nasceu na propriedade – hoje está recebendo a visita de um empregado do Ibama, um garoto recém-formado, um garoto com diploma obtido há poucos dias que lhe oferece um par de algemas e o leva para a sede da Polícia Federal para responder a um inquérito.

Não sei mais onde este País vai chegar diante desses absurdos. Eu diria aos homens do interior que nos escutam neste momento que não incentivem mais seus filhos a trabalhar na lavoura, que não os ensinem a dirigir um trator ou um caminhão. É melhor mandá-los para a cidade para ver se conseguem um desses empregos junto ao Governo Federal, porque, do contrário, estarão fadados a morrer de fome.

Sr. Presidente, no meu Estado, no meu Município, com 18 quilômetros de mar, os pescadores não podem mais trabalhar. Aquela pequena rede, que alimentou seus filhos durante anos e anos, hoje é um crime. Essas redes estão sendo apreendidas, estão sendo levadas para as repartições devidas, e o cidadão está impossibilitado de trabalhar e querem criar mais, querem mais reservas, agora para proibir que o barco passe naquela região, para proibir as barcaças de transportarem mais eucalipto. Não sei o que essas pessoas estão entendendo.

Então, dizia eu ao Senador Tião Viana: Senador, no próximo Governo, se não houver uma dose de inteligência, de gerenciamento, teremos uma convulsão social neste País. As esperanças do povo brasileiro acabaram. Não há mais para quem apelar. Não há mais governo Senadora Heloísa Helena. Este País está à deriva, está abandonado, está entregue ao léu. O Governo perdeu autoridade, perdeu a moral. Seus agentes estão fazendo tudo o que podem para cada vez mais prejudicar a população e, muitas vezes, trabalhando cada vez mais para se locupletarem, tomando dinheiro, cobrando propina daqueles que desejam trabalhar neste País.

Quando os Senadores falavam aqui da tragédia por que o homem do campo atravessava, eu pensava naquelas medidas que sempre foram tomadas de última hora, de afogadilho, com as esmolas que o Governo sempre costuma dar, ora através da Bolsa-Família, ora através da securitização de dívidas, ora através do perdão de dívida de agricultores.

Não é disso, Presidente, que este País precisa, não. Este País precisa, repito, de gerenciamento, de garantia de preços para a nossa agricultura. O Governo precisa fazer um seguro para não ter prejuízo, nem deixar os nossos agricultores no prejuízo. O nosso Governo tem que tomar vergonha na cara e parar de dar isenção de tributo ao capital volátil, ao capital que entra de noite e vai embora de manhã, como aconteceu agora. Não se pagam mais “fins”, Cofins, Imposto de Renda, não se paga mais nada! A PEC do Bem permite que as multinacionais não paguem absolutamente nada na hora de exportar e também absolutamente nada na hora de importar, enquanto o povo brasileiro tem que pagar 50% de carga tributária em cima do arroz, do feijão e da camisa que veste.

Eu falava com o Senador Tião Viana que, mesmo com a vitória do candidato da Oposição, este candidato tem de fazer uma proposta para o povo brasileiro: uma proposta de reforma fundiária, uma reforma que faça com que os tributos deste País sejam cobrados de forma invisível, mais honesta, fazendo com o que a população brasileira possa sentir prazer de recolher impostos.

Eu dizia ao Senador Tião Viana que o futuro Governo – tenho fé em Deus – que irá instalar-se neste País olhe para os reclamos do povo e para isso é preciso gerenciamento.

Por essa razão, hoje, comemoro os índices das pesquisas, verificados em São Paulo, onde o Presidente Alckmin sai com 20% na frente do Presidente Lula, e o Serra, a mesma coisa com relação ao Governo do Estado de São Paulo. Para completar esse gerenciamento perfeito, que Deus nos dê, que esta Casa nos dê, que o PFL nos ajude, a que essa chapa seja composta por Geraldo Alckmin e José Agripino, do Rio Grande do Norte, outro grande gerente, outro homem respeitado pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedemos a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes. Depois o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Só vou pedir a atenção de todos para, se possível, conseguirmos todos falar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos atender ao apelo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Até para atender ao apelo do Senador Eduardo Suplicy, pretendo ser muito rápido. Quero falar de um assunto sobre o qual muita gente já se manifestou, mas quero apresentar uma preocupação, Senador Heráclito Fortes.

Senador João Batista Motta, obrigado pela referência positiva e elogiosa, muito mais devido à nossa relação pessoal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – V. Ex^a merece muito mais do que isso, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Motta.

Quero manifestar uma preocupação que me move. Presidente Alvaro Dias, o resultado da votação da CPMI dos Correios ocorrida ontem, às 19 horas e 30 minutos, resgatou a imagem do Congresso Nacional, porque a CMPI dos Correios é mista: Câmara e Senado.

A Câmara vem passando por seguidos momentos de desgaste. Ontem mesmo a votação do processo de cassação do ex-Presidente da Casa, Deputado João Paulo, gerou uma crise de megaproporções, porque S. Ex^a foi inocentado pelos seus Pares e, em seguida, oito membros do Conselho de Ética que haviam votado pela cassação de S. Ex^a, devido às evidências encontradas, renunciaram à titularidade no Conselho de Ética.

Esses fatos todos provocam a perplexidade na opinião pública e dúvidas na sociedade. Eu tenho receio de que a Câmara dos Deputados, na avaliação da sociedade, pague um preço muito alto na próxima eleição e poucos sejam os parlamentares que logrem êxito para retornar aos seus mandatos, principalmente se não os tiverem honrado com atitudes dignas e corretas, como as que Senadores e Deputados, na minha avaliação, praticaram ontem, ao aprovar o relatório do Deputado Osmar Serraglio, da CPMI dos Correios. V. Ex^a foi um dos que depositaram voto favorável à aprovação do relatório, que foi feito pelo Deputado Osmar Serraglio, do PMDB, da base aliada, relatório cuja votação foi comandada e presidida pelo Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, S. Ex^{as} tinham tudo para, naquilo que se esperava, fazerem um relatório ameno, que não desagradasse o governo. Mas, não. Eles consultaram a verdade, traduziram nove meses de trabalho árduo de investigações, o Deputado Osmar Serraglio escreveu e 17 parlamentares referendaram pelo voto a verdade dos fatos, o que as subrelatorias mostraram com relação às investigações do Visanet, do valerioduto, da Caixa Econômica Federal, dos fundos de pensão, das investigações do procedimento do ex-Ministro José Dirceu, do Sr. Luiz Gushiken, do Sr. Delúbio Soares, da prática da compra de votos que era sistemática e que o relator entendeu, com justificadas razões, que tenha havido o “mensalão.”

O Deputado Osmar Serraglio tinha tudo para não incriminar o governo de cuja base de apoio ele faz parte. Mas, contrariando, até muitas pressões, escreveu um relatório verdadeiro, corajoso. O Senador Delcídio Amaral tinha tudo para facilitar o entendimento daqueles que são a Base do Governo, para que se procrastinasse o processo de votação, para que se dificultasse e que se encontrasse um caminho de não incriminar o Governo. Ele não o fez. Ele preferiu ficar ao lado da verdade, ao lado do sentimento da sociedade.

O fato é que 17 bravos Parlamentares, Deputados e Senadores – e aqui vejo três deles; além de V. Ex^a, vejo a Senadora Heloísa Helena e o Senador Heráclito Fortes –, aprovaram o relatório do Deputado

Osmar Serraglio, o corajoso relatório do Deputado Osmar Serraglio, que, na minha opinião, resgatou em boa medida a imagem do Congresso Nacional na noite de ontem.

O que vejo hoje? Vejo uma reação absurda. Custa-me acreditar que Lideranças como a do PT e a da Base do Governo têm a coragem, a audácia, Senadora Heloísa Helena, de vir hoje contestar um fato que consulta o sentimento da sociedade brasileira; contestar o sentimento da sociedade brasileira. Estão afrontando-o.

O relatório sintoniza com o sentimento da sociedade, pois os Parlamentares que vêm contestar a aprovação e a lisura do processo de aprovação do relatório estão afrontando a opinião pública, estão ficando ao lado daqueles que praticam a *pizza*, explícita *pizza*, que evitamos.

Quantas reuniões eu fiz na Liderança do PFL, reunindo Deputados e Senadores do PFL e do PSDB? Inúmeras ao longo desse nove meses. Ainda ontem fizemos uma reunião para sintonizar o nosso pensamento e uniformizar o nosso discurso por entender que o relatório de Osmar Serraglio – que faz parte da Base do Governo, que não tinha nada que fazer aquele relatório, o fez com coragem e por dever cívico – tinha que ser objeto do nosso apoio. Tínhamos a obrigação de apoiar aquele relatório, Senador João Batista Motta, custasse o que custasse. E o fato é que ele foi aprovado.

Senador Garibaldi Alves Filho e Presidente Alvaro Dias, tenho ouvido falar em recurso. Estou ouvindo falar que vão impetrar um recurso contra o resultado de 17 votos a 4. E há recurso? Estão buscando o amparo regimental, e a Senadora Heloísa Helena, que é *expert* em Regimento, já mostrou não existir o menor, o mais longínquo amparo. É incrível a audácia das pessoas que estão ousando hoje afrontar o sentimento popular, afrontar aquele aplauso que, nas casas de respeito do Brasil, está-se ouvindo pela aprovação do relatório. Vêm os membros da Base do Governo entrar com recurso para anular a votação e para transformar um gesto de legítima defesa do Congresso numa *pizza* malcheirosa e deteriorada que eles queriam oferecer ao povo do Brasil e que encontrou pela frente 17 bravos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Presidente Alvaro Dias, tenho certeza de que o Presidente Renan Calheiros vai honrar a sua história e não vai acolher recurso nenhum porque não há amparo. Tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros vai ter respeito pela história do Deputado Osmar Serraglio e pela história do Senador Delcídio Amaral. Disse ao Delcídio que ele escreveu a sua história e direi o mesmo ao Osmar Serraglio. S. Ex^{as} escreveram, com

coragem, rasgando a própria carne, a própria história. Depois de nove meses de trabalho, enfrentando mundos e fundos, S. Ex^{as} escreveram um relatório que consulta o interesse do povo do Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A bem da verdade, a Oposição, na sua maioria, reconhece que esse não foi um relatório perfeito nem o relatório dos sonhos. Reconhece também que tanto o Senador Delcídio Amaral, quanto o Deputado Osmar Serraglio curvaram-se a algumas pressões. Mas é preciso que se diga claramente e que Nação entenda que as pressões a que se curvaram foram todas da Base do Governo. Não foram reclamos de oposição. Podemos examinar, inclusive por meio dos votos em separado, que foram imposições para atender a setores do Governo. Até esse momento, os dois serviam. A partir do momento em que S. Ex^{as} não concordaram em rasgar o Regimento e em desrespeitar o Congresso, passaram a ser execrados e foram jogados para o espaço. É apenas esse o registro. Não estamos satisfeitos. Esse não é relatório que, pelo menos, eu desejava. O relatório podia ter ido mais fundo. Mas sabemos que esta é uma Casa política. Para mim, o Relator tem uma vantagem porque conseguiu fazer um relatório honesto. Com falhas, mas honesto e de boa-fé. Entendemos o desespero do Governo, pois sabemos, Senador Alvaro Dias, que o PT está no banco dos réus e quer companhia permanentemente. Não nos vamos sujeitar a isso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, deixe-me abrir meu coração a V. Ex^a. Eu não participei do dia-a-dia da elaboração do relatório, das pressões que o Deputado Osmar Serraglio deve ter sofrido. Mas tenho certeza, pelo jeitão de S. Ex^a – aparentemente dócil, mas de posições firmes –, de que pode ter até transigido naquilo que não tinha convicções absolutamente férreas. Para não incorrer no erro de colocar no relatório coisas absolutamente seguras segundo suas convicções, pode ter, em alguns momentos, cedido a pressões. No entanto, S. Ex^a não abriu mão de escrever no relatório suas convicções absolutas e peremptórias. Não abriu mão de escrever no relatório que houve, sim, mensalão, porque tinha convicção absoluta de que houve, sim, mensalão, de que houve compra de Partidos políticos e de Parlamentares, com frequência, com assiduidade. Não foi coisa de caixa 2, como pretendeu explicar ao País o Presidente Lula, naquela entrevista em Paris. Rasgando suas carnes,

porque não tinha interesse nenhum em incriminar o Governo, já que faz parte de sua base. Rasgando suas carnes, escreveu que houve, sim, mensalão. Essa foi uma das razões pelas quais a Base do Governo mais se bateu para derrotar o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Escreveu porque tinha convicção, como tinha convicção de que o Sr. José Dirceu, o Luiz Gushiken, o Delúbio, o Silvinho e tantos outros praticaram corrupção ativa. Escreveu porque tinha convicção, e não houve nada que o demovesse de mencionar esse fato – que é duro! – no relatório. Mencionou, no relatório, fatos que são duros, mas que são produtos de sua convicção absoluta: a origem de recursos públicos. Ou seja, Visanet, Correios, instituto de resseguro, fundos de pensão, alimentando o “valerioduto”. Não houve hipótese de S. Ex^a abrir mão das suas convicções. E o fato é que o relatório está aprovado, há recursos, e estou seguro de que não haverá amparo para que esse recurso tenha sucesso e que, antes de qualquer coisa, ao lado dos argumentos, ao lado do sentimento da sociedade, o Presidente do Congresso, que é o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, não se dobrará a nenhum tipo de pressão para que esse relatório que é a marca da coragem do Congresso venha abaixo pela pressão daqueles que deviam estar pedindo perdão à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência prorroga a sessão por mais 40 minutos, para que todos os inscritos possam usar da tribuna.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

V. Ex^a vai ler tudo isso, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas a metade, mas serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer às pessoas que se preocuparam com a minha saúde, com a exaltação que tive na questão de ordem que V. Ex^a me concedeu.

Evidentemente, indignação é algo próprio do homem que tem sentimentos, e não é justo que nesta Casa do Congresso sejamos obrigados a ouvir argumentações que não resistem a nada.

Ouvimos aqui críticas ao comportamento do Relator da CPMI dos Correios, inclusive, de maneira pontual, sobre a questão dos destaques. Tive o cuidado de levantar esses destaques. Vi que o campeão de destaques, merecedor até de um prêmio de dedicação e do reconhecimento do Brasil, é o Deputado Carlos Willian. S. Ex^a atua como Papai Noel: aparece pedindo que se

façam retiradas do texto pelo menos quinze vezes, sob protesto do Governo; mas, ao mesmo tempo, é co-autor do voto em separado do Senador Sibá Machado, que ficou conhecido como “o voto em separado do Partido dos Trabalhadores”. Assim, vem a pergunta que quero fazer à Nação: quais são os destaques corretos? São os destaques que o Deputado Carlos Willian fez nessa leva isolada? Ou será o Destaque nº 4, que S. Ex^a fez na companhia do PT?

Meu avô, homem de pouca letra, mas de muita sabedoria, dizia que é mais fácil pegar o mentiroso que o coxo.

Vejam aqui os destaques acolhidos pelo Relator. O primeiro é para atender o Governo: modificar uma citação ao Sr. Adacir Reis. O segundo é também para atender o Governo. O terceiro visa alterar um parágrafo – aliás, por ironia do destino, de autoria de quem fez acusações querendo desqualificar o Relator, o relatório e os destaques. Que coisa feia! O quarto defende mais uma vez a SPC (Secretaria de Previdência Complementar), que é a protetora, a mãezona dos fundos de pensão. O quinto atende o Sr. José Valdir Gomes: pede a retirada de seu nome, citado por suas ligações com a Globalprev em 2003. Não consegui identificar o destaque seguinte.

Outro destaque, que vem logo abaixo, atende o Governo: retirar o nome do Sr. Márcio Lacerda da lista de pessoas que sacaram recursos do mensalão. Se não me falha a memória, o Sr. Márcio Lacerda trabalhava no Ministério da Integração e foi buscar o dinheiro. Generosidade do Relator!

O próximo altera a redação para atender interesses do IRB; deixa, pois, de indiciar determinado número de pessoas que não vou mencionar. O seguinte exclui do indiciamento nomes de funcionários dos Correios, os quais também não vou citar para não expô-los.

O destaque subsequente trata do famoso PUT, aquele caso, Senador Alvaro Dias, que o PT não quer apurar como deve ser apurado. Quer apenas acusar uma parte e não quer que o assunto venha à baila, como deve ser feito. Pediu para tirar.

Outro destaque acrescenta declarações do Sr. Demosthenes Madureira de Pinho, que, salvo engano, é do IRB.

Há um destaque que modifica os termos para atender ao Banco do Brasil – é questão técnica, mas se destina a atender ao Governo: de “diretoria técnica” para “diretoria de *marketing*”. E outro retira o indiciamento do Sr. Cássio Casseb, que foi Presidente do Banco do Brasil, por questões técnicas, sob a alegação de que o crime está prescrito.

Nesse caso, quero lembrar aqui situação igual de prescrição – e que, sendo crime eleitoral, teria mais

motivo para estar fora. Refiro-me ao caso do Senador Eduardo Azeredo, com cuja retirada o PT não concordou.

Vou parar por aqui, porque são vários os pedidos aqui feitos por pressão da Base para jogar para baixo do tapete a apuração.

Senadora Heloísa Helena, se o Relator fosse atender a todos os desejos e caprichos do Governo, ver-se-ia, de repente, em uma situação inusitada: absolveria todos e seria, pela Base do Governo, indiciado juntamente com o Presidente da Comissão, porque eles seriam os criminosos. É preciso que o Partido dos Trabalhadores atente para esse fato.

Afirmo mais: a grande felicidade do Governo do Presidente Lula e do País foi a aprovação do texto do Deputado Osmar Serraglio. Pior seria se isso não tivesse acontecido. O que me estranha é que o PT, paladino da moralidade, já expulsou dos seus quadros, por questões ideológicas, várias pessoas, mas não expulsou nem indiciou ninguém por corrupção.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Partido não pediu a inclusão, Senador Suplicy, do nome daquele senhor do Ceará, aquele cidadão que transportava, no aeroporto de São Paulo, dólares na cueca – alegando que o dinheiro provinha da venda de maxixe, quiabo e pepino na Ceasa –, subestimando a tecnologia brasileira, desrespeitando o esforço dos técnicos da Infraero e da Polícia Federal, e aqueles aparelhos de raio-x que fiscalizam tão bem os que carregam somas em quantia no bolso. Isso não se pede!

Não vi o PT pedir apuração alguma que tivesse qualquer nexos com aquela pregação de vinte anos, que juntou multidões, que fez com que as pessoas acreditassem. Digo isso, Senadora Heloísa Helena, porque um grande empresário do Nordeste, no primeiro ou no segundo mês de posse do atual Presidente, encontrou-se comigo no aeroporto e disse: “Estou impressionado com o atual Presidente. É o novo messias”. Eu disse: “Aguarde...” E o que estamos vendo?

Casos mais sérios deviam ser esclarecidos. Não entro nas questões familiares, nas capilossadas dos filhos que às vezes não ouvem o pai e se aproveitam da situação para se locupletarem. Desse assunto não trato, apenas estranho que o pai não tome providências e procure justificar. Sou da época em que bastava o olhar severo do pai para o filho mudar.

Senador Alvaro Dias, é preciso mostrar isso à Nação, porque esse pessoal fica com um discurso massificado – lembrando o velho Hitler, lembrando Goebbels – para embotar o raciocínio dos brasileiros, da opinião pública, acreditando que nossa memória seja fraca.

O Relator e o Presidente dessa Comissão, brasileiros, foram escolhidos pelo PT, no voto. Nós fomos derrotados na Comissão. E foram buscar o nome que consideravam mais capaz. Para Presidente, foram buscar quem? Uma estrela, o Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado da República. A Oposição perdeu. Só que a Oposição perdeu o voto, não a cabeça nem o senso de responsabilidade para com o País. No dia seguinte, deu um crédito de confiança aos dois eleitos, porque, a partir dali, o objetivo número um era apurar a fundo as denúncias que a Nação queria que fossem investigadas. O resto da história o Brasil todo sabe. O Governo adiou votações, impediu votações, retirou Parlamentares para não haver quorum. Usou de todo o subterfúgio possível para que isso não acontecesse. Procedeu de maneira igual na CPI do Mensalão, que foi extinta. E vem trabalhando, de maneira sórdida, para que a CPI dos Bingos não aconteça.

No que diz respeito ao Orçamento, o Governo tenta passar a ilusão para a Nação de que a Oposição é que obstrui, mas, na realidade, é o Governo que tem maioria e não deixa que seja votado, porque tem a ilusão de que é melhor e mais confortável utilizar os duodécimos. Por diversas vezes, vi um dos Relatores...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

Por diversas vezes, vi um dos Relatores dizer que o Governo tinha no cofre R\$6 bilhões para gastar até o final do ano.

Não conheciam a realidade orçamentária. Não sabiam que está comprometido um governo que começa a governar com duodécimo, sem ter o Orçamento definido, que passa a ser refém da estrutura da própria máquina burocrática e dependente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de maneira permanente. Não avaliaram isso, e agora querem que o Orçamento seja aprovado, colocando a culpa na Oposição.

Senhores que nos escutam por este Brasil inteiro, puxem na Internet a composição, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, das Bancadas do Governo e da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para concluir, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

E vamos ver quem é maioria e quem é minoria. O Governo insiste em querer que a Oposição aprove matérias que vêm para cá, como medidas provisórias criando agências, e no meio do texto enxerta a criação de centenas de empregos sem nenhuma justificativa,

porque a arrogância dos Líderes não permite sequer que venham conversar com as Lideranças em plenário, mostrando as necessidades do Governo.

Que a Nação analise o que está acontecendo no Congresso, de maneira calma, tranqüila. E levante as mãos para o céu, pois temos no Brasil a Oposição mais responsável dos últimos 50 anos. Agora mesmo, vimos Juscelino se queixar das dificuldades que enfrentou para governar, em razão da oposição implacável da UDN. Nem isso este Governo teve, porque foi a Oposição que sustentou o Sr. Palocci, enquanto agia certo, e a sua economia. Mas não poderiam querer que esta Oposição concordasse ou apoiasse o Sr. Palocci em seus erros.

Daí porque, Sr. Presidente, faço este pronunciamento com tranqüilidade, pedindo ao País uma reflexão a respeito do comportamento fugitivo da base do Governo, que provoca sem dados ou argumentos e que não sustenta o debate parlamentar, que é o grande pilar da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do revisor) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a campanha presidencial já começou. Grande parte do debate político entre Governo e Oposição está se dando no plano da ética, no campo da troca de denúncias e contra-denúncias de irregularidades, corrupção e desvio de dinheiro público. Isso é inevitável e saudável, nas circunstâncias em que se encontra o País. Obviamente, isso reflete o grande anseio do povo brasileiro de que seus representantes no Executivo e no Parlamento tenham um comportamento ético exemplar.

Menos atenção têm recebido os programas dos candidatos ou pré-candidatos. O debate precisará incluir mais e mais essa temática. O que pretendem propor ao País aqueles e aquelas que desejam ser eleitos para a Presidência da República?

Senadora Heloísa Helena, vou repetir a pergunta: o que pretendem propor ao País aqueles e aquelas que desejam ser eleitos para a Presidência da República? O que pretendem, por exemplo, em matéria de política econômica e social?

Hoje, vou fazer a análise de algumas observações do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Mas, um dia desses, quero fazer a análise de outra pessoa candidata à Presidência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – E do Presidente Lula também, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– E também do meu Presidente Lula, Senadora He-loísa Helena.

O candidato do PSDB e ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, escolhido após longa disputa interna no Partido – se bem que não houve escolha por toda a base, isto é, todos os filiados –, só agora parece se debruçar sobre alguns temas nacionais de grande importância. Pelo menos é o que transparece de suas entrevistas recentes a alguns dos principais jornais brasileiros. A mais substantiva foi concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** e publicada no último dia 19 de março. Geraldo Alckmin, quando questionado, passa, até agora, a impressão de que está tomando pé de alguns assuntos nacionais, tateando em questões cruciais.

Alckmin deu, até o momento, apenas pistas do seu pensamento e do que pretende fazer em matéria de política econômica, social e externa, por exemplo. Talvez por cautela política, talvez por não ter ainda domínio suficiente das questões. Critica o PT e o Governo Lula por não ter projeto “com começo, meio e fim”, mas não deu, até agora, sintomas de que ele mesmo tenha um projeto claro e definido.

Seja como for, já temos elementos para iniciar um debate com um dos principais candidatos da Oposição. Começemos pelos lados positivos. O ex-Governador defendeu, por exemplo, o programa Bolsa Família, dizendo que as políticas de complementação de renda são corretas. Declarou-se favorável à autonomia operacional do Banco Central, que é a situação atual, mas disse que não considera prioritária a autonomia formal da autonomia monetária. Nesses aspectos, a sua posição não parece divergir da do Governo Lula.

Cabe ressaltar um ponto, entretanto, no que diz respeito aos programas de transferência de renda. Pois o Presidente Lula, em janeiro de 2004, sancionou a Lei nº 10.835, que institui gradualmente a Renda Básica Cidadania, iniciando pelos mais necessitados, até que todos os residentes no Brasil, não importando até mesmo sua condição sócio-econômica, venham a ter o direito inalienável a uma renda básica, na medida do possível suficiente para atender suas necessidades vitais. Será um direito de todos participarem da riqueza da Nação. A Lei foi aprovada por todos os partidos, inclusive o PSDB. É natural, portanto, que todos os candidatos a Presidente estejam preparados para a sua implementação.

Como boa parte dos presidentes e presidenciáveis brasileiros, Geraldo Alckmin se declara também cativado pelas teses desenvolvimentistas e invoca repetidamente o ex-Presidente Juscelino Kubitschek como modelo ou referência. Fala em crescimento, geração de empregos, redução das taxas de juros e deprecia-

ção cambial. Mas, tudo isso em termos muito vagos e genéricos. E, o que é mais curioso, misturado com elementos típicos do discurso econômico conservador e convencional.

Por exemplo, no campo da gestão pública, fala vagamente em “choque de eficiência” ou “choque gerencial”. Promete colocar “todas as reformas na mesa na primeira semana”; destaca a reforma tributária; a sua palavra preferida é “eficiência” – “eficiência tributária”, “eficiência nos gastos”, “eficiência de logística”.

Ninguém pode ser contra esses princípios genéricos. Nós sabemos que a máquina pesada do Governo Federal dificilmente se mostra capaz de gerar grandes ganhos de eficiência e produtividade em prazo curto. Quanto às reformas, é mais fácil falar delas do que colocá-las em prática, como mostra a experiência dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, por exemplo. A reforma tributária, tão falada pelo candidato do PSDB, é especialmente complexa e não será alcançada de um só golpe. Acontecerá provavelmente em etapas e estará sempre sujeita a muitos conflitos de interesse. De qualquer maneira, fica a dúvida: que reforma tributária o candidato Alckmin tem em mente? Já que ele a destaca, estamos aguardando que ele apresente “um projeto com começo, meio e fim”, nessa ordem.

Há um aspecto do discurso do candidato do PSDB que deixa indicações da matriz conservadora do seu pensamento econômico e do pensamento dos economistas que o estão assessorando: a ênfase na questão fiscal, isto é, na questão do déficit fiscal. Segundo declarou ao jornal **O Estado de S. Paulo**, há uma unanimidade entre economistas de qualquer espectro, ainda que com diferenças de enfoque. “Se não enfrentarmos a questão fiscal, vamos ter um crescimento menor do que poderíamos ter”, diz ele. A questão fiscal é, para ele, a “questão central”, “um dos grandes entraves ao crescimento brasileiro”. Ele chega a ponto de condicionar a redução das taxas de juros a uma política de ajuste fiscal.

O que significa isso exatamente? Na entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o ex-governador registrou o fato de que temos déficit público nominal. Será que ele entende que o ajuste fiscal deveria zerar o déficit público? E que isso seria pré-condição para a diminuição mais substancial das taxas de juros praticadas no País? Essa é a opinião de alguns economistas do PSDB, inclusive de alguns que estariam, segundo se noticia, orientando o candidato do Partido à Presidência da República.

Se for esta a posição do ex-governador, é preciso que ele saiba que ela está longe de ser consensual entre os economistas brasileiros. Não é unânime o ponto de vista de que a prática de que uma política monetária

mais flexível pressupõe necessariamente um grande ajuste fiscal prévio ou concomitante. Não é unânime a avaliação de que seria impossível praticar juros civilizados sem fixar uma meta de déficit zero, ainda que seja respeitável esse argumento, esse ponto de vista.

Para situar o debate, é importante saber em que ponto estamos de anos seguidos de ajuste fiscal e elevados superávits primários, processo que começou no final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, continuou durante todo o seu segundo mandato e foi aprofundado pelo Governo Lula, na gestão do ex-Ministro Palocci. Em 2005, por exemplo, o superávit primário do setor público consolidado (incluindo União, Estados, Municípios e empresas estatais) alcançou 4,8% do PIB, um nível recorde. Como a carga de juros chegou, entretanto, a 8,1% do PIB, em razão das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, o déficit nominal foi de 3,3% do PIB.

Duas observações se fazem necessárias. Primeira: um déficit de 3% do PIB não chega a ser extraordinariamente alto para padrões internacionais ou em comparação com a experiência brasileira. Em 2005, o déficit orçamentário médio na área do euro, por exemplo, foi de 2,9% do PIB. Nos EUA, 3,7% do PIB. No Japão, 6,5% do PIB.

Segunda observação: o déficit nominal do setor público brasileiro não seria tão alto se as taxas de juros vigentes no País não fossem muito mais elevadas do que as internacionais. Recordo que o nível exorbitante das taxas de juros não é um fenômeno recente. No período do Governo Fernando Henrique Cardoso, as taxas de juros eram ainda mais altas, em média. Mas o que importa é o seguinte: não seria mais adequado inverter o raciocínio do ex-governador? Não seria mais justo dizer que a diminuição do déficit público é que pressupõe a queda das taxas de juros?

Com taxas de juros menores, mais próximas dos níveis internacionais, diminuiriam substancialmente as despesas com juros da dívida interna, a maior parte da qual é indexada à taxa Selic ou de prazo bastante curto. A queda nas taxas de juros ativaria a economia ao estimular a demanda por bens de consumo e, principalmente, os investimentos. Esse aumento de investimentos elevaria a capacidade de produção e a oferta potencial de bens e serviços, contribuindo para a estabilidade de preços. Além disso, a queda de juros traria indiretamente benefícios adicionais às contas públicas, na medida em que o crescimento do produto e da renda aumentaria a base de arrecadação de tributos (sem aumento da carga tributária) e reduziria automaticamente certas despesas (como as despesas com seguro-desemprego). É verdade que a queda das taxas de juros diminuiria, por outro lado,

a arrecadação do Imposto de Renda sobre os rendimentos financeiros. Mas essa perda de receita seria amplamente compensada pelos impactos favoráveis diretos e indiretos antes referidos.

Em suma, a minha intenção foi dar partida a um debate econômico e político, que precisa prosseguir nesta Casa e entre os candidatos, de maneira a que o eleitor brasileiro tenha noção clara das opções que se apresentam nas eleições deste ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que esse debate seja realizado no campo das idéias no mais alto nível. Assim procurarei fazer com todos os candidatos e candidatas à Presidência da República. Até imaginava que uma possibilidade seria o ex-Governador Geraldo Alckmin ser um candidato ao Senado porque se dizia que isso poderia ocorrer. Mas, como ele vai debater mais diretamente com o Presidente Lula, avalio que seja importante debater suas proposições.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, tenho verdadeira admiração pelos pronunciamentos de V. Ex^a, pela sinceridade e pela pureza com que V. Ex^a aborda os temas. V. Ex^a, logo no início, disse que a campanha eleitoral estava começando e que o campo ético estava sendo o principal tema da disputa. Quero de V. Ex^a uma análise. A Nação toda e São Paulo, que lhe tem tanta deferência, estão ouvindo V. Ex^a. Honestamente, quem está faltando com ética neste País partidariamente? É o PFL, é o PSDB, é o PT ou o Governo? Ao discutir ética, temos de dizer a quem falta ética e quem age de maneira ética. Seria muito importante que essa questão ficasse bem esclarecida, principalmente no momento em que o Partido de V. Ex^a solta uma nota, pela qual afirma tomar providência contra um Senador dos seus quadros que agiu dentro da ética; no momento em que o seu Partido rompeu com o acordo, com a CPI, exatamente porque queria quebrar a ética e colocar embaixo do tapete algumas verdades que estarreceram a Nação. Como sei que V. Ex^a é um homem que tem sofrido muito nos quadros do seu Partido por ser ético – não o quiseram para Líder, sistematicamente V. Ex^a tem perdido espaço dentro do Partido. Vão engoli-lo para Senador porque não têm outro nome – V. Ex^a sabe bem disso. Os jornais anunciam inclusive que estão negociando a vaga com o ex-Governador Quéricia. Mas V. Ex^a, que é um homem retilíneo, não se incomoda. Vai indo, um pouco dentro daquela tese de que os cães ladram e a caravana passa. V. Ex^a é a caravana no meio dos cães.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes. Tenho que pedir a atenção de V. Ex^a porque tenho um compromisso e não posso perder o último voo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza que o maior compromisso de V. Ex^a é com a opinião pública. E a opinião pública, nesta hora, quer ouvi-lo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Então, permita-me, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero dizer que me sinto responsável por colaborar para corrigir os possíveis desvios e erros de procedimentos do Partido e do Governo se ocorreram. Assim tenho procurado fazer.

Hoje ressaltei que considero muito importante a decisão encaminhada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos de se dispor a vir aqui no Congresso Nacional, a qualquer das duas Casas. Diante do requerimento do Senador Arthur Virgílio, eu avalio que, frente a carta enviada pelo Ministro, podemos até transformar o requerimento do Senador Arthur Virgílio em convite, combinando a data em que haverá o esclarecimento.

Permita-me, Senador Heráclito Fortes. Tenho procurado, com muita energia, atenção e respeito para com meus colegas, dizer que precisamos estar à altura de tudo aquilo que sempre defendemos porque sabemos que a ética na política é uma das principais exigências do povo brasileiro e de todos nós.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aparteio V. Ex^a apenas para homenageá-lo porque, se essa CPI existiu e se hoje incomoda tanto o Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, apelo a V. Ex^a que seja breve porque há outros oradores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Só não quero deixar o elogio pela metade. Se essa CPI se realizou foi porque V. Ex^a teve a hombridade de, contrariando as Lideranças do seu Partido, ser um dos signatários que possibilitaram número suficiente para a instalação da mesma. Vi a pressão que V. Ex^a sofreu neste plenário. Estou aqui exatamente para mostrar que sabemos separar o joio do trigo. Portanto, fique tranquilo porque, quando atacamos o Partido de V. Ex^a, estamos atacando setores. Pelo menos, no meu conceito, V. Ex^a está fora desse mar tenebroso de lama que envergonha o País.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos procurar transformar a situação.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, rapidamente, registro a presença de Vereadores do Município de Manhumirim, de Minas Gerais, muito conhecido porque lá estão o Pico da Bandeira – a região mais alta da bacia do rio Doce – e o Parque do Sagüi – parque ecológico muito conhecido. Quero saudar a presença dos Vereadores de Minas Gerais que estão aqui na tribuna de honra do Senado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa associa-se à manifestação da Senadora Heloísa Helena, que saúda a presença dos Vereadores do Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra, por dez minutos, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 6 DE ABRIL DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador José Maranhão, pelo Estado da Paraíba.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tratar de dois assuntos. Primeiro quero trazer aqui as minhas felicitações ao atleta Kaio Márcio, paraibano e recordista mundial nos 100 metros de nado borboleta, que ganhou a medalha de ouro ontem nas Olimpíadas de Xangai. É realmente um fato auspicioso para o esporte brasileiro e motivo de muito orgulho, para nós paraibanos, oferecer essa contribuição ao esporte.

Aproveito o momento também para agradecer à direção do Esporte Clube Cabo Branco, que patrocinou a preparação técnica do atleta Kaio Márcio. No início de sua atividade, lamentavelmente, ele não contou com o devido apoio. Só depois disso aconteceu.

Cumprimento também o Prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, que acreditou na potencialidade de Kaio Márcio, acreditou no seu talento, na sua genialidade e, junto com o Esporte Clube Cabo Branco, ofereceu-lhe todo o apoio necessário para que ele se preparasse para enfrentar esse e outros embates que enfrentou.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero comentar a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral, declarando inconstitucional a emenda que o Congresso Nacional promulgou, quebrando o princípio da verticalização nas eleições estaduais do nosso País. O assunto tem chamado a atenção de muitas pessoas. Na Paraíba, quando me desloco às cidades do interior, perguntam-me por que razão se quer impor essa camisa-de-força à vida político-partidária dos Estados e dos Municípios brasileiros. Hoje, essa decisão afeta negativamente o princípio federativo, a liberdade do voto de cidadãos brasileiros e de aliança entre partidos políticos. Trata-se da minha veemente oposição ao que nos foi imposto recentemente: a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral à verticalização das coligações partidárias.

Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha das nossas discussões ao aprovarmos a Emenda à Constituição nº 52, de 2006, que não pôde ser adotada em obediência ao princípio constitucional da anualidade e da anterioridade das leis. Não existe, em todo o nosso aparato legal, uma restrição ao exercício democrático da coligação em nível estadual ou municipal. A Lei Eleitoral, ao dispor sobre coligações, mantém a definição constitucional que confia aos partidos políticos total e ampla liberdade de associação.

Vale repetir que a Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1997), o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), a Lei Geral das Eleições e a própria Constituição Federal, art. 17, inciso I, não restringem a liberdade partidária e as suas coligações em qualquer nível.

A Lei Eleitoral foi utilizada em 1998 sem que o instituto da verticalização fosse invocado.

Em seu enunciado, o art. 6º dessa lei preceitua que “é facultado aos Partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleições majoritárias, proporcionais ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para eleição proporcional dentro dos partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.”

Ao se tentar impor que a coligação celebrada em nível nacional seja seguida em todos os níveis, estadual ou municipal, afronta-se a democracia e o direito dos partidos políticos, seus membros e eleitores. Não nos parece democrático, juridicamente adequado e

justo para com a liberdade de expressão e direito dos cidadãos brasileiros se interpretar o conceito de circunscrição da forma como foi feito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Código Eleitoral, que não foi citado na análise do Tribunal Superior Eleitoral, em sua decisão de 2002, reza em seu art. 86 que “nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município.

A letra legal deveria ser o condicionante maior de todo o processo eleitoral. Inexiste legislação que proíba ou iniba a coligação na maioria dos países democráticos, sejam esses parlamentaristas ou presidencialistas. O mesmo se dá em nosso País.

A Lei Eleitoral, no nosso entender, não se refere à relação entre alianças, nacional, estadual e municipal, com vistas a qualquer tipo de vinculação ou sujeição entre elas. Pelo contrário, Sr. Presidente, a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral extrapola a letra da Lei.

Foram impostas aos partidos políticos situações anômalas de alianças que ferem o princípio da liberdade de associação e distorcem a realidade expressa pela circunstâncias locais ou regionais. Ao se exigir que os partidos políticos tenham atuação homogênea em todo o território nacional, fere-se frontalmente uma das cláusulas pétreas da Constituição Federal, a que rege o princípio federativo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este assunto tem sido objeto de muitas celeumas e vai trazer profundo desconforto a todos os partidos políticos, diga-se de passagem. Por que, se num Estado a coligação entre dois partidos políticos é o caminho mais natural, é o caminho que consulta a realidade da política local, já em outro Estado, no Estado vizinho, como se tem esse exemplo entre os Estados limítrofes, o meu Estado da Paraíba, o Rio Grande do Norte e Pernambuco, em qualquer desses Estados, uma coligação entre partidos políticos na Paraíba é absolutamente diferente da coligação que os partidos políticos querem, precisam e devem celebrar em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte.

Portanto, se quis vestir uma camisa de força na liberdade de organização partidária e sobretudo de celebração de coligações, porque é da essência da democracia o entendimento pluripartidário de maneira a assegurar as maiorias necessárias para que o povo realmente tenha a sua representação democrática nos vários níveis de Poder, no Legislativo e no Executivo.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a adoção do princípio da verticalização não deixa de ser um pouco de inspiração antidemocrática, advinda do regime anterior, do regime autoritário e

militar de 1964. É um pouco do entulho autoritário do regime de 1964 que criou, como forma de conter a livre manifestação democrática da sociedade, o chamado voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher desde o cabeça da chapa até o último candidato, sempre da mesma legenda, anulando-se os votos que não fossem dados à mesma legenda. Era uma forma que se tinha para depurar os resultados que viessem beneficiar os partidos de Oposição. E, agora, essa forma sofisticada, essa forma fantasma de se reeditar o voto vinculado por outra via, pela via do federalismo servil, que obriga os partidos do Estado a se subordinarem a coligações que não têm nada a ver com a realidade de cada Estado e que não podem corresponder ao desejo e à vontade da livre manifestação popular, dentro da realidade política de cada Estado da Federação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, já para corresponder às preocupações de V. Ex^a e sobretudo para ouvir a Senadora Heloísa Helena, que já está ali preparada com todo o seu arsenal bibliográfico para fazer mais um candente pronunciamento, que vamos ouvir, com muito respeito.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador José Maranhão.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Amanhã vou voltar para o candente. Hoje, não mais.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, a presença aqui, há pouco, do Vereador Serginho Meneguelli e do Eduardo, que são de um programa lá da cidade de Colatina, no Espírito Santo, que também solicitaram isso. Por economia e para descansar os trabalhadores da Casa – e eu canso tanto eles aqui – vou deixar para falar amanhã.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se terça-feira, dia 11 do corrente, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006”

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Leonel

Pavan, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Amir Lando, Romero Jucá, Paulo Paim e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre a política econômica, via de regra, consegue galvanizar numerosa audiência mas passa ao largo do consenso. Entre os economistas é comum ouvirmos menção à Escola ou à Universidade a que estão atrelados e no decorrer das discussões, os “adeptos” dessa ou daquela linha ou tendência se digladiam sem que possamos, muitas vezes, colher um posicionamento minimamente consensual. Em que pese uma espécie de cizânia no ambiente onde são debatidos os rumos da economia, considero que a formação de “massa crítica” só pode ser consolidada a partir do contraditório e do embate saudável das idéias.

Nesse contexto, temos procurado ouvir e até mesmo auscultar as mais diversas correntes de pensamento entre os brilhantes economistas que o Brasil formou. Há uma sinalização muito forte que aponta para algumas direções sobre as quais gostaria de tecer breves comentários. São as nossas percepções iniciais que podem e devem ser buriladas no decorrer do processo a que estamos submetidos: o contínuo aperfeiçoamento das idéias e formulações que devem subsidiar os formuladores de políticas públicas e até mesmo os detentores de mandato popular. Somos municiados por inúmeras correntes de pensamento, não estamos fechados à revisão permanente de nossos pontos de vista e alternativas a serem examinadas, a despeito de reconhecer que a economia de um País com as características do Brasil não pode estar à mercê de experimentos rotineiros, afinal a população não pode arcar com o ônus de aventuras gestadas em laboratórios de ocasião.

Comungo em gênero, número e grau com o entendimento, por exemplo, do economista e professor da Fundação Getúlio Vargas – EAESP – Paulo Nogueira Batista Júnior: “Há muito tempo que não se vê uma configuração macroeconômica tão favorável ao crescimento vigoroso dos níveis de atividade e emprego”.

De forma recorrente fiz uso da honrosa Tribuna do Senado Federal para protestar que o atual governo desperdiçava um cenário internacional amplamente favorável e que a configuração de condições tão auspiciosas não se repetirá num horizonte temporal visível.

Entre os especialistas de plantão há concordância que a partir de 2003, tanto na esfera comercial como na financeira, a conjuntura mundial ofereceu verdadeiras “benesses”, as quais foram devidamente aproveitadas e potencializadas pela quase totalidade dos países chamados emergentes.

Estou convencido de que o período da gestão Antonio Palocci foi marcado por equívocos sucessivos nesse particular. O crescimento de nossa economia foi estancado em razão de um receituário que prescreveu políticas macroeconômicas excessivamente restritivas. A grande obsessão da equipe econômica comandada pelo ex-ministro da Fazenda foi cortejar os mercados financeiros, um flerte sem consequências na medida em que essas instâncias são volúveis e pouco chegadas a relações estáveis.

Ainda pautado na abalizada avaliação do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, devo destacar que foi demasiado o foco direcionado ao combate à inflação, deixando na penumbra tantos outros “bons combates” que não foram travados, pelo contrário, houve capitulação aos ditames do Fundo Monetário Internacional. Num governo sob a batuta do Partido dos Trabalhadores, a adoção de políticas macroeconômicas como esse viés constitui mais uma aberração no rol de sandices perpetradas pelo Governo do Presidente Lula.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar um artigo de autoria do jornalista Augusto Nunes: “Lula tem culpa nesse cartório”, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 28 de março do corrente.

O artigo questiona a cumplicidade do Presidente Lula na “tramóia” da semana. E diz: “A esperteza, quando é muita, fica grande e come o dono. Pense nisso, presidente”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o terceiro assunto é para falar sobre o Programa Espacial Brasileiro é um tema que foi alçado à ordem do dia em razão da presença do primeiro brasileiro a bordo de um vôo espacial. O debate sobre o nosso programa espacial ganhou contornos polêmicos a partir das declarações do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, o físico Ennio Candotti.

Segundo o dirigente da SPBC, a participação do oficial da Aeronáutica nessa jornada espacial pode ser resumida como “carona paga”. Sem dúvida, o custo dessa empreitada, algo em torno de US\$ 10 milhões, é passível de exaustiva análise e debate.

O governo, ao se pronunciar sobre o tema, lamentavelmente, protagonizou cena bastante corriqueira na Era Lula: resvalou pelo lugar comum. O presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB – Sérgio Guadenzi – comparou a viagem do coronel Pontes à expedição de Colombo. É um argumento fora de propósito e, convenhamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, era de se esperar uma argumentação menos risível por parte da maior autoridade governamental do setor espacial do País.

O programa espacial, o uso estratégico da Base de Alcântara, bem como tantos outros temas estratégicos foram colocados à margem em razão da crise política que eclodiu na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Parlamento e tantas outras instâncias da sociedade brasileira que participam tradicionalmente dos debates nacionais, e ainda os laboratórios de modernidade das universidades foram compelidos a se debruçar sobre o tema da corrupção e da crise ética e moral que se abateu sobre o País.

Considero sensato que as críticas emanadas da SBPC e de outros setores da comunidade científica nacional sejam consideradas. Nesta quinta-feira, dia 06 de abril de 2006, tive oportunidade de ler um artigo bastante analítico sobre o assunto em epígrafe. O autor é um homem preparado e competente: Roberto Macedo, economista da Universidade de São Paulo – USP, doutor pela Universidade de Harvard e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda. A propósito, Senhor Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência a transcrição na íntegra do artigo de autoria do doutor Roberto Macedo, publicado na edição de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “O Vôo do ‘caronel’ Pontes”.

Sr. Presidente, para finalizar deve ser ressaltado que não considero que o artigo do eminente economista e professor Roberto Macedo esgote o assunto. O tema é relevante e merece ser submetido a um amplo debate com a participação dos diferentes segmentos da comunidade científica. O Senado pode e deve ser um indutor dessa discussão. Chegou a hora de retomar o debate dos grandes temas nacionais. Num novo governo, acredito possamos promover um novo tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de dizer que o advogado tributarista Ives Gandra Martins, jurista que se notabilizou como autor dos pareceres mais respeitados em matéria de Direito Tributário, nos proporciona por intermédio da mídia escrita partilhar de sua visão equilibrada sobre temas diversos da conjuntura política e econômica do País.

A crise política sem precedentes, instalada a partir da posse do presidente Lula, vem sendo objeto de muitas análises por parte da “intelligentsia” nacional. É um acervo relevante que deve ser examinado e um testemunho de suma importância para a própria história política do Brasil. A usinagem de idéias é imprescindível para o ambiente democrático. A nossa democracia é jovem e necessita do aporte de idéias saudáveis.

Nesse contexto, Sr. Presidente, considero que o artigo do dr. Ives Gandra Martins, intitulado “O caseiro e os mensaleiros” e publicado nesta quinta-feira, dia 06

de abril de 2006, no **Jornal do Brasil**, constitui uma peça densa sobre a crise ética e moral que se abateu sobre o nosso País.

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a transcrição na íntegra do referido artigo jornalístico.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
JORNAL DO BRASIL	28 mar. 06	País	A	2 <i>Gan</i>

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES augusto@jb.com.br

Lula tem culpa nesse cartório

A revista *Época* ainda não divulgara a presença de quase R\$ 30 mil na conta bancária de Francenildo Costa e o presidente Lula já sussurrava a amigos, em Florianópolis, a boa nova. Logo seriam divulgadas informações que deixariam mal no retrato o caseiro Nildo, testemunha das visitas do ministro Antonio Palocci à mansão alugada por amigos e ex-assessores para negócios suspeitos e noites alegres. “Chefe”, assim o chamavam os frequentadores da casa que Palocci havia jurado desconhecer.

Como vive repetindo nos improvisos, Lula é um campeão em tudo. Ninguém tem tanto apreço pela ética. Ninguém é mais honesto. Nenhum governante foi tão competente. Nenhum o superou no amor aos pobres. Nesse buquê fabuloso, contudo, nunca figurou o dom da premonição.

Como não é capaz (ainda) de prever o futuro, de que modo Lula antecipara o amanhã? Muito simples: tudo fora feito com o consentimento do presidente. Ele sabia do estupro do sigilo da conta mantida pelo caseiro na Caixa Econômica Federal. Sabia que o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, participara diretamente da ação criminosa.

Integrante da força-tarefa mobilizada para livrar Palocci do patíbulo, Mattoso viveu seus 10 minutos de herói palaciano. A tramóia começou a desabar com a descoberta de que o dinheiro de Nildo saíra do bolso do pai biológico, que pretendia manter em segredo a der-

O chefe de governo soube da tramóia desde o começo

rapada conjugal. Os trapaceiros aprendizes deveriam ter parado por aí. Mas seguiram acrescentando capítulos à tragicomédia que tivera seu prólogo no Supremo Tribunal Federal. Na primeira cena, o ministro César Peluso atende a um pedido de socorro do senador Tião Viana e interrompe o depoimento do caseiro.

Inútil. O que fora dito bastara para provar que Palocci havia mentido. Nocauteado em pé, o lutador continuou no ringue. (“Neste país, ninguém renuncia nem ao cargo de síndico”, dizia o presidente Jânio Quadros. Jânio tinha razão). Sempre com a cumplicidade ativa de Lula, o caseiro passou de testemunha a réu. Suspeito de “lavagem de dinheiro”, foi intimado pela Polícia Federal. Sofreu constrangimentos de que até delúbios e valérios escaparam.

Ontem, Palocci e Mattoso perderam o emprego. E quanto a Lula? Não deve desculpas ao caseiro? Nem explicações ao país? Acha que também desta vez sairá ileso? A esperteza, quando é muita, fica grande e come o dono. Pense nisso, presidente.

Coragem, deputado

O Brasil que pensa aguarda ansioso a divulgação, nesta terça-feira, do Relatório Serraglio. Se o deputado paranaense cumprir com desassombro a missão que o destino lhe confiou, haverá razões para esperança: existem homens decentes no Congresso. Se o relator da CPI dos Correios capitular, vergado pela ofensiva dos delinquentes, o Legislativo deixará de ser um dos três Poderes. Estará reduzido a um caso de formação de quadrilha ou bando. Poucas vezes a imagem da instituição dependeu tão claramente de um parlamentar.

Há semanas, Osmar Serraglio avisou que o relatório não pouparia nenhum dos culpados, fosse quem fosse. A poucas horas da divulgação do documento, é impossível saber se o relator aceitou recuar – e, em caso afirmativo, qual é a extensão do recuo.

Pecadores mensaleiros absolvidos em série, alianças abjetas celebradas sem camuflagens, reboçados ultrajantes no plenário – em matéria de atrevimento, a Câmara foi longe demais. O Relatório Serraglio poderá ajudar a conter o avanço dos patifes. Não decepcione o Brasil, deputado.

O voo do 'caronel' Pontes

Roberto Macedo

Vai terminar o voo do primeiro brasileiro lançado ao espaço, mas espere que continue a discussão sobre custos e benefícios dessa aventura. O debate foi acirrado pelo físico Ennio Gandolfi, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ao chamar a jornada de "carona paga".

VI pela televisão os primeiros momentos do brasileiro no espaço. Ennio pode-se dizer, à maneira dos cientistas, que a tese candotiana não foi refutada pelos fatos. O coronel Pontes não parecia uma daquelas pessoas que às vezes viajam nas cápsulas de comando dos aviões de carreira, sentindo terem o que fazer além de paparar, ali aderindo na condição de convidado e com o conhecimento da tripulação.

Assim, enquanto se percebia que o comandante russo apertava botões com uma ponteira e seguia um manual de voo, o co-piloto americano também acompanhava um manual. No seu canto, Pontes posava para a câmera, sorrindo e fazendo sinais, como o de apontar nossa Bandeira no braco do

galinha que bota ovos de ouro, enriquecendo, exibindo a primeira e colhendo da segunda. Infelizmente estimulado pelo experimento, fiquei a ver Pontes com João e seus feijões, gerando recursos para custear a viagem.

Mesmo na minha realidade de economista, entendo ser preciso muita magia para encontrar efetivos benefícios que justifiquem o custo dessa empreitada, estimado em US\$ 10 milhões. Sintoma da falta de argumentos foi o brando pelo presidente da Agência Espacial Brasileira (ABR), Sérgio Guedes. Afirmando ser preciso esperar pelos resultados, abundantemente comparou a viagem de Pontes à expedição de Colombo, então também criticada pelo seu custo. Ora, para refutar isso basta dizer que Colombo não pegou carona, mas, sim, liderou um empreendimento que pelos padrões da época tinha objetivo grandioso e com boa base científica, além de sustentado por avanços na tecnologia de navegação.

O voo de Pontes pegou também outra carona, esta no prestígio de Santos Dumont, com a aventura se intitulando Missão Centenário, para relembrar o esforço do "pai da Aviação". Mas ele tampouco subiu de carona, e pilotava sozinho os aviões que construiu.

Em retrospecto, as justificativas para a viagem se limitam a aspectos simbólicos e imaginários que pouco ou nada trarão de resultados concretos. Baste o último plano que há razões para o Brasil avançar em seu programa espacial, ainda que de forma diversa dessa viagem. Em particular, voltado para dominar a tecnologia de lançamentos, a partir do Brasil, de satélites de que necessitamos e para os quais há também mercado externo. São bem-vindas parcerias como as do programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), que da China e com seus foguetes já lançou dois desses satélites, mas desde que também nos levem a fazer aqui os nossos próprios foguetes e satélites.

Somos pobres para isso? Não. A capacidade de um país ter seu próprio programa espacial não depende de sua renda per capita, mas está ligada a seu grande tamanho econômico. O que está por trás desse tamanho, como a gran-

de escala de produção, a estrutura e a tecnologia da sua indústria, é que permite viabilizar um programa desse tipo. E, ainda, assegurar benefícios tangíveis, em particular os que visam para o desenvolvimento dessa mesma indústria, na medida em que for chamada a dar atendimento às complexas demandas de um programa espacial. A proposta, pelo seu tamanho econômico, efetivo e potencial, o Brasil é incluído no grupo conhecido como BRIC, que também inclui outros grandes, a Rússia, Índia e China. Dessa forma, o Brasil ainda não tem um programa espacial digno do nome.

No meu livro História das Paixões Brasileiras, afirmo a favor da sua disposição de tomar decisões pelo seu lado construtivo. E, também, pelo seu esforço e pela sua carreira, esta, sim, um exemplo para as crianças brasileiras, para que não se iludam com outros rumos que não o do empenho nos estudos e no trabalho.

Só tenho uma restrição quanto ao que ele confiantemente terá dizendo, entre um sorriso e outro, que também é bem mais para hoje já meio há um século. Disse orgulhar-se de ser o primeiro astronauta brasileiro, mas não quer ser o último. Ora, vãos tripulados por brasileiros devem ser deixados para uma segunda etapa, com a prioridade de concentrar os satélites e satélites sobre nossa Bandeira e também significando a presença de um país, mas que foram aqui construídos e

Roberto Macedo, economista (USP), tem doutorado pela Universidade Harvard (EUA); pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Fapep, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Dos BRICS, só o Brasil não tem um programa espacial digno do nome

seu uniforme.

Há também oficinas aos oito experimentos que está a fazer, no sentido da contribuição deles para o avanço da ciência. Exceto o da germinação de sementes de feijão, não tenho condições de entendê-los, mas devem ser testes rápidos, dada a duração da carona e o papel de Pontes no voo. Em comparação, seus colegas de subida ficaram seis meses na Estação Espacial Internacional (ISS), onde realizaram 65 experiências. Esse número e a duração da jornada garantem um potencial de resultados muitíssimo maior que os do brasileiro.

Quanto à germinação de feijão nas condições da ISS, o anunciado objetivo é estimular o interesse das crianças pela ciência, e grupos deles foram organizados para realizar experiências semelhantes aqui, na Terra, e comparar resultados. Já que é coisa de criança, voltando a esse tempo fiquei a imaginar que os feijões levados poderiam ser mágicos, como os do conto *João e o Pé de Feijão*, em que o personagem troca a única vaca leiteira da família por feijões que teriam essa característica. Filho único e repleto de pais mais vivos, que jogam os feijões pela janela, João acaba se saindo bem, pois eles crescem magicamente e o levam a um ogro, que ele derrota e do qual toma uma harpa dourada que toca sozinho e uma

O caseiro e os mensaleiros

Lamento, na minha coluna quinzenal, voltar ao tema do último artigo ("Pobre cidadania"), mas a evolução dos acontecimentos tem revoltado tanto meus alunos e as pessoas que me circundam, que insistiram para que escrevesse, mais uma vez, sobre a "Casa de Tolerância" em que se converteu a Câmara dos Deputados, com direito, inclusive, a espetáculos de danças carnavalescas, para celebrar absolvições dos denominados "mensaleiros" – adequada denominação que a imprensa atribuiu aos sonegadores não só de informações à Receita Federal e à Justiça Eleitoral, mas também de dinheiro de origem não explicada, recebido de fontes espúrias.

O tema proposto por diversas pessoas que assistem ao meu programa *Conheça a Constituição* (Rede Vida, aos domingos, das 20h30 às 21h), é discutir por que o governo, a Polícia Federal e a Receita Federal até agora não agiram para apurar a origem e as responsabilidades pela omissão destas fantásticas receitas, por parte de tais parlamentares, e, em contrapartida, continuam agindo, com o máximo rigor, contra os contribuintes que sustentam o Estado e geram empregos, ao menor sinal de alguma irregularidade, levando-os, inclusive, a detenções provisórias, antes mesmo da lavratura de autos de infração.

Por que, apesar de incontestáveis evidências e comprovados recebimentos de recursos não declarados, os "representantes do

povo" – que representantes o povo escolheu! – limitam-se a criticar, olímpicamente, tais práticas, apenas "em tese", exibindo sua alienação relativamente ao que está acontecendo em manifestações de descontração, alegria e desenvoltura perante a nação, em festas, reuniões sociais ou mesmo em reuniões congressuais?

Por que, por outro lado, um modesto caseiro, que recebeu de seu possível pai, para não ajuizar medida judicial, modestíssimos R\$ 25 mil – ínfima importância, se comparada às estupendas verbas recebidas pelos parlamentares que foram absolvidos –, mereceu farta investigação por parte do aparato estatal, inclusive com a quebra de seu sigilo bancário irregularmente, do mesmo governo que tudo fez – e conseguiu – impedir, como o aval da Justiça, que o amigo do presidente tivesse seu sigilo bancário quebrado, quando contou aquela estranha história de haver pago dívida do chefe do Executivo (em valor maior do que aqueles R\$

25 mil do caseiro) junto ao PT?

A contradição maior é que este governo, que se diz "governo popular", protege, com variada gama de artifícios todos aqueles parlamentares acusados de procedimentos, no mínimo, aéticos, e ataca um pobre caseiro, pelo simples fato de ter testemunhado que viu um dos então integrantes do governo visitar a casa em que servia.

Hart, em seu livro *The concept of Law*, declara que, nas democracias, as leis têm por finalidade proteger a todos, governantes e governados; mas, por serem feitas pelos governantes, protegem mais eles próprios, do que os governados. Vou além do notável filósofo inglês, que tem merecido, no mesmo nível de Hans Kelsen, a reflexão de operadores de direito, no mundo inteiro. Para mim, muito além das leis, os governantes tentam legitimar tudo o que de aético praticam, nutrindo, entretanto, contra as atividades dos governados as mais absurdas suspeitas, a ponto de, muitas vezes, considerarem aéticas, com inequívoco intuito publicitário, atitudes absolutamente normais.

Ao poder tudo é permitido. Ao povo, nada. O Brasil não é uma democracia. Tobias Barreto dizia que, num país em que "o povo não é tudo, o povo não é nada". E, no Brasil dos "mensaleiros", o povo – isto é, o caseiro – não é nada. Nenhuma segurança jurídica. Nenhuma preocupação com a adoção de comportamentos políticos éticos, por parte das autoridades. Nenhum drama de consciência na

agressão aos princípios morais básicos. Jeremy Bentham dizia que toda a sociedade deve ter "um mínimo ético". De rigor, no mundo dos governantes brasileiros, sequer esse mínimo exista.

Ruy Barbosa lamentava a perda de valores da sociedade política da época, e, de presidencialista ardoroso que era – compôs a Comissão que redigiu a Constituição de 1981 –, tomou-se parlamentarista, no fim da vida, por entender que, no presidencialismo, todos os vícios humanos são potencializados. Se compararmos a sociedade política da época àquela em que hoje vivemos, certamente, todos aqueles homens públicos seriam hoje "monges trapistas", ao lado dos acusados pelo Conselho de Ética e perdidos por seus pares, nesta Passagem, nesta "pátria governamental".

Em face do "auto-perdão" que mutuamente se outorgaram os acusados de recebimento de recursos não declarados à Receita Federal e à Justiça Eleitoral através de segmentos privados da sociedade, beneficiários de contratos governamentais, é de se perguntar se é este o país que Stephen Zweig visualizou como "o país do futuro"?

Infelizmente, não. Este é o país em que, ao "caseiro", tudo é tirado e, ao "mensaleiro", tudo é devido. Estranha democracia a nossa, em que o povo não é nada e o poder é tudo!

Ives Gandra Martins escreve nesta página às quintas-feiras, a cada 15 dias.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornalista Fritz Utzeri, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, lembra que, menos de 15 anos após o fim da ‘República das Alagoas’, quando o Partido dos Trabalhadores ainda era uma vestal, surge a ‘República de Ribeirão Preto’.

O artigo, intitulado “A central de negócios das vestais decaídas”, publicado no dia 22 de março do corrente, trata da violação do sigilo bancário do caseiro que revelou o envolvimento do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com os integrantes da chamada República de Ribeirão. Segundo o jornalista, “A

vestal transformou-se numa criatura sem vergonha e sem moral”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A central de negócios das vestais decaídas.”

JORNAL DO BRASIL 1891

Data: 22/03/06 Página: _____

Fritz Utzeri

frut@terra.com.br

A ‘central de negócios’ das vestais decaídas

Ver um grupo de amigos do ministro da Fazenda montar uma “central de negócios” e festas “alegres” é um escândalo que em qualquer país civilizado demoliria o governo na hora, sem prejuízo das sanções penais a que os responsáveis estivessem sujeitos. Ironicamente, menos de 15 anos após o fim da “República das Alagoas”, quando o PT era ainda uma vestal, defensora implacável dos mores (costumes) e da res publica (coisa pública), surge a “República de Ribeirão Preto”. A vestal transformou-se numa criatura sem vergonha e sem moral. Convém lembrar que nos tempos romanos as vestais que prevaricavam eram enterradas vivas. Será esse o destino de Palocci & companhia?

O governo do Molusco tornou-se mestre na arte do “nada sei”. Pratica a verdadeira omertá (a lei do silêncio) da máfia. O problema é que a responsabilidade tem dono quando se trata de poder. Palocci diz que nunca foi à casa e apresenta, para “prová-lo”, um álibi em ouro maciço: “nunca dirijo em Brasília”. Mais estapafúrdio é quase impossível.

Mas vamos dar-lhe o benefício da dúvida e admitir que não soubesse da “central” montada a poucos minutos de seu ministério. Se nada sabia, é mal informado e não tem competência para ocupar ministério onde informação é tão vital quanto o ar que respiramos. Se o ministro nunca foi à casa, mas sabia de sua existência, o fato é mais grave. E se tivesse ido, poderia ser caracterizado como o chefe da quadrilha e, além disso, participante das alegres celebrações locais que – pelo noticiário – tinham mais a ver com Baco do que com Vesta.

Violação da privacidade!, gritam os acólitos do NeoPT (incluindo os de “esquerda”) que pararam de criticar a política econômica, representada pelo vice-rei Henrique Meirelles e seu BC independente do Brasil (sem que os brasileiros tenham votado nisso), único poder, funcional e real, da atual república do NeoPT.

Se o ministro celebrava ou não suas dionisiadas não vem ao caso. O que interessa são as atividades econômicas da “central”. Mas é bom lembrar sempre que o conceito de privacidade para homens públicos não é igual ao existente

para o cidadão comum. Se vizinhos e vizinhas adultos se reunirem por conta e consentimento próprio para uma orgia, ninguém tem nada com isso. Mas se houver negócios escusos e mera suspeita de envolvimento de dinheiro público, a coisa muda inteiramente de figura.

Além disso, fica demonstrado que na República do NeoPT existem dois critérios de privacidade. Para Paulo Okamoto, o amigo de Luiz Inácio que generosamente pagava as suas contas, o sigilo bancário é sacrossanto. O STF garante esse “direito”, como o concedido a Duda

Mendonça para repetir ad nauseam “não vou responder”, num deboche público que mostrou o ponto de avacalhação a que chegou o Brasil.

Desmascarado pelo motorista Francisco das Chagas Costa e pelo caseiro Francenildo Santos, o Nildo, Palocci insiste em mentir (como já mentiu antes). Nildo foi chamado à Polícia Federal para depor na quinta-feira à noite. Entregou os seus documentos, inclusive o cartão bancário. Enquanto depunha, a revista Época (do grupo de O Globo) conseguia uma cópia de seu extrato na Caixa Econômica Federal, mostrando que R\$ 38 mil tinham sido depositados em sua conta nos últimos três meses.

A tentativa de desmoralizar a acusação é evidente, mas Francenildo já havia revelado que o depósito fora feito por um empresário piauiense, que seria seu pai. Nildo exigia reconhecimento, o empresário negou, mas mandou-lhe dinheiro. Tanto o empresário como a mãe de Nildo confirmam o fato.

Mas, mesmo que seu depoimento tivesse sido comprado, a pergunta é: quem quebrou o sigilo bancário de Francenildo sem ordem judicial? Foi a PF? De posse do cartão é possível chegar à conta, desde que se tenha equipamento adequado. Foram a PF e a Caixa? Um telefonema permitiria a alguém na Caixa chegar aos dados sem grande dificuldade. Ou foi a CEF? Houve crime escancarado. Se o caseiro estivesse mentindo e tivesse vendido seu depoimento, deveria ser rigorosamente punido, mas através de uma investigação e de acordo com a lei, exatamente com os mesmos direitos dos amigos do Molusco.

■ Fritz Utzeri escreve às quartas

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de abril de 2006.

Segundo a matéria, Antonio Palocci, ainda ministro da Fazenda em 16 de março, ordenou diretamente ao então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, que violasse o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Pressionou o colega Márcio Thomaz Bastos a pedir que a Polícia Federal acobertasse sua conduta, ameaçando revelar a presença de um auxiliar direto do ministro da Justiça em sua casa na noite daquela

quinta-feira, quando Mattoso lhe entregou o extrato do caseiro.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro.”

FOLHA DE S.PAULO

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessor de Márcio Thomaz Bastos estava na casa de Palocci quando extrato foi entregue

Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro

KENNEDY ALENCAR
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Antonio Palocci Filho, ministro da Fazenda em 16 de março, ordenou diretamente ao então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, que violasse o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Pressionou o colega Márcio Thomaz Bastos a pedir que a Polícia Federal acobertasse sua conduta, ameaçando revelar a presença de um auxiliar direto do ministro da Justiça em sua casa na noite daquela quinta, quando Mattoso lhe entregou o extrato do caseiro.

Segundo relatos obtidos pela Folha, Palocci fez pressões até a última hora para permanecer no cargo. Discutiu com Mattoso e Thomaz Bastos duramente na segunda-feira passada, dia de sua queda. Mattoso rejeitou assumir sozinho a culpa.

Por telefone, Palocci chegou a pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não fosse demitido, mas afastado temporariamente. Lula, porém, respondeu secamente que não dava. Havia acabado de ser informado de que não havia mais dúvida de que Palocci ordenara a violação do sigilo do caseiro, apesar de o então ministro ter negado isso várias vezes no decorrer do imbróglio.

Palocci deu a ordem para Mattoso quebrar o sigilo na tarde de 16 de março, quando lhe disse que tinha a informação de que o caseiro recebera soma de dinheiro e que suspeitava que havia sido comprado pela oposição para atacá-lo. De noite, Palocci convidou o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, para ir à sua casa. Lá, encontrou também Mattoso. A. membros do governo, Goldberg disse que não presenciou a entrega do extrato.

Na sua versão, Palocci e Mattoso teriam se reunido a sós no escritório, e o então ministro da Fazenda teria pedido que a PF investigasse Francenildo por falso testemunho e suborno para mentir sobre uma autoridade.

Palocci, que estava acompanhado por seu assessor Marcelo Netto, disse que “a imprensa” divulgaria que o caseiro havia recebido recursos incompatíveis com sua renda de R\$ 700 mensais. Segundo seu relato, ele não viu o extrato, mas ouviu pedido de Palocci para acionar a PF.

No dia seguinte, o chefe-de-gabinete de Thomaz Bastos, Cláudio Alencar, relatou ao ministro que Palocci havia pedido a Goldberg para a PF investigar Francenildo. No mesmo dia, o extrato vazou por meio do blog da revista “Epoca”.

Oficialmente, a PF começou a investigar o caseiro na quinta-feira seguinte, dia 23, e o colocou sob suspeita de lavagem de dinheiro devido a um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras encaminhado no dia 20. Antes, o contato de Francenildo com a PF havia ocorrido entre a quinta, 16, e a sexta, 17, quando entrou e saiu do programa de proteção a testemunhas do órgão.

Últimos dias

Uma semana depois, no domingo passado, Lula e Palocci tiveram uma conversa pessoal. O então ministro da Fazenda continuava a negar as evidências de sua participação no caso. Mas Lula já havia recebido informações de Thomaz Bastos de que a PF tinha convicção da participação de Palocci.

O ministro da Justiça disse que o Departamento de Mattoso no dia seguinte não lhe deixaria saída. Lula informou a Palocci que a situação era insustentável e que ele deveria

se preparar para sair.

Antes de viajar para Curitiba, ainda no domingo, dia 26, Lula se reuniu com auxiliares na Base Aérea de Brasília, atrasando seu voo em mais de uma hora. Pediu que fizessem uma apuração final durante a manhã de segunda e que lhe apresentassem um resultado definitivo em reunião à tarde.

Solicitou ainda que o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Guido Mantega, fosse a Brasília no dia seguinte. Já queria demitir Palocci, contrariado com as negativas do ministro, que só admitira que sua assessoria poderia ter vazado o extrato.

Na manhã de segunda, em conversa tensa com Mattoso, Palocci disse ao presidente da Caixa que ele não diminuiria sua culpa em nada se o responsabilizasse. Depois de soltar um palavrão, Mattoso afirmou que Palocci acabara com sua vida e que ele não pagaria o pato sozinho.

Com a recusa de Mattoso, Palocci ficou nervoso e trocou ofensas com Thomaz Bastos. Disse que contrariaria um detetive particular para investigar Francenildo porque a Polícia Federal trabalharia só a favor da oposição e contra o governo.

Palocci disse que o caseiro teria viajado para o Piauí com passagem paga por um senador e que nem isso a PF conseguia apurar.

Palocci fez pressões em forma de ameaça. Disse que Thomaz Bastos poderia se complicar porque Goldberg estivera na sua casa na quinta em que Mattoso lhe entregara o extrato de Francenildo.

Thomaz Bastos respondeu com um palavrão. Disse que Palocci chamava o secretário sem seu conhecimento, que ele estava em Rondônia e que não permitiria que a PF fosse usada politicamente.

te ou forçada a acobertar eventual prática criminosas de membros da cúpula do governo. Em público, o ministro não informou que seu assessor havia presenciado o encontro entre Mattoso e Palocci.

Quando Lula chegou de Curitiba, foi informado por auxiliares de que Mattoso estava na PF naquele momento e que diria que entregou os extratos a Palocci. Lula agradeceu o relato, pediu que deixassem a sala e solicitou um telefonema para o ministro da Fazenda. Não chamou Palocci para seu gabinete e afirmou que seria uma conversa rápida.

O presidente disse a Palocci que, diante das circunstâncias, ele deveria deixar o governo. O auxiliar pediu que não fosse demitido, mas afastado, a fim de tentar provar sua eventual inocência e retornar ao posto. Lula não aceitou.

Auxiliares, Lula se queixou de Palocci ter insistido em negar participação na violação do sigilo. Outros membros da cúpula do governo também se mostraram surpresos. Ciro Gomes, que chegou a chamar de “golpista” setores da imprensa, disse que ia escrever uma carta para um jornal pedindo desculpa por sua crítica.

Oferta de R\$ 1 milhão

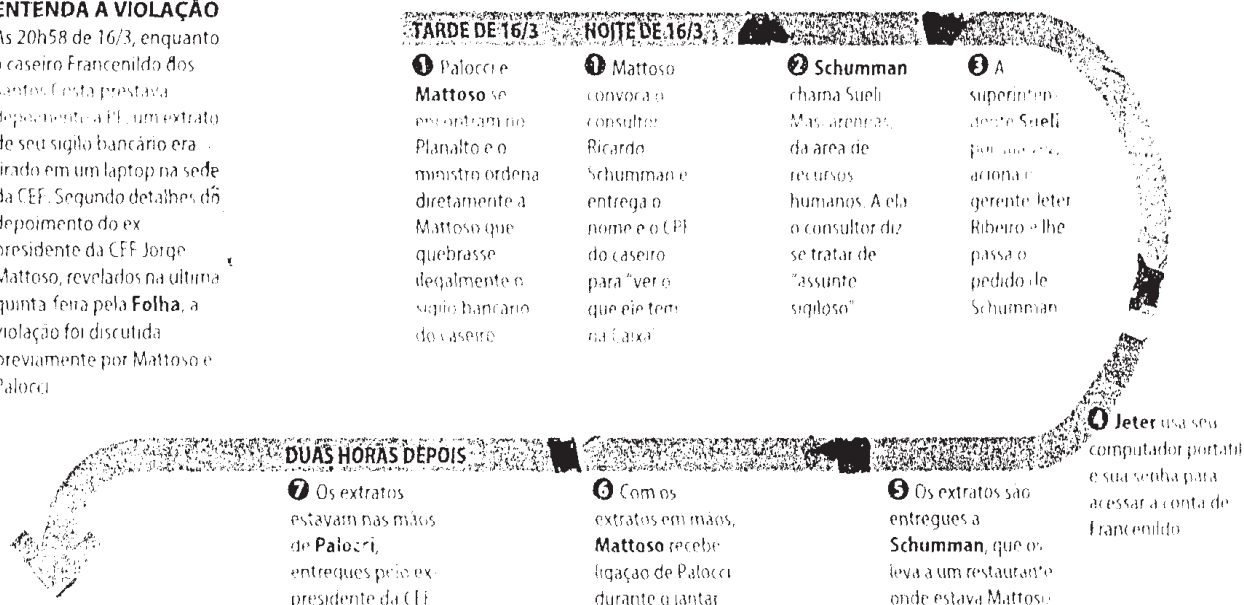
Segundo a edição desta semana da revista “Veja”, em conversa de Palocci com Mattoso e o advogado criminalista Arnaldo Malheiros, amigo de Thomaz Bastos, foi aventada a ideia de oferecer R\$ 1 milhão “a algum funcionário da Caixa que se dispusesse a assumir a culpa pela quebra do sigilo”.

Segundo a revista, “não se sabe se a proposta teve andamento prático”. Ainda segundo a “Veja”, o empresário Eurípedes Soares da Silva, o suposto pai biológico de Francenildo, também teria tido sigilos fiscal e bancário violados.

PALOCCI E A QUEBRA DE SIGILO

ENTENDA A VIOLAÇÃO

Às 20h58 de 16/3, enquanto o caseiro Francenildo dos Santos Costa prestava depoimento à PF, um extrato de seu sigilo bancário era tirado em um laptop na sede da CEF. Segundo detalhes do depoimento do ex-presidente da CEF Jorge Mattoso, revelados na última quinta-feira pela **Folha**, a violação foi discutida previamente por Mattoso e Palocci.



8 Segundo a revista "Veja", Palocci estava acompanhado de seu assessor Marcelo Netto e de Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico e um dos principais auxiliares do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça). Goldberg havia sido chamado para que a Polícia Federal acobertasse a violação do sigilo, mas Thomaz Bastos se negou e deu início à investigação na PF.



PERGUNTAS SEM RESPOSTAS

- Por que o ministro não foi demitido tão logo Márcio Thomaz Bastos foi avisado da violação do sigilo, no dia seguinte, por um assessor seu?
- Como Mattoso ficou sabendo de movimentações atípicas na conta de Francenildo na CEF? Palocci ficou sabendo quando dessas movimentações?
- Por que o presidente Lula foi conivente com a situação e esperou até a segunda-feira para tirar Palocci do cargo?
- Palocci, que recebeu os extratos, nega ter vazado os dados. Quem passou cópia dos documentos à revista "Época"?
- Por que Palocci frequentava a "casa do lobby" em Brasília, segundo acusou o caseiro? Por que sempre negou suas idas ao local?

PALOCCI E A "CASA DO LOBBY"

Francenildo é mais uma testemunha que afirma ter visto o ministro Palocci em casa em Brasília famosa por receber lobistas, empresários e garotas de programa. O ministro nega ter ido lá.

A CASA DO INQUILINO

Francenildo trabalhou na casa alugada por Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto quando Palocci era prefeito. Segundo ele, era Poletto quem pagava as contas da casa, com dinheiro trazido por Rogério Buratti.

O CHEFE

Era assim que o ministro era chamado na casa, disse Francenildo. Palocci adorava às quintas-feiras, além de sábados e domingos. De 2003 até 2004. Não gostava que luzes do jardim ficassem acesas enquanto estivesse lá.

O CARRO

Segundo o caseiro e a última testemunha, o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava sempre em um Peugeot prata, que seria de Ralf Hierquete, ex-assessor de Palocci morto em 2004.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na data de hoje para comentar o artigo intitulado “Indecência”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 22 de março deste ano.

O jornalista, em seu artigo, trata da violação criminosa do sigilo bancário do caseiro que afirmou ter visto o ministro Palocci na casa alugada em Brasília por seus ex-assessores para funcionar como uma “casa de lobby”. Para Fernando Rodrigues, “Esse episódio todo pode até dar em nada, mas resume à perfeição

o desapareço atroz do PT e da administração Lula às instituições do país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Indecência.”

FERNANDO RODRIGUES

Indecência

BRASÍLIA - *As informações preliminares são as seguintes:*

1) *o governo tem envolvimento direto na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Nildo, cujo depoimento comprometeu a vida do ministro da Fazenda, Antonio Palocci;*

2) *a Caixa Econômica Federal fez a violação. O extrato de Nildo foi entregue a um assessor de Palocci;*

3) *os governistas continuam insinuando que Nildo recebeu “algo” para falar. Nildo nega.*

Tudo está pendente de confirmação final, exceto pelo fato principal: a violação criminosa do sigilo bancário de um cidadão.

Fosse este um país minimamente decente — promessa de campanha de Lula em 2002 —, deveriam ser demitidos sumariamente, a bem do serviço público, o ministro da Fazenda e o presidente da CEF, Jorge Mattoso. Por envolvimento ou por omissão.

Os governistas pareciam baratas tontas ontem no Congresso. Queriam minimizar o episódio. “Foram assessores. Palocci e Mattoso não têm culpa”, era um dos argumentos usados.

Esse raciocínio pertence à categoria “eu acredito em duendes”.

A outra peça de resistência foi na linha lulista do “todo mundo faz”. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, entrou na onda. Criticou o fato, mas completou fazendo confusão: “O vazamento de informação é uma praga terrível que deve ser combatida”. Errado. O ocorrido não foi um vazamento, mas violação explícita de um direito constitucional.

O comportamento irracional do governo chegou ao paroxismo com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, exigindo as gravações do circuito interno de TV do Congresso para verificar com quem o tal Nildo falou nas últimas semanas. Numa espécie de Big Brother congressional, a petista, mais conhecida pelo seu apego aos solecismos na tribuna, quer agora vigiar seus colegas.

Esse episódio todo pode até dar em nada, mas resume à perfeição o desapareço atroz do PT e da administração Lula às instituições do país.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 29 de março do corrente.

Segundo a matéria, a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa começou com informações repassadas ao ex-presidente Jorge Mattoso. Ao ordenar o acesso aos extratos do caseiro, Mattoso comentou com o consultor da presidência da Caixa, Ricardo Schumann, que ouvira falar de “movimentações atípicas” de dinheiro na conta de Francenildo.

FOLHA DE S.PAULO

CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

Ex-presidente do banco sabia de ‘movimentações atípicas’ quando ordenou acesso aos extratos do caseiro que denunciou Palocci

CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A violação do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa na Caixa Econômica Federal começou com informações repassadas ao ex-presidente Jorge Mattoso de fora da estatal, apurou a Folha.

Ao ordenar o acesso aos extratos da conta poupança do caseiro, na noite da quinta-feira, 16, Mattoso comentou com o consultor da presidência da Caixa Ricardo Schumann, que ouvira falar de movimentações atípicas de dinheiro na conta de Francenildo.

Até aquele momento, no entanto, o sistema que detecta operações atípicas da Caixa Econômica não havia dado nenhum alerta dos depósitos de R\$ 25 mil na conta poupança que pudesse sustentar um comunicado de suspeita de lavagem de dinheiro ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Schumann nega conhecer a origem dos comentários que motivaram a ordem de Mattoso. O ex-presidente da Caixa tampouco deixou isso claro na nota que divulgou após depor à Polícia Federal anteontem — quando ainda tinha esperança de permanecer no cargo. “Na condição de presidente da Caixa, tive acesso a informações sobre movimentação atípica

em conta de cliente”, resume a nota. A PF investiga a participação do Ministério da Fazenda.

Falhas

A origem da informação que levou à violação do sigilo bancário de Francenildo faz parte da coleção de falhas e pontos obscuros da versão apresentada para o episódio que levou à queda do ministro Antonio Palocci (Fazenda).

A tentativa de qualificar a operação como uma rotina burocrática da Caixa não resiste aos fatos, como foram narrados até aqui.

Na noite daquela quinta-feira, dia 16, a informação que Mattoso recebera precisava ser checada rapidamente, para eventualmente embasar um comunicado ao Coaf, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

Esse comunicado foi feito, mas apenas na noite de sexta-feira, 17, depois de o extrato bancário de Francenildo ter sido divulgado pela revista “*Época*”, em meio de suspeitas que poderiam desqualificar seu testemunho contra o então ministro da Fazenda.

Antes do Coaf e da imprensa, o próprio Palocci foi informado pessoalmente das movimentações bancárias por Jorge Mattoso, revelou o ex-presidente da Caixa à Polícia Federal. Operações muito mais atípicas, de saques de mi-

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“CEF recebeu dicas sobre caseiro antes de agir.”

lhões em dinheiro vivo, não mereceram o mesmo tratamento.

Detalhe que ajuda a desmontar a versão de uma rotina burocrática: ao repassar adiante a ordem de Mattoso, o consultor da presidência da Caixa Ricardo Schumann sabia que não se tratava de um cliente qualquer do banco, mas do caseiro que testemunhara contra Antonio Palocci.

Fora da rotina

O acesso à conta bancária do caseiro e a impressão dos extratos também fugiram à rotina da instituição. Como Mattoso tinha presa na quinta-feira à noite, a superintendente Sueli Mascarenhas foi acionada, embora sua área na Caixa seja de recursos humanos. Seu status funcional dava a ela acesso às informações que o presidente da Caixa procurava. A senha para obter os dados foi providenciada com o gerente Jeter Ribeiro, usuário do equipamento.

Esse roteiro foi rastreado pela Polícia Federal, que chegou ao comando da Caixa apenas no domingo, mais de uma semana depois da violação do sigilo. Autor confesso do pedido de extração dos dados bancários, Mattoso instalou investigação interna no banco, com prazo de 15 dias para apurar eventuais responsabilidades. Esse prazo só termina dia 4.

UMA VERSÃO CHEIA DE BURACOS

CAIXA

O ex-ministro Antônio Palocci e o ex-presidente da CEF Jorge Mattoso não conseguem esclarecer quem ordenou a violação do sigilo do caseiro e quem divulgou os dados.

QUEM PEDIU?

Jorge Mattoso não explicou como soube que o caseiro Francenildo Costa exibía movimentações atípicas em sua poupança. A origem da informação não seria o sistema de alerta da Caixa, mas o de outro órgão ligado à fazenda.

COMUNICADO TARDIO

A Caixa violou os dados de Francenildo na noite do dia 16. O pedido urgente de Mattoso supostamente sustentaria comunicado ao Coaf, mas a comunicação só foi feita na noite do dia 17, após "Época" divulgar as informações.

QUEM SOUBE?

Apesar de a violação do sigilo ter sido revelada na sexta-feira, antes disso já havia parlamentares petistas falando na existência de evidências contra o caseiro.

Quem informou esses parlamentares, e quando eles souberam?

BUSCA

O presidente da CEF agiu como se nada soubesse: só mandou abrir sindicância três dias após "Época" divulgar os extratos, pediu um prazo de 15 dias e demorou mais uma semana para admitir sua responsabilidade no caso.

QUEM VAZOU?

O ex-presidente da Caixa disse que entregou os extratos diretamente ao então ministro Antônio Palocci na noite do dia 16. Palocci nega ter vazado os dados, mas, no dia seguinte, uma cópia do extrato já estava no site da "Época".

OPERAÇÃO ANORMAL

Mattoso alega que teria agido "nos estritos limites da legalidade" ao cuidar de rastrear movimentações atípicas de um cliente que recebera depósitos de R\$ 25 mil. Ocorre que não foram seguidos os canais de rotina do banco.

ENTENDA

A VIOLAÇÃO DO SIGILO

Às 20h58 de 16/3, enquanto o caseiro Francenildo dos Santos Costa prestava depoimento à PF, um extrato de seu sigilo bancário era tirado em um laptop na sede da CEF.

1 LAPTOP

Após recuperar em São Paulo o laptop, a PF identificou Jeter Ribeiro como o funcionário que tirou o extrato. Ele disse ter agido a mando de Sueli Aparecido Mascarenhas.

2 ASSESSOR

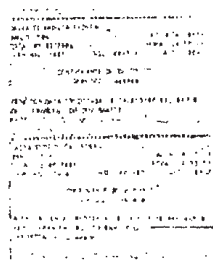
A superintendente Mascarenhas, por sua vez, teria recebido o pedido de realizar a violação de Ricardo Schumann, consultor da presidência da Caixa Econômica Federal.

3 MATTOSO

Em depoimento à Polícia Federal, Schumann disse ter entregue o extrato da conta de Francenildo Costa nas mãos do então presidente da Caixa, o economista Jorge Mattoso.

4 PALOCCI

Mattoso alega que teria entregue o extrato ao então ministro Antônio Palocci na noite de 16/3. No dia seguinte, a revista "Época" publicou em seu site cópia do extrato.



Cópia do extrato

NOME: FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA

Jardineiro pode ter levantado suspeita

RUBENS VALENTE
ADRIANO CEOLIN

A SUBCURSAL DE BRASÍLIA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem, durante depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à Corregedoria do Senado, que um senador do PT comentou com ele ter ouvido "suspeitas" sobre a movimentação financeira do caseiro horas antes da violação da sua conta pela Caixa Econômica Federal.

A oposição suspeita que essas informações obtidas pelo senador petista, de uma suposta "testemunha" que depois teria se recusado a falar, podem ter sido a origem da operação clandestina desencadeada por autoridades do governo federal para quebrar o sigilo do caseiro. A quebra culminou na queda, anteontem, do ministro Antonio Palocci e do presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Segundo Suplicy, a conversa

com o colega ocorreu na manhã do dia 16 no gabinete da liderança do governo no Senado. A violação da conta ocorreu naquela noite.

O senador, cuja identidade não foi confirmada por Suplicy, seria Tião Viana (PT-AC), articulador político de Palocci na CPI dos Bingos —Suplicy disse apenas que o colega "é próximo do [ex-]ministro". Procurado ontem à noite, Viana não foi localizado.

Com base no que disse Suplicy, o caseiro deu uma possível explicação. A suposta "testemunha" seria um jardineiro que trabalhava numa casa vizinha à do Lago Sul, com quem costumava conversar. Meses antes do depoimento à CPI dos Bingos, Francenildo teria dito ao jardineiro que tinha dinheiro suficiente para adquirir um terreno por cerca de R\$ 15 mil.

Ao ver na TV as revelações do caseiro, o jardineiro teria feito uma ilação entre o dinheiro recebido por Francenildo e a decisão

dele de narrar o que viu na casa. Essa suspeita teria chegado a Viana, que pode tê-la encaminhado a Palocci. O caseiro disse que dinheiro referido para a compra do lote é parte dos mesmos R\$ 25 mil depositados pelo seu suposto pai biológico, o empresário Eurípedes Soares —que confirma os depósitos, mas nega a paternidade.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que haverá uma diligência para localizar o jardineiro e a casa em que trabalharia. A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) cobrou uma investigação sobre a identidade do senador do PT. "Pode não ser nada. Mas poderá passar a ser muito grave se essa informação foi utilizada por um senador para comunicar a uma autoridade."

O líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM), ironizou a informação trazida por Suplicy: "Um caseiro já derrubou parte do governo. Tomara que um jardi-

neiro não faça cair o resto".

No depoimento, o caseiro foi proibido de falar sobre as visitas de Palocci à casa do Lago Sul. O corregedor disse que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu o depoimento do caseiro na CPI impede esse tipo de pergunta na Corregedoria.

Vice da Caixa

A vice-presidente de Tecnologia da Caixa, Clarice Copetti, disse ontem, ao ser questionada pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) na CPI dos Bingos, que os dados de movimentações financeiras atípicas são repassados à Superintendência de Controle Interno da Caixa para, depois, serem enviadas ao Banco Central. "Até hoje foram 55 informações [sobre movimentações atípicas]", disse ela.

Para Dias, isso mostra que Mattoso não precisava ter se empenhado pessoalmente para entregar o extrato a Palocci.

Envolvido em violação é acusado de improbidade

MAURÍCIO SIMIONATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

Um dos pivôs da quebra de sigilo do caseiro, Francenildo dos Santos Costa, o consultor da Caixa Econômica Federal, engenheiro civil e ex-sindicalista Ricardo Farhat Schumann, 46, já atuou em cargos importantes em diversas administrações ligadas ao PT.

Funcionário de carreira da Prefeitura de Campinas (SP), atuou

também no governo do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), morto em 2002, e presidiu a Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) na gestão de Marta Suplicy (PT).

Schumann foi diretor do Departamento de Materiais e Patrimônio em Santo André e, em 2002, teve seu nome incluído em uma ação civil pública movida pela Promotoria por improbidade ad-

ministrativa naquela gestão.

A Promotoria pedia na época o ressarcimento de R\$ 9,6 milhões aos cofres públicos, referentes a nove contratos que a prefeitura firmou em caráter emergencial, sem licitação, entre 1997 e 2001.

Como presidente da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.), entre 2003 e 2004, ele teve seu nome envolvido num contrato assinado no final do mandato de Marta que

envolveu a Sanasa, a Petros e o consórcio formado pelas empresas PriceWaterhouseCoopers, KPMG e Globalprev.

A Sanasa havia contratado, com assinatura de Schumann, a Petros para administrar o fundo de pensão em dezembro de 2004. A Petros terceirizou os serviços e contratou o consórcio com a Globalprev sem licitação. O contrato foi desfeito quatro meses depois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, A Caixa Econômica Federal é uma instituição que sempre contou com o respeito e a credibilidade da sociedade brasileira. Infelizmente, o governo do presidente Lula, envolvido diretamente na violação do sigilo do caseiro Francenildo, deixou a imagem da CEF “descer ralo abaixo”.

Sr. Presidente, o jornalista Fernando Rodrigues, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo** de 25 de março do corrente sob o título “Imagem dilapidada”, resume bem o episódio: “Um aspecto a ser observado no atual escândalo é quanto custa essa perda de imagem para a CEF e quem deve ressarcir-la pelo

dano causado. A resposta deve ser dada pela equipe econômica de Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo do jornalista Fernando Rodrigues passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Imagem dilapidada.”

FERNANDO RODRIGUES

Imagem dilapidada

BRASÍLIA - A Caixa Econômica Federal é o terceiro maior anunciante estatal do país. Só perde para o Banco do Brasil e para a Petrobras.

De 2001 a 2004 (dois anos de FHC e dois de Lula), a CEF torrou R\$ 433,3 milhões para lustrar sua imagem, segundo os últimos dados disponíveis. É uma montanha de dinheiro. Em compensação, não há brasileiro que não reconheça o bordão “vem pra Caixa você também, vem!”.

Agora, com o escândalo do caseiro Nildo, a CEF teve uma exposição negativa brutal na mídia. Aparece diariamente em todos os jornais impressos, nos telejornais e nas rádios. Neste fim de semana, o logotipo do banco estatal ilustrará várias revistas.

Na quinta-feira, a charge de Angeli na **Folha** mostrava um gerente da CEF explicando ao cliente: “Oferecemos caixas 24 horas, bankphone, internet, cheque especial, cartões... Agora, sigilo bancário, só para clientes a favor do governo!”. Ontem, Glauco mostrava uma ratazana saindo de um caixa automático.

Essa tonelada de publicidade negativa dilapidará a imagem da CEF. Não importa se a versão oficial apontar para funcionários de médio escalão como os responsáveis pela violação do sigilo. O crime ocorreu dentro da sede central da instituição.

Um aspecto a ser observado no atual escândalo é quanto custa essa perda de imagem para a CEF e quem deve ressarcir-la pelo dano causado. A resposta deve ser dada pela equipe econômica de Lula.

Ontem, de maneira indireta, Antonio Palocci falou sobre a atual crise. Como se vivesse num universo paralelo desconhecido, ensaiou uma lição de moral. “Não se pode transformar o debate político em uma crise sem fim.” É verdade. Basta a CEF abdicar dos seus 15 dias de prazo autoconcedido para esclarecer quem violou o sigilo do caseiro. Mas aí, por óbvio, não daria tempo de combinar uma boa versão com todos os envolvidos. Melhor esperar e deixar a imagem da empresa descer ralo abaixo.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Quem paga o rombo”, do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de 27 de março do corrente.

O artigo trata do déficit do fundo de pensão da Petrobras, Petros, que atingiu em 2004 o valor de R\$5,3 bilhões. O fundo Petros se destina a complementar a aposentadoria de mais de 40 mil trabalhadores na ativa e de 53 mil aposentados.

Apesar de ser um problema antigo, o déficit aumentou substancialmente neste governo, quando aumentou a participação, no conselho do fundo, de opositores declarados do chamado regime de contribuição definida, modelo adotado atualmente pela maioria dos fundos de pensão patrocinados por empresas

privadas. Este modelo é tido como o único capaz de corrigir o problema, mas o fundo continua a gastar dinheiro público para não desagradar os seus atuais administradores.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Quem paga o rombo?”

Quem paga o rombo?

O presidente do fundo de pensão da Petrobrás (Petros), Wagner Pinheiro, anunciou que a estatal apresentará aos seus empregados proposta de cobertura do déficit atuarial da entidade em 2004, no valor de R\$ 5,3 bilhões. Ele admitiu que o que está em discussão é “se haverá apoio integral da empresa” ou não – isto é, se a Petrobrás entrará com a totalidade dos recursos necessários para tapar o buraco, como sempre ocorreu na história da companhia.

O fundo Petros se destina a complementar a aposentadoria de mais de 40 mil trabalhadores na ativa e de 53 mil aposentados. É o segundo maior do País, com investimentos de R\$ 28,1 bilhões, conforme os dados de novembro publicados na revista da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), abaixo apenas do Previ, dos funcionários do Banco do Brasil.

Mas, certamente, o Petros é o líder incontestado nos “acertos” de contas relativos ao passado, pois o patrimônio é insuficiente para cobrir as responsabilidades futuras do fundo com seus participantes.

Por quatro vezes, nos últimos oito anos, foram constatados grandes rombos no Petros. A origem do problema remonta aos anos 70, quando a Petrobrás criou as vantagens da aposentadoria complementar para o pessoal, mas não entrou com os recursos para financiá-la nem exigiu a contrapartida necessária dos funcionários. Por mais de 20 anos o déficit ficou escondido. E foi

agravado na década passada, na gestão Joel Rennó, que incluiu, entre os participantes do fundo, funcionários que não haviam feito contribuições ou haviam sido contratados há pouco tempo, mas receberiam as mesmas vantagens dos que aderiram ao fundo desde sua criação.

O primeiro rombo, da ordem de R\$ 5,5 bilhões, foi constatado em 1995 e confirmado em 1999 pelo então presidente do Petros, Carlos Flory, que também propôs uma solução: a modificação dos planos de benefícios. O regime de benefício definido, em que o empregado

Déficit atuarial crescente no fundo de pensão da Petrobrás

sabe quanto irá receber ao se aposentar, sem ter de se preocupar com o que está sendo depositado hoje, seria substituído pelo regime de contribuição definida, em que a aposentadoria depende do montante acumulado nas contas individuais de cada empregado, como ocorre na maioria dos fundos de pensão patrocinados por empresas privadas. Mas a solução foi torpedeada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e derrotada na Justiça.

A situação se agravou no atual governo, quando aumentou a participação, no conselho do fundo Petros, de opositores declarados do regime de contribuição definida. Em 12 de fevereiro de 2005, a Petrobrás publicou fato relevante em que admitia que o fundo tinha um déficit atuarial de R\$ 8,3 bi-

lhões, além de um déficit com planos de saúde de R\$ 5 bilhões.

Esses números cresceram em 2005. O balanço anual mostrou que, em dezembro, o custo presente dos compromissos com a aposentadoria do pessoal, inclusive de empresas ligadas, atingia R\$ 33,7 bilhões, contra ativos no “valor justo” de R\$ 24,4 bilhões. Faltavam, pois, R\$ 9,3 bilhões, mas a empresa não reconhecia R\$ 6,9 bilhões – ou seja, a contabilidade não é clara. E os planos de assistência médica, totalmente bancados pela companhia, apresentavam em 2005 um desequilíbrio de R\$ 11,6 bilhões.

O déficit que a empresa quer agora eliminar representa, portanto, apenas parte do problema. Em fevereiro de 2005, quando foi revelada a existência do déficit de 2004, Wagner Pinheiro previu que a Petrobrás assumiria o encargo. “A Petrobrás quer pôr fim nos déficits sucessivos”, declarou. O que só seria possível se todos os funcionários tivessem se transferido para o novo plano de contribuição definida, que, na verdade, devido à derrota na Justiça, só abriga quem entrou na empresa a partir de 2002.

É mais do que tempo de a estatal dividir os ônus do fundo de pensão com os beneficiários dos planos de aposentadoria, como faz qualquer empresa. A Petrobrás é uma companhia aberta, com centenas de milhares de acionistas. Não pode fazer o que bem entende com o dinheiro de 185 milhões de brasileiros.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar a matéria intitulada “Adeus, Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 28 de março do corrente.

O Presidente Lula bem que tentou, mas não pôde manter Antonio Palocci no cargo. Agora ex-ministro, Palocci perde a imunidade e responderá qualquer processo na justiça comum, seja por crime de falsidade ideológica, peculato, corrupção de agentes públicos, formação de bando e superfaturamento.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Adeus, Palocci.”

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

ADEUS, PALOCCI

EURMANO SILVA E
SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu demitir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, assim que soube da intenção do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, de não assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Em conversa com vários interlocutores ao longo do dia, Lula mostrou-se irritado com as sucessivas negativas do ministro em relação à presença na mansão do Lago Sul alugada por ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). “Ele até agora não assumiu que foi à casa”, disse o presidente, sem esconder a insatisfação com o comportamento do homem responsável pelo comando da economia.

Partiu do presidente a iniciativa de demitir o ministro da Fazenda. Lula pediu que Palocci assinasse a carta de demissão sem dar chance para novas explicações. “Digam que ele pediu para sair e que eu aceitei”, orientou o presidente aos auxiliares. Quando o ministro escreveu o texto, Mattoso já havia confirmado à Polícia Federal ter entregue o extrato do caseiro, pessoalmente, a Palocci (leia mais na página 3).

Na carta enviada a Lula, o ainda ministro insistiu na versão de que não teve qualquer participação na violação da conta e no vazamento do extrato de Francenildo na Caixa. “Quero esclarecer, senhor presidente, que não tive nenhuma participação, nem de mando, nem operacional, no que se refere à quebra do sigilo bancário de quem quer que seja”, escreveu Palocci. “Reafirmo ainda que não divulguei nem autorizei nenhuma divulgação sobre informações sigilosas da Caixa”, continuou o ministro no texto. No final da tarde, em conversa pelo telefone com o senador Tião Viana (PT-AC), Palocci mais uma vez negou qualquer responsabilidade no episódio. “Estou com minha consciência tranquila”, disse o já ex-ministro.

Antes de saber da determinação de Mattoso de comprometer Palocci, Lula ainda tentava dar um voto de confiança ao ministro, movido pela gratidão à sua firme atuação no início do governo para manter a estabilidade econômica. O presidente também teme o aumento dos ataques da oposição durante a campanha eleitoral. Palocci funcionava

como um biombo de proteção ao presidente.

Mudança

Após definir a sorte de Palocci, Lula reuniu-se com os principais ministros da coordenação política para definir o nome do novo comandante da economia. Foi escolhido o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, embora trabalhasse também com os nomes do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal. Remanescente do governo Fernando Henrique Cardoso e defensor de uma política fiscal e monetária rigorosa, Portugal pediu demissão ontem (leia mais na página 12).

O presidente pediu que Mercadante continuasse na liderança do governo. O senador ainda argumentou que precisava deixar a função junto com os ministros que se vão desincompatibilizar para se dedicar à campanha de pré-candidato a governador de São Paulo. Lula não aceitou. “Você sabe que você é meu candidato em São Paulo, mas você não pode deixar a liderança”, afirmou o presidente. “Então, me ajuda”, respondeu o líder do governo. Na disputa paulista, Mercadante enfrenta em uma prévia a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, presente o tempo todo no estado, enquanto o senador passa quatro dias na semana para atender às demandas do cargo de líder. Cabe ao senador fazer no Planalto o anúncio da saída de Palocci.

Com a saída do Ministério da Fazenda, Palocci passa a viver com o fantasma da prisão. Até o último minuto, o agora ex-ministro resistiu em deixar o cargo porque sabe que a partir de agora sofrerá uma perseguição implacável de alguns setores da polícia e do Ministério Público paulistas. Palocci perdeu a imunidade que gozava como ministro da Fazenda e agora responderá a qualquer processo na Justiça comum. Uma simples pedido de prisão, autorizado por um juiz de primeira instância, pode fazer com que o ex-ministro seja alçado e passe uma noite na cadeia.

O delegado seccional Benedito Antonio Valencise, desafeto de Palocci, já avisou que irá indiciar o ex-ministro pelos crimes de falsidade ideológica, peculato, corrupção de agentes públicos, formação de bando ou quadrilha e superfaturamento.

COLABOROU UGO BRAGA

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escolho este momento para apresentar a matéria intitulada “Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula”, de autoria de Ricardo Galhardo, publicada no jornal **O Globo**, de 22 de março do corrente ano e repassar alguns pontos que julgo de destaque. Segundo estudo realizado pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, o aperto fiscal promovido por Lula em 2003 teve forte impacto no resultado do levantamento. Em 2003, o governo teve um gasto social de R\$1.414,00 por pessoa. Mas, mesmo excluindo 2003, houve queda de 0,19% na comparação geral com o governo de FHC. De acordo com o professor da Unicamp, “o momento atual é o pior desde 1840, o

fim do período de sete décadas entre o ciclo do ouro e o início da produção de café”.

Sr. Presidente, para concluir, venho requerer que a referida material seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula.”

O GLOBO

Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula

Estudo mostra que só Bolsa Família cresceu, entre nove itens, em comparação com os últimos dois anos da gestão de FH

Ricardo Galhardo

• SÃO PAULO. Estudo realizado pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, mostra que os gastos sociais do governo caíram 2,7% nos primeiros três anos da gestão Luiz Inácio Lula da Silva, em comparação com os últimos dois anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Segundo o estudo de Pochmann, o gasto médio per capita em 2001 e 2002 foi de R\$ 1.533,77, contra R\$ 1.491,95 entre 2003 e 2005. O estudo não contabiliza anos anteriores devido à falta de informações até 2001.

Dos nove itens do Orçamento selecionados pelo professor, apenas a assistência social, que inclui o Bolsa Família, teve aumento (11,11%) em relação ao período anterior (de R\$ 86,19 por pessoa para R\$ 95,77).

Aperto fiscal teve impacto no resultado do estudo

Segundo Pochmann, o aperto fiscal promovido por Lula em 2003 teve forte impacto no resultado do levantamento. Naquele ano, o governo teve um gasto social de R\$ 1.414

por pessoa. Mas, mesmo excluindo 2003, houve queda de 0,19% na comparação geral entre os dois governos.

De acordo com o professor da Unicamp, a culpa é do modelo econômico que drena dinheiro para o sistema financeiro e, na outra ponta, assiste os mais pobres com programas como o Bolsa Família e o aumento do salário-mínimo.

— Paradoxalmente, temos hoje uma aliança entre os mais ricos e os mais pobres. É um modelo econômico que repassa 50% do PIB para 21 mil classes familiares que detêm 70% da dívida pública, mas conta com apoio político dos 15% mais pobres, assistidos pelo Bolsa Família, e dos que estão ingressando no mercado ganhando salário-mínimo — disse Pochmann, que foi secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo na gestão da petista Marta Suplicy (2001 a 2004).

O resultado é o achatamento da renda da classe média assalariada. De acordo com o estudo, o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais 29,8% nos últimos dez anos,

enquanto o rendimento médio dos assalariados caiu 16,6%.

— A classe média ficou sem elementos de proteção — afirmou Pochmann.

Valor per capita de gasto com dívida pública caiu

Curiosamente, o estudo mostra que o pagamento de encargos da dívida pública não é o único vilão. O volume de dinheiro gasto com a dívida caiu 16,7% na última década. Na comparação com Fernando Henrique, o montante per capita gasto com a dívida caiu 13%, de R\$ 1.012 para R\$ 880. Pochmann não investigou outros itens do Orçamento, mas dá pistas do destino do dinheiro.

— Podem ter aumentado os gastos com pessoal, subsídios e renúncia fiscal — apontou.

Os números mostram que o ajuste fiscal do governo não recaiu prioritariamente sobre os gastos sociais. Os investimentos federais foram reduzidos em 39,73%, de R\$ 115 em 2001 e 2002 para R\$ 69 entre 2003 e 2005.

Apesar da redução detectada nos últimos anos, o estudo mostra que os gastos sociais do governo são a mola propulsora da criação de empregos no país. O nível geral de emprego passou de 56,3% da população em 1995 para 57,3% em 2004, com 13,3 milhões de novas vagas criadas. Conforme Pochmann, 33,5% do total estão diretamente relacionados aos gastos sociais e 90% das novas vagas são de até dois salários-mínimos.

“É preciso fazer o que fez JK: um grande acordo”

Segundo o professor, o momento atual é o pior desde 1840, o fim do período de sete décadas entre o ciclo do ouro e o início da produção de café.

A saída, de acordo com Pochmann, é a adoção de uma agenda de investimentos que permita a redução da taxa de juros sem que haja fuga de capitais.

— É preciso fazer o que Juscelino Kubitschek fez: um grande acordo. Ele criou facilidades e disse: quem investir agora vai ganhar dinheiro e quem deixar para depois terá outras condições. Enquanto a atividade produtiva for menos lucrativa do que o mercado financeiro, não sairemos desta situação — disse. ■

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, 7 de abril, é o Dia Mundial da Saúde. Essa data foi instituída pela Organização Mundial da Saúde que, a cada ano, promove um amplo debate sobre um aspecto relevante relativo ao tema. Neste ano, a questão a ser discutida é o papel e a importância dos profissionais de saúde. Um merecido reconhecimento aos médicos, enfermeiros, atendentes e demais trabalhadores, que se dedicam, diuturnamente, ao próximo, nos seus momentos de dor e de angústia.

Não fosse a dedicação desses profissionais, pior seria ainda a já deteriorada situação da saúde no mundo. Em pleno século XXI, doenças que já se esperava erradicadas ainda ceifam vidas, principalmente nas regiões mais pobres do planeta, onde a miséria e o desalento são estacas de um cenário de morte.

É esse, talvez, o maior pecado da humanidade nos dias de hoje. O homem se transformou numa espécie de Herodes contemporâneo: sua ação, ou sua omissão, atinge, principalmente, crianças em tenra idade. Segundo a Unicef, apenas por “doenças transmitidas pela água contaminada, morre uma criança a cada 15 segundos, e estão relacionadas a outras doenças e à maioria dos casos de desnutrição no mundo”. São elas que pagam o preço mais alto, a própria vida, num universo de mais de um bilhão de pessoas que sofrem com a falta de saneamento, água e higiene. No ano passado, 32 mil crianças não completaram o primeiro aniversário, vítimas de desnutrição, de diarreia, de rubéola e de outros males plenamente sanáveis.

Na América Latina e Caribe, são 134 milhões de habitantes sem condições adequadas de saneamento básico. Algo como quatro Argentinas, ou mais de 25 Uruguais. Aqui, algo acima de vinte milhões de brasileiros ainda não têm acesso a água potável. Mais de trinta milhões de conterrâneos não se alimentam, diariamente, com uma dieta mínima necessária, o que os tornam presas fáceis para os mais variados tipos de doenças.

Todas essas estatísticas são, sabidamente, subestimadas. Num país onde não se tem registro de vida, imagine-se assentamentos de morte. Quantos serão os sepulcros anônimos, “covas rasas, para carnes poucas”, que se espalham pelos quintais de casebres de pais que, igualmente, passam ao largo de cartórios de registro civil. São vidas (e mortes) não contabilizadas.

Quaisquer que sejam, entretanto, esses números, são assustadores. Considerados, apenas, os dados oficiais, estima-se que, no ano passado, morreram, no mundo, quase três milhões de pessoas, vítimas da Aids, mais de 1,6 milhão de tuberculose, 883 mil de

malária, algo como 7,6 milhões de câncer, mais de 1,1 milhão de diabetes, 4 milhões de doenças respiratórias crônicas e 17,5 milhões de doenças cardiovasculares. Para se ter uma dimensão mais precisa da grandeza desses números, são registrados, a cada ano, 500 milhões novos casos de malária, em mais de 100 países. Essa doença, que também poderia já estar erradicada, ameaça, hoje, 40% da população mundial. Outros exemplos poderiam ilustrar esse quadro preocupante, como a Doença de Chagas, moléstia de grande potencial de incidência para um quarto da população da América Latina e a leishmaniose, em que nove, em cada dez casos, estão presentes no Brasil, na Bolívia e no Peru. Essas últimas doenças são, relativamente, pouco rentáveis para a indústria farmacêutica e, como se sabe, o lucro se sobrepõe, até, à vida.

Há que se reverter, portanto, a própria postura que se tem frente ao problema da saúde pública. O doente é um ser humano, num momento de dor. Portanto, como ser humano, ele tem que ser tratado como tal. Um tratamento com humanidade. Com dor, ele requer um tratamento especial, por se encontrar em um momento de fragilidade. É um direito consagrado na Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”.

Portanto, os municípios têm que ser equipados com um serviço de saúde à altura das necessidades locais. Não se pode conceber uma situação atual em que a ambulância substituiu o posto ou o centro de saúde e o hospital. Quantos serão os que morrem nas estradas esburacadas, principalmente nas regiões mais pobres do País, quando se sabe que o pronto atendimento é responsável pela salvação da vida de quem luta contra a morte? Quem transita pelas estradas brasileiras, é testemunha do fluxo de ambulâncias, também quase sempre em condições precárias, sirenes abertas, velocidade acima da lei, na tentativa, quase desesperada, de salvar mais um conterrâneo. E, assim, incham-se, também, os hospitais de destino, agravando o problema, que já está além da racionalidade humana.

Há que se planejar os serviços de saúde para que o cidadão seja atendido no seu direito constitucional, com centros de excelência em todos os campos nosológicos, como a cardiologia, a neurologia, a fisioterapia, a nefrologia e outros, como o de doenças tropicais, tão necessário, principalmente, em regiões de fronteira. Há que se trabalhar, também, com a prevenção de doenças. E, isso envolve, igualmente, uma ação planejada em todos os campos da vida humana, como a alimentação adequada, o saneamento básico, a educação para a saúde, entre outros aspectos.

O ser humano é integral e não pode ser considerado, apenas, como um carente de serviços específicos, a cargo desta ou daquela instituição pública.

Apesar dos reconhecidos avanços, esse não é o quadro que moldura a prestação de serviços de saúde, nos nossos dias. E é nesse quadro que trabalham os profissionais de saúde, no Brasil e no mundo. Muito mais deteriorado, obviamente, nas regiões mais pobres e nos grandes conglomerados urbanos, que trocaram o desenvolvimento, e até mesmo o crescimento, pelo inchaço. Neste caso, são as próprias cidades que estão doentes, com males contagiosos que provocam edemas sociais dos mais graves.

O que pensar, então, de um médico, de um enfermeiro ou de um atendente, que é forçado à escolha sinistra entre quem deve viver e quem pode morrer? O que imaginar de cenas como a de um pai que suplica pela vida de um filho? Ou de uma mãe que vê partir aquele para o qual ela doou seu próprio corpo, e sua alma, para que ele pudesse chegar? Onde esconder a emoção, ao informar, ao filho, ou ao marido, que sua caminhada, a partir dali, será solitária?

São, todos eles, verdadeiros sacerdotes da vida. Sacerdócio que se move pela vocação. Correm risco de morte, por essa mesma vida. São, portanto, mensageiros de Deus, sacerdócio, vocação, caminho, verdade, vida!

Eu estou certo de que é a lida desses profissionais que justificou a OMS a instituir o Dia Mundial da Saúde. Fosse pelas estatísticas e pela realidade cruel da saúde no mundo, o dia 7 de abril poderia ser, na verdade, o Dia Mundial da Doença. São esses profissionais que constroem a ponte que liga a doença e a dor, com a saúde e a vida. Uma ponte chamada esperança.

Portanto, saúde aos profissionais da saúde. Saúde aos sacerdotes da vida. Dia 7 de abril é uma das datas mais importantes de todo o calendário mundial. Mesmo assim, não é feriado. Nem poderia ser. Os sacerdotes exercem a sua vocação em tempo integral. Digamos, então, que se trata, no mínimo, de um dia-santo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que venho abordar hoje, nesta tribuna, é sempre um motivo para que eu me emocione. Não há como não me emocionar face à grandiosidade e à riqueza da Amazônia! Todos aqueles que já tiveram a oportunidade e o prazer de visitar aquela região sabem o que significa sentir de perto a força de seus rios, a diversidade de suas matas e o calor de sua gente.

Tudo na Amazônia é monumental, a começar por sua extensão. Abrigando 23 milhões de pessoas,

a Amazônia é compartilhada por oito países e seu território, de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, corresponde a mais de 40% da superfície da América do Sul. Contudo, em algumas nações, a região amazônica chega a representar mais da metade do território nacional. Do ponto de vista da abundância da fauna e da flora, diversos estudos constataam que aproximadamente um terço de todas as espécies vivas do planeta podem estar na região. Cumpre destacar, ainda, que quase 70% da bacia hidrográfica amazônica se encontram em território brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, se a Amazônia é possuidora de infindáveis riquezas naturais, ela também o é de inúmeros e complexos problemas. A começar pelo uso indiscriminado do mercúrio nos garimpos, que contamina os rios e contribui para a destruição das maiores reservas de água doce do planeta. Esse é um fato gravíssimo, pois sabemos que apenas uma pequena fração da água disponível no mundo é própria para consumo humano. Há ainda as constantes agressões praticadas contra as florestas da região, vítimas de incêndios, de cortes indiscriminados de madeira e da expansão desordenada da agricultura, da pecuária e da mineração.

Se essas são questões que merecem nossa atenção redobrada, também devemos considerar que a Amazônia padece hoje de graves desequilíbrios, decorrentes da falta de um ordenamento territorial adequado, que contemple o crescimento das áreas urbanas e, ao mesmo tempo, garanta o direito dos povos indígenas sobre seus territórios. Além disso, é preciso melhorar as condições de saúde e de educação de sua gente e ampliar as redes de transportes, de energia e de comunicações.

Em particular, temos de ter em mente que a riqueza dos países amazônicos, em matéria de biodiversidade, os coloca numa posição privilegiada quanto ao acesso a uma vasta gama de produtos e serviços. A título de exemplo, Senhor Presidente, gostaria de citar o mercado de produtos naturais não-madeiráveis, que, em 1998, foi estimado, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, em 60 bilhões de dólares anuais. Ressalto também o potencial existente nos extratos vegetais de caráter medicinal, cujo valor se aproxima dos 17 bilhões de dólares ao ano, e ainda o ecoturismo, com todas as perspectivas a ele associadas.

Um patrimônio dessa magnitude não poderia ficar à mercê de sua própria sorte, correndo o risco de ser apropriado pelas grandes potências mundiais. Antevendo essa possibilidade, ainda nos idos de 1978, os governos da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela

assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Esse acordo tem, como objetivo maior, promover o desenvolvimento harmônico da região, levando em conta a preservação do meio ambiente, a conservação e a utilização racional dos recursos naturais desses territórios. Em suma, o TCA já buscava o desenvolvimento sustentável da Amazônia numa época em que ainda não se falava muito nesse conceito.

Em sua fase inicial, que compreende o intervalo de tempo entre os anos de 1978 e 1989, a principal preocupação dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica era expressar, frente à comunidade internacional, seu pleno e inquestionável direito de soberania sobre a região. Posteriormente, entre 1989 e 1994, período marcado pela redemocratização da América Latina, os países amazônicos se uniram em uma só voz, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada “ECO 92”, realizada no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, marcaram uma posição firme em prol do diálogo mais equitativo com os países desenvolvidos. Na terceira fase do TCA, iniciada em 1994, e que perdura até os nossos dias, assistimos ao amadurecimento institucional daquele Instrumento, com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e sua Secretaria Permanente. Essa medida fortaleceu a ação conjunta dos países amazônicos em defesa dos objetivos do Tratado, permitindo que os esforços desenvolvidos nesse sentido passassem a ter um caráter duradouro.

Hoje, Senhor Presidente, decorridos quase 30 anos da assinatura do TCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é uma realidade. Sediada em Brasília, desde 11 de janeiro de 2005, a OTCA vem desempenhando um papel fundamental para a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), cuja idéia foi lançada pelos Chefes de Estado dos países do Continente, em reunião realizada em Cuzco, no Peru, em dezembro de 2004.

Como parte dos esforços empreendidos nesse sentido, gostaria de citar a elaboração do Plano Estratégico da OTCA 2004-2012, carta de navegação política da Organização, que busca dar uma resposta adequada ao desafio de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Igualmente relevantes são as parcerias firmadas com diversos organismos multilaterais, que evidenciam o enorme interesse da comunidade internacional pela região Amazônica. Para se ter uma idéia, apenas no período entre maio de 2004 e abril de 2005, foram assinados acordos de cooperação com a Comunidade Andina de Nações (CAN), com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com a Associação

das Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Além disso, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica firmou, em 2004, um memorando de entendimento com a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e com três importantes organismos do Sistema Nações Unidas: a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Gostaria também de enfatizar, Senhor Presidente, os esforços que vêm sendo empreendidos para reativar o Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), um importante fórum de debates e de busca de soluções para os problemas da região. Essa é uma iniciativa imprescindível, pois a integração regional precisa ser conduzida de forma democrática, e ela não estará completa enquanto não forem harmonizadas as legislações ambientais dos oito países que integram a OTCA.

Por isso, nesta oportunidade, parabeno a Sr^a Rosalia Arteaga Serrano, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, pelo brilhante trabalho que tem realizado à frente daquele organismo internacional. Saúdo também o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, pelo apoio inequívoco que tem prestado aos processos de integração regional, notadamente no que diz respeito ao fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Já concluindo meu pronunciamento, Senhor Presidente, gostaria apenas de mencionar dois exemplos importantes de projetos que estão em andamento, e que considero fundamentais para a integração dos países amazônicos. O primeiro é a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa, que estimulará não apenas o turismo regional, mas também o comércio de bens e de serviços. O outro, de igual significado, é o gasoduto que, partindo da Venezuela, percorrerá uma extensão de aproximadamente seis mil quilômetros, para fornecer gás natural ao Brasil e à Argentina, unindo nosso Continente de norte a sul.

No momento em que o mundo se encontra cada vez mais globalizado e em que, por isso mesmo, a integração regional se reveste de crescente importância, tenho a certeza de que estamos vivendo o prenúncio da concretização do sonho de Simón Bolívar, *El Libertador*, por uma América Latina forte e unida!

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é, certamente, uma peça fundamental na construção desse caminho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos em nosso gabinete um comunicado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários) nos informando que o Santander Banespa, do grupo espanhol Santander, está convocando os funcionários para trabalhar na sexta-feira Santa, sábado de aleluia e domingo da Páscoa, respectivamente dias 14, 15 e 16 de abril, para a integração tecnológica dos sistemas dos bancos Santander e Banespa.

De acordo com o comunicado que recebemos, a medida foi tomada sem que as entidades sindicais e de representação dos trabalhadores do setor fossem consultadas. Mais, sem que a Delegacia Regional do Trabalho desse autorização.

Os direitos de nossos trabalhadores devem ser respeitados.

A correspondência que nos foi enviada diz ainda que, nos dias 19 de fevereiro e 26 de março deste ano, foram realizadas simulações para a operação que está prevista para a Páscoa e que, apesar de terem ido trabalhar, os funcionários não receberam nada por isso.

Como dissemos: precisamos respeitar as conquistas da classe trabalhadora.

Vimos aqui para prestar nossa solidariedade a esses trabalhadores. Ao mesmo tempo, fazemos um apelo ao Santander Banespa para que sejam abertas negociações com as entidades sindicais e de representação dos bancários.

Os interesses financeiros de uma organização, seja ela qual for, não deve passar por cima dos direitos dos brasileiros. Acreditamos que, em primeiro lugar, devem estar as pessoas.

Não podemos nos esquecer que vivemos em um país de maioria católica e que a crença dessa parcela deve ser respeitada. Se temos um feriado na semana Santa, ele não existe à toa.

Apenas assim, valorizando o ser humano, estaremos avançando em nossas conquistas e construindo, dia após dia, um Brasil melhor para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde 1950, a OMS – Organização Mundial de Saúde – tem promovido, sempre no dia 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde. A cada ano um novo tema tem sido privilegiado. Em 2006, a data é dedicada aos profissionais do setor, com o *slogan* “Gente Que Faz Saúde”.

Só na América Latina, são sete milhões e meio de profissionais da área de saúde. Apesar de ser uma

categoria bastante numerosa, nem sempre recebe o devido respeito e atenção por parte da sociedade.

É um belo gesto a OMS ter-lhes dedicado este 7 de abril. É, aliás, mais uma das benfazejas ações promovidas por essa instituição ligada à ONU – Organização das Nações Unidas.

Apesar desse vínculo, a OMS, fundada em 1948, é herdeira e continuadora de outras entidades ligadas à saúde pública internacional, cujas origens remontam ao início do século XX. Em outras palavras, a OMS vem desenvolvendo ações em favor da saúde humana há praticamente cem anos. Ao longo desse tempo, tem sido responsável por alguns dos mais significativos avanços na melhoria da saúde pública, em consonância com a missão expressa em seu documento constituinte: prover para todos os povos o mais alto nível de saúde possível.

Para tanto, tem desenvolvido ações dirigidas ao combate de doenças infecciosas e coordenado o combate a epidemias virulentas ao redor do mundo. Foi graças à entidade, por exemplo, que, em 1979, pôde-se erradicar a varíola, doença que por milênios assolou a humanidade. Esse caso foi o primeiro em que se pode afirmar que uma enfermidade foi erradicada graças à ação humana.

Sr. Presidente, atualmente, estão em curso várias outras ações para combater doenças como a AIDS, a tuberculose, a lepra, a malária e outras que afetam especialmente os países do Terceiro Mundo. Essas ações se dão por meio de investimento em pesquisa científica, distribuição de medicamentos e vacinas, além do desenvolvimento de programas de combate a doenças.

A par dessas ações que visam a combater doenças já existentes, a OMS se preocupa, também, em melhorar as condições gerais de saúde da humanidade. Em seu documento constituinte, a Organização define saúde como um estado de bem-estar físico e mental – e não apenas como o de ausência de doenças, seja qual for a natureza delas.

Assim, a OMS tem-se dedicado a uma dupla tarefa: pesquisar o efeito de determinados condicionantes ambientais sobre o ser humano, procurando antecipar eventuais decorrências perniciosas; e incentivar um modo de vida mais saudável.

Como exemplo do primeiro caso, a entidade investiga se campos eletromagnéticos – como os gerados por redes de transmissão de energia – ou aparelhos celulares trazem males ao homem.

No segundo caso, a instituição tem incentivado a melhoria dos padrões alimentares, promovendo campanhas para o aumento do consumo de vegetais e a diminuição da ingestão de gorduras e outros alimentos

pouco nutritivos ou sabidamente maléficos. No mesmo sentido, tem desencorajado o hábito de fumar. Em coerência, a Instituição, desde 1º de dezembro de 2005, não contrata fumantes. Da mesma forma, a OMS está presente nas convenções que tratam da regulação de drogas psicotrópicas, determinando como e em quais casos elas porventura podem ser utilizadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a celebração do Dia Mundial da Saúde deste ano acaba por ser, portanto, uma homenagem, mais do que justa, às atividades levadas a cabo pela própria Organização Mundial de Saúde.

Como bem observa o Dr. Lee Jong-Wook, Diretor-Geral da entidade, o trabalho da OMS afeta – para o bem, acrescento eu – a vida de cada pessoa no planeta, todos os dias. Desde a comida que ingerimos e a água que bebemos, até a segurança dos medicamentos que tomamos e a prevenção e o controle das doenças que nos ameaçam.

Somos um só povo, vivendo, sob as graças de Deus, em um mesmo planeta. Nenhum país, isoladamente, como observa, ainda, o Dr. Lee, consegue dar conta da crescente lista de desafios na área de saúde que o mundo enfrenta hoje. Doenças infecciosas como a SARS – a Síndrome Aguda Respiratória Grave – podem se espalhar por todo o globo em uma questão de poucas semanas.

De acordo, ainda uma vez, com o Dr. Lee, é aí que entra a Organização Mundial de Saúde, ao buscar soluções comuns que venham a auxiliar a comunidade mundial. Para atingir esse grande objetivo, há quatro prioridades, a saber:

A primeira é ter a capacidade técnica e operacional de detectar ameaças à saúde e resolvê-las no menor prazo possível.

A segunda é de natureza preventiva, e consiste em reduzir o tabagismo e promover hábitos alimentares saudáveis, além de incentivar a atividade física, com o objetivo de combater doenças como câncer, cardiopatias, acidentes vasculares cerebrais e diabetes.

A terceira é atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Basicamente, por meio de: a) instituição de programas para ajudar países na luta contra a AIDS, tuberculose e malária; b) melhorias na alimentação de crianças e mulheres, especialmente nas nações mais pobres; c) favorecimento do acesso aos serviços médicos fundamentais.

A quarta prioridade é incrementar os cuidados de saúde em todo o planeta, particularmente naquelas nações mais pobres.

Sr. Presidente, no Brasil, além das ações afetadas a todas as outras nações do mundo e que nos beneficiam, caso do combate à malária ou à AIDS, existem atividades que nos interessam particularmente.

Um exemplo, significativo para o Brasil, é o trabalho efetuado pela OPAS – Organização Pan-americana de Saúde e braço nas Américas da OMS – para eliminar a transmissão de oncocercose, doença transmitida por mosquito e que afeta, predominantemente, a região Norte do País. A oncocercose é causada por um parasita que se aloja na região ocular, podendo causar, inclusive, a cegueira.

Os resultados dessa ação, evidentemente, transcendem o Brasil. Se uma cura for alcançada, acabará por beneficiar milhares de pessoas ao redor do mundo.

Ganham relevo os avanços obtidos pela OMS quando se constata que os recursos alocados para a instituição são limitados. A conclusão é que a gerência baseada no método de resultados é eficiente. Tal método consiste, em grandes linhas, no seguinte: a cada dois anos, a OMS revê os progressos obtidos e o quantitativo de recursos materiais e humanos ainda disponível para alcançar as metas traçadas. Tal balanço é periodicamente informado à Assembléia da Organização e, assim, quando necessário, existe a alternativa de promover correções de rota.

Sr. Presidente, enfim, neste dia 7 de abril, temos o feliz paradoxo de homenagear aquele que homenageia: a própria OMS. Sem a sua presença, milhares de vidas seriam perdidas anualmente. Graças à dedicação dos homens e mulheres que trabalham na Organização Mundial de Saúde é que se pode ter a esperança em um futuro em que possamos não apenas sobreviver, mas viver mais e melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

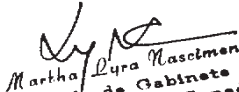
O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal**06/04/2006****quinta-feira**

-
- 12:00** - **Senhor Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas acompanhado de representantes da Federação e de Sindicatos de Jornalistas**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada**
Plenário do Senado Federal
- 19:00** - **Cerimônia de Entrega das Obras de Restauração do Palácio da Alvorada, seguida de coquetel, a convite do Presidente da República e da Senhora Marisa Letícia Lula da Silva**
Palácio Alvorada


Martha Lyra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 084 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo de para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Temporária de que trata a Portaria nº 171, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal 06 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 085 , DE 2006**

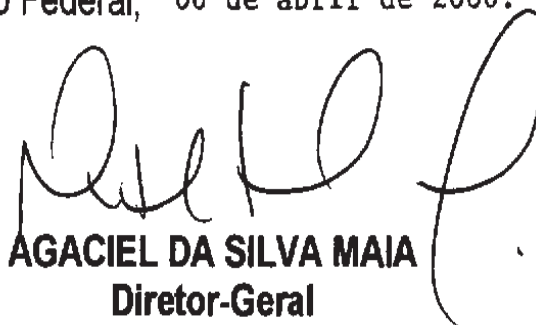
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar a servidora Liege Lemes de Sousa, matrícula 29297, para integrar como membro a Comissão Especial de que trata a Portaria Diretor-Geral nº 61, de 2006, desta Diretoria-Geral, incumbida de planejar, organizar e executar Exposição de Artistas Plásticos Brasileiros 2006, com representantes de toda as unidades da Federação, nas dependências do Senado Federal, em substituição à servidora Tânia Toledo Tenório, matrícula 34608.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 21 de março de 2006.

Senado Federal, 06 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 629 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOÃO JORGE SQUEFF**, matrícula 105494, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, como substituto do Diretor da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos - SSDAE, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, nos casos de afastamentos e/ou impedimentos do titular.

Senado Federal, em 06 de abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 630 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005271/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora **VANESSA APARECIDA DE SOUZA**, matrícula 42265, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sibá Machado, com efeitos financeiros a partir de 04 de abril de 2006, e lotá-la na Secretaria Rádio Senado, a partir da mesma data.

Senado Federal, 06 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 631, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005207/06-1,

RESOLVE designar a servidora ERIKA LEAL TREZZI, matrícula 53986, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Recepção e Contatos da Coordenação de Eventos, da Secretaria de Relações Públicas, a partir de 04 de abril de 2006.

Senado Federal, 06 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 632 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005269/06-7,

RESOLVE designar o servidor WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES, matrícula 38717, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 04 de abril de 2006.

Senado Federal, 06 de abril de 2006.



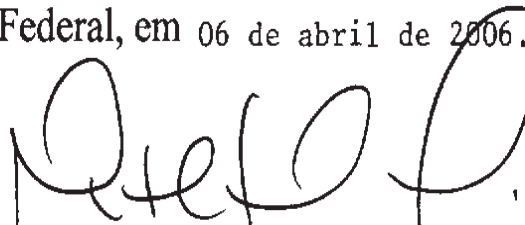
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 633 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005323/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARGARETH RAIMUNDA FRAZÃO LIRA DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 06 de abril de 2006.

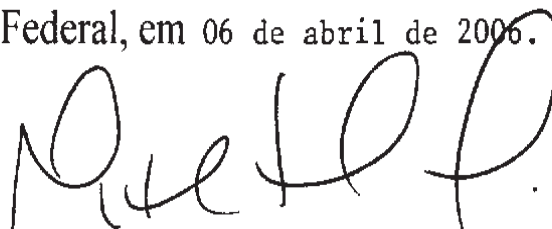

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 634 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005391/06-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VICTOR BENTIM DAMASCENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 06 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago) ⁶			4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULARE	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

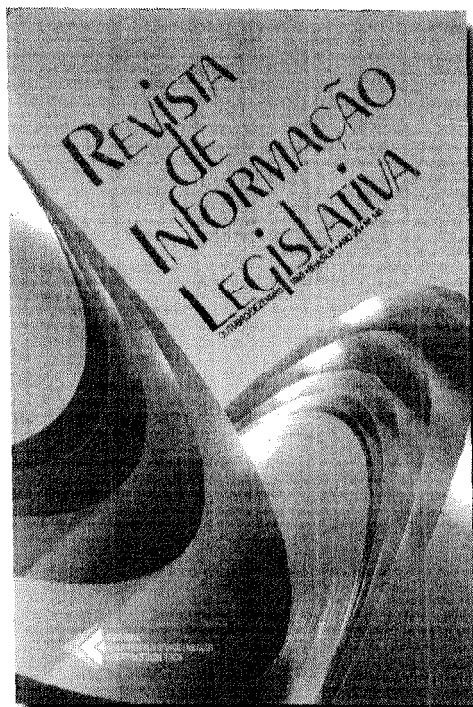
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS